

CURTUME CANTÚSIO: ISOLAMENTO E MEMÓRIA



PRESIDENTE PRUDENTE – SP

DEZEMBRO/ 2018

Curtume Cantúcio: Isolamento e Memória

Beatriz Martins Costa

Orientação: Prof. Dra. Cristina Maria Perissinotto Baron

Coorientação: Prof. Dra. Paula Ferreira Vermeersch

TRABALHO FINAL DE GRADUAÇÃO II

ARQUITETURA E URBANISMO

FCT UNESP



Vista do
Curtume
Cantúcio em
2013. Foto:
Carlos Bassan.

“... uma coisa é o lugar físico, outra coisa é o lugar para o projeto. E o lugar não é nenhum ponto de partida, mas é um ponto de chegada. Perceber o que é o lugar é já fazer o projeto”

- Álvaro Siza

Aos meus avós, Maria Tereza, Yara, Wellington e Wilson, moradores da região, por me inspirarem a sonhar com um lugar melhor.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Élen e Wilson, pelo amor e incentivo, especialmente à minha mãe, pelo apoio incondicional.

Às minhas irmãs, Bruna e Bárbara, pelos momentos de companheirismo.

Aos meus amigos de Campinas, por entenderem a minha ausência em muitos momentos, mas por sempre torcerem pelo meu sucesso.

Às pessoas maravilhosas que conheci em Presidente Prudente, que me ensinaram tanto e se tornaram minha família.

À Edna, por me auxiliar na jornada do autoconhecimento.

À Anne e Gabriel, contribuindo diretamente para a execução deste trabalho com discussões e incentivos.

À Marina e Heros, que mesmo longe me transmitiram energias positivas.

À Ana Maria e Laiane, por todo o companheirismo e amizade, especialmente no último ano.

Aos amigos do grupo de orientação, pelas discussões e apoio durante o trabalho.

À minha orientadora Prof. Dr. Cristina Baron, por seus

ensinamentos e dedicação, aceitando o desafio desse projeto.

À minha coorientadora, Prof. Dr. Paula Vermeersch, pela paciência, por me encorajar em muitos momentos.

À todos os funcionários e professores da UNESP do Campus de Presidente Prudente, que permitem o funcionamento da instituição.

A todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigado.

RESUMO

O Curtume Cantúcio foi uma indústria especializada no tratamento de couro que se instalou no município de Campinas, interior do estado de São Paulo, no início do século XX, na região da Vila Industrial. Encontrava-se, à época, segregada do restante da cidade, uma vez que abrigava pessoas consideradas indesejadas, mas que cumpriam funções extremamente necessárias.

Essa região possui grande importância histórica, pois guarda exemplares de arquitetura que marcaram a história da cidade, principalmente no que diz respeito à trajetória da classe operária, dos pobres, dos marginalizados.

Cada rua, cada edifício e cada morador na Vila Industrial tem uma história. Tudo nela é memória e sua preservação é também a preservação da identidade do bairro, dos seus moradores e dos transeuntes.

Tendo em vista sua importância econômica, social, tecnológica e urbana, o Curtume Cantúcio é um ponto de referência na região e um personagem importante na história do bairro.

Durante seus oitenta anos de funcionamento, passou por períodos bastante significativos da história nacional e mundial, como

o governo de Getúlio Vargas, o período desenvolvimentista do governo Juscelino Kubitschek, a ditadura civil-militar, bem como o período das guerras mundiais.

Buscar um novo uso para o Curtume Cantúcio é revalorizar o grande potencial do espaço no qual está contido. Por não conseguir acompanhar as velozes mudanças da sociedade contemporânea, tornou-se obsoleto e permanece improdutivo faz vinte e cinco anos.

Diante de tal levantamento, que contou com análises de cunho teórico, urbano e arquitetônico, desenvolveu-se um projeto de revitalização para integrar o antigo curtume à modernizada região, através de um centro educacional profissionalizante, do qual espera-se transmitir a importância da história e da memória materializada no edifício.

Palavras-chave: Patrimônio histórico; Memória; Requalificação.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	17
METODOLOGIA	19
PARTE 1 – MEMÓRIA E PATRIMÔNIO	21
1.1 Conceitos: relação entre memória e patrimônio cultural	21
1.2 O Patrimônio industrial	26
1.3 Restauro e preservação	28
PARTE 2 – CONTEXTUALIZAÇÃO URBANA	31
2.1 O contexto campineiro	31
2.2 Córrego do Piçarrão	34
2.3 O vazio urbano	36
2.4 O caminho dos trilhos	39
2.5 Um olhar sobre o conjunto: o Curtume Firmino Costa	43
PARTE 3 – HISTÓRICO	45
3.1 Campinas: economia, epidemia e desenvolvimento urbano	45
3.2 A Vila Industrial e a segregação social	50

PARTE 4 – CURTUME CANTÚSIO	57
4.1 O Curtume Cantúsio na cidade de Campinas	57
4.2 Evolução construtiva	65
4.3 Estilos, técnicas e materiais	76
4.4 As fachadas	79
4.5 O edifício e a memória	83
4.6 O processo de tombamento do Curtume Cantúsio	84
PARTE 5 – COURO: PRODUÇÃO E IDENTIDADE	85
5.1 Origem e indústria atual	85
5.2 Processo produtivo e questão ambiental	86
5.3 A identidade do couro	89
PARTE 6 – REFERENCIAS PROJETOAIS	92
6.1 Conjunto KKKK e Parque Beira Rio - Brasil Arquitetura	92
6.2 Museu do Pão - Brasil Arquitetura	93
6.3 CEU Pimentas - Biselli + Katchborian Arquitetos	95
6.4 Sesc Pompéia - Lina Bo Bardi	96
PARTE 7 – DIRETRIZES URBANAS	98

7.1 Análises	98
7.2 Propostas.....	104
8. CENTRO EDUCACIONAL PROFISSIONALIZANTE CURTUME CANTÚSIO.....	109
8.1 O projeto	109
8.2 Considerações Finais	119
9. REFERÊNCIAS.....	120
ANEXO A – PROCESSO DE TOMBAMENTO DO CURTUME CANTÚSIO.....	124
ANEXO B – IMAGENS DA MAQUETE	125

APRESENTAÇÃO

Apesar de nos dias de hoje a cidade de Campinas se destacar como um moderno polo econômico e tecnológico no estado de São Paulo, ainda é possível encontrar locais com as características urbanas e arquitetônicas originais, que preservam seu passado.

Esse é o caso do bairro Vila Industrial, uma vez que nessa região pode-se identificar traços que remetem à história das classes trabalhadoras que construíram a cidade, composta em certa medida pelos antepassados dos moradores locais.

As ruas de paralelepípedos, as quadras com características de vilas operárias, as casas antigas, os exemplares arquitetônicos em geral, compõem o que pode-se considerar como monumentos no bairro.

A palavra *monumento*, derivada da expressão latina *monumentum*, possui significado de *recordação, memória, lembrança*. (MONUMENTO, 2018). Geralmente, a recordação de um fato está associada a uma pessoa, a uma sensação, mas principalmente a um local, pois são uma forma de materialização das memórias.

O Curtume Cantúsio é um desses monumentos: é um exemplar de arquitetura industrial brasileira do início do século XX que, em conjunto com o seu vizinho, o Curtume Firmino Costa, constitui uma paisagem urbana característica da Vila Industrial. O edifício é

considerado um ponto de referência na região, provocando as mais variadas sensações naqueles que convivem com a sua arquitetura: de saudosismo à repulsa, mas nunca de indiferença.

Após a desativação das indústrias curtidoras, o complexo arquitetônico em questão tornou-se obsoleto, uma vez que não foi adaptado aos novos usos contemporâneos da cidade pelos seus proprietários, permanecendo desse modo há quase 25 anos.

Apesar de um dia ter sido grande símbolo de prosperidade, nos anos posteriores o complexo dos curtumes passou a ser sinônimo de abandono. Mesmo estando em uma área urbana consolidada, tornou-se deslocado, em virtude de seus limites físicos e visuais, das novas conformações que a cidade de Campinas foi adquirindo.

A exclusão e o desinteresse em relação a esse conjunto arquitetônico ficam ainda mais explícita com os projetos urbanos iniciados nos últimos anos pela Prefeitura Municipal e pelas propostas do novo Plano Diretor (2018). Tais projetos não incluem diretrizes para os edifícios históricos, sinalizando que ao menos pela próxima década inexistirá qualquer alteração na situação de inutilização e de degradação do complexo de curtumes.

Considerando a importância do patrimônio industrial para a sociedade e a problemática em que se encontra o edifício do Curtume Cantúsio, o objetivo desse trabalho é propor que ele se (re)integre no

contexto atual da cidade e recupere a imagem dinâmica que outrora teve, deixando de ser um local excluído e renegado.

METODOLOGIA

Tendo como objetivo geral conhecer o edifício do Curtume Cantúcio e compreender de que forma ele se relaciona com a paisagem do bairro Vila Industrial e na cidade de Campinas, os estudos para o Trabalho Final de Graduação foram realizados em etapas.

Em um primeiro momento, realizou-se uma análise através da elaboração de mapas temáticos, utilizando como base o método de Kevin Lynch que busca identificar os elementos nos quais se estrutura a paisagem da cidade, dividindo-os entre caminhos, limites, bairros, pontos nodais e marcos. Tal referencial compreende a paisagem em diversos níveis, objetivos e subjetivos, identifica os principais problemas do local e desenvolve diretrizes urbanas.

A análise histórica foi feita em diferentes escalas e tratou dos mais diversos temas. Foi trabalhada a formação de Campinas e da Vila Industrial, enquanto ambiente indesejado e segregado, a existência do Curtume Cantúcio, que se relaciona com diversos períodos econômicos e com as mudanças urbanas na cidade, a constituição do complexo de curtumes como arquitetura-símbolo, o couro, enquanto a matéria prima do curtume.

Focou-se, principalmente, no edifício do Curtume Cantúcio, que foi tomado como ponto de partida para o presente projeto. A partir deste marco foram levantadas informações técnicas, através das plantas antigas e acervos iconográficos, bem como foi realizado trabalho de campo na região e pesquisa acerca de outros estudos que dispusessem sobre a área.

Realizou-se também o trabalho da pesquisa bibliográfica, procurando compreender a teoria acerca dos temas de patrimônio histórico e industrial, e sua relação com o debate acerca da memória. Recorreu-se a uma entrevista, realizada digitalmente, por meio de redes sociais, com um dos trabalhadores do curtume¹, e ainda, uma pesquisa sobre a opinião dos moradores de Campinas acerca do edifício, para tentar conhecer melhor as memórias de quem conheceu o complexo ainda em atividade.

Através do estudo de referências projetuais, para compreender as intervenções possíveis no patrimônio arquitetônico e suas diferentes possibilidades de requalificação, chega-se a proposta para o novo uso do edifício do Curtume Cantúcio, buscando uma relação cultural com a essência das atividades que eram ali realizadas.

¹ Ainda que tal entrevista tenha sido uma importante ilustração do que busca-se investigar neste trabalho, ela não foi considerada como base para uma investigação de cunho indutivo (que parte de proposições particulares para uma proposição geral),

tendo em vista que um espectro de amostra bastante reduzido não possui condições de fundamentar proposições generalizantes.

PARTE 1 – MEMÓRIA E PATRIMÔNIO

1.1 Conceitos: relação entre memória e patrimônio cultural

Analisando o artigo 216 da Constituição Federal, três conceitos se apresentaram como principais ao longo dos estudos do presente trabalho: patrimônio cultural, identidade e memória.

Constituem **patrimônio cultural** brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de **referência à identidade**, à ação, à **memória** dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 1988, grifo nosso).

Segundo Funari (2001), a palavra *patrimônio*, que se originou do latim *patrimonium*, significa *herança, propriedade herdada do pai*

e era geralmente adotada para denominar a posse de bens e riquezas dos antepassados, de caráter particular. Contudo, o termo passa a ser utilizado com referência ao coletivo durante a Revolução Francesa, dando origem à expressão *patrimônio histórico*, diretamente vinculado ao conceito de cidadania.

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) define que “O patrimônio cultural de um povo é formado pelo conjunto dos saberes, fazeres, expressões, práticas e seus produtos, que remetem à história, à memória e à identidade desse povo.” (2007, p.12), demonstrando, assim, a importância da preservação desses bens para criar um sentimento de identificação e pertencimento no indivíduo, para que ele contribuía com a sociedade no geral, exercendo seu amplo direito de cidadania.

O patrimônio é, portanto, o resultado da importância que a sociedade atribui aos bens, que está relacionado aos valores e significados destes, ou seja, o que se considera ser mais representativo da identidade, da história e da cultura de determinado grupo.

Maurice Halbwach (2006) considera que um dos elementos essenciais para identidade de um lugar é a memória, que pode ser histórica ou coletiva. A primeira compreende os fatos que foram mais marcantes para a sociedade no geral, enquanto a segunda é um processo de reconstrução vivido por um determinado grupo social.

Para ser lembrada, a memória coletiva necessita de relações afetivas, desenvolvidas pelos indivíduos em seu convívio social com diferentes grupos dos quais faz parte – como, por exemplo, a família, a igreja, os amigos, os vizinhos, a escola, o ambiente de trabalho, entre outros.

Associada à memória coletiva, existe a memória individual, que é a percepção pessoal de cada sujeito sob uma situação, o que pode gerar diferentes pontos de vista acerca de um mesmo momento, dentro de um mesmo grupo, por estar condicionado às relações que mantemos com o ambiente.

A memória coletiva possui marcos temporais – definido por datas, acontecimentos e períodos significativos socialmente - e espaciais - que são referências que se baseiam em lugares - constituindo uma imagem mais concreta; uma lembrança mais concreta. (HALBWACHS, 2006). Partindo do conceito de memória coletiva, Nora (1993) descreve a criação dos “lugares de memória”, nos anos 1980, como um modo de manter um constante processo de rememoração. Devido ao processo acelerado dos acontecimentos históricos, acreditava-se no desaparecimento, esfacelamento da memória, ou seja, “fala-se tanto na memória porque ela não existe mais”. A partir dessa ideia, nos anos 1990, multiplicaram-se os museus, arquivos, acervos e monumentos de caráter histórico, cuja

função seria buscar por uma compensação.

Influenciado pelas discussões dos autores anteriores, Le Goff (1990, p.472) retoma a memória coletiva como “o que fica do passado no vivido dos grupos ou o que os grupos fazem do passado” e propõe que, mais do que estar concentrada em lugares, a memória coletiva está essencialmente em seus criadores:

Lugares topográficos, como os arquivos, as bibliotecas e os museus; lugares monumentais como os cemitérios ou as arquiteturas; lugares simbólicos como as comemorações, as peregrinações, os aniversários ou os emblemas; lugares funcionais como os manuais, as autobiografias ou as associações: estes memoriais têm a sua história. Mas não podemos esquecer os verdadeiros lugares da história, aqueles onde se deve procurar, não a sua elaboração, não a produção, mas os criadores e os denominadores da memória coletiva: Estados, meios sociais e políticos, comunidades de experiências históricas ou de gerações, levadas a constituir os seus arquivos em função dos usos diferentes que fazem da memória. (LE GOFF, 1990, p. 473).

Segundo Funari (2001), os monumentos arqueológicos e arquitetônicos estão diretamente relacionados com a transmissão do

conhecimento e da história, e, como uma representação física da cultura, são agentes produtores de significado, que materializam o conceito de identidade.

Desde o final do século XX, surge como tendência aparentemente contraditória à alta modernização o apego à memória, que parece transitar entre o medo de ser esquecido e a vontade de ser memorado.

Devido às dinâmicas contemporâneas da mídia e da própria temporalidade, da memória, do tempo vivido e do esquecimento, surge o conceito de “musealização”, explicado no fato das inovações atuais nascerem praticamente obsoletas, considerando a rapidez em que são desenvolvidas, consumidas e substituídas. (HYUSSEN, 2000).

Associada ao consumo acelerado e às rápidas mudanças da dinâmica capitalista atual, Chauí (2008) expõe como a sociedade demonstra uma relação contraditória sobre a importância da memória.

Ela é, por um lado, valorizada com o aumento dos meios de registro e gravação de fatos - como computadores, câmeras, celulares, livros, entre outros - e das instituições que preservam a memória, materializadas em bibliotecas, arquivos, museus. Por outro lado, esse fácil registro torna a memória “desnecessária” ao conhecimento.

O “novo” é, cada vez mais, sinônimo do melhor, do moderno. A mídia e a indústria da propaganda alimentam e incentivam essa

descartabilidade, também denunciada no meio da arquitetura e do planejamento urbano, onde cidades e exemplares arquitetônicos antigos são destruídos para dar lugar às novas construções.

Devido às lógicas contemporâneas que pregam pelo imediatismo, atualização e desapego, o patrimônio cultural e natural começou a ser cada vez mais deteriorado e desvalorizado, se fazendo necessária a elaboração da Recomendação de Paris, em 1972 pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.

Nesse documento, o patrimônio cultural é classificado em monumentos, conjuntos e locais de interesse, demonstrando como arquitetura e memória são dois conceitos interligados:

Os monumentos – Obras arquitetônicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos de estruturas de caráter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos com valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

Os conjuntos – Grupos de construção isolados ou reunidos que, em virtude da sua arquitetura, unidade ou integração da paisagem têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

Os locais de interesse – Obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo os locais de interesse arqueológico, como um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico. (Recomendação de Paris, 1972).

Segundo Funari (2001), no Brasil, o patrimônio cultural foi inicialmente representado pelas igrejas católicas coloniais. Contudo, salvo algumas exceções, atribui-se o interesse em sua preservação à incessante busca do país pelo progresso. Durante as primeiras décadas do período republicano, a ideia de um “país do futuro” considerava o apego ao antigo como um comportamento conservador.

Mais adiante, a transferência da capital do Rio de Janeiro para Brasília teve diversos motivos econômicos, sociais e políticos, mas

certamente foi influenciada por uma busca de “melhoria” na imagem do país, que não podia mais ser representado por edifícios antigos, mas pela cidade moderna, mesmo que “sem passado”.

A falta de valorização da cultura está associada à falta de identificação. No caso da arquitetura, como afirma Pollak (1989), o patrimônio edificado também pode representar momentos de dominação econômica e cultural, podendo estar carregado de símbolos de poder.

Funari (2010, p.7) apresenta uma ideia similar, onde “é comum que os grupos dominantes usem seu poder para promover seu próprio patrimônio, minimizando ou mesmo negando a importância dos grupos subordinados”.

Confirmando essa teoria, constatou-se que até o final da década de 1980, o estado de São Paulo possuía poucos exemplares que tratassem da cultura da população menos abastada - dos negros, imigrantes, trabalhadores, pobres. Nas palavras do autor, “desprezar as memórias dessas minorias é desprezar a si próprio e seus antepassados”.

Atualmente, apesar do Conselho do Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico de São Paulo possuir diversos edifícios tombados em Campinas, sua grande maioria está representada por

escolas, fazendas e sobrados, contando com um único exemplar de caráter mais popular - a Estação Ferroviária.

1.2 O Patrimônio industrial

Segundo Kühl (2008), a preservação de um bem como um ato de cultura surge no ocidente no período do renascimento italiano, nos anos finais do século XVIII, devido a vários acontecimentos marcantes da época, como o Iluminismo e as Revoluções Industrial e Francesa.

Durante o século XIX, foram apresentadas diversas teorias e formas de intervenção no patrimônio, com diversas opiniões sobre restauro e preservação - algumas delas, inclusive, opostas e contraditórias - mostrando a extensão da discussão acerca desse tema.

Em 1964, é elaborada a Carta de Veneza, que se torna um dos mais importantes documentos para a preservação do patrimônio arquitetônico. Ela apresentou um novo olhar sobre os locais históricos, como por exemplo, ao estabelecer uma definição de que o monumento histórico pode compreender uma criação arquitetônica isolada, mas também um sítio urbano ou rural, demonstrando que o critério é ser um testemunho de um acontecimento ou período significativo.

Retificou, assim, a ideia da Carta de Atenas (1931), que considerava necessário o patrimônio possuir características pitorescas, demonstrando a aceitação de uma nova ideia que engloba também as obras modestas. (KÜHL, 2008).

Na sociedade moderna, que se caracteriza principalmente pela industrialização, o patrimônio cultural compreende um significativo número de complexos industriais, colocando em discussão o tema do patrimônio industrial

Iniciado por volta dos anos 1950, na Inglaterra, ganhou atenção no Brasil somente a partir de 1970. No ano de 2003, a elaboração da carta de Nizhny Tagil, pelo Comitê Internacional de Conservação do Patrimônio Industrial trouxe uma definição para o conceito:

O patrimônio industrial compreende os vestígios da cultura industrial que possuem valor histórico, tecnológico, social, arquitetônico ou científico. Esses vestígios englobam edifícios e maquinaria, oficinas, fábricas, minas e locais de tratamento e de refinação, entrepostos e armazéns, centros de produção, transmissão e utilização de energia, meios de transporte e todas as suas estruturas e infra-estruturas, assim como os locais onde se desenvolveram as atividades sociais relacionadas com a indústria, tais como habitações, locais de culto ou de educação. (Carta Nizhny Tagil, 2003).

A Carta de Nizhny Tagil (2003) também apresenta quatro “valores do patrimônio industrial”, que trazem pontos de importância nas discussões que surgem sobre o tema.

O primeiro valor compreende o fato de que esse tipo de patrimônio trata de um testemunho de atividade que gera profundas consequências, ou seja, as razões que justificam a proteção do patrimônio industrial decorrem essencialmente do valor universal daquela característica, e não da singularidade de quaisquer sítios² excepcionais”.

O segundo valor possui extrema importância pois é uma das razões que o patrimônio industrial se torna singular. Além das indústrias possuírem importância científica, tecnológica e estética, possuem também valor social, por ser um registro da vida de seus trabalhadores. Assim, confere-lhes uma identidade própria desses indivíduos

O terceiro ponto aborda os valores presentes nos objetos, nas “coisas” que compõem o patrimônio industrial - sítios industriais, máquinas, paisagem industrial, documentação e registros -, que se apresentam como tradições e memórias.

O quarto e último item traz a *raridade* como um valor. Por exemplo, ser pioneiro em um setor, o mais antigo, a inovação nas formas de sua produção ou tipologias características dos sítios e da paisagem.

Kühl (2008, p.58), defende que a preservação do patrimônio industrial é principalmente motivada pelo reconhecimento de seu significado cultural e seu valor, seja ele histórico, artístico, memorial ou simbólico, “para que continuem a ser documentos fidedignos e efetivos suportes do conhecimento e da memória coletiva”.

Apesar de se mostrarem versáteis e adaptáveis a diversos usos, os conjuntos industriais são bastante complexos. Devido às grandes áreas que ocupam nas cidades, devem ser analisados sob uma perspectiva urbana. De modo geral, por se localizarem em regiões centrais, como consequência dos processos de formação das cidades, acabam se tornando alvo de especulação imobiliária. Assim, estão relacionados a questões históricas, antropológicas, sociológicas e geográficas, sendo insuficiente qualquer análise simplista. Para Kühl, (2008)

O valor afetivo e simbólico associado a determinadas atividades produtivas e ao trabalho, a vinculação de variadas comunidades com seu passado industrial e seu potencial político e econômico das transformações, possuem grande relevância e devem ser devidamente examinados e ponderados. (KÜHL, 2008, p.22).

² Sítios é usado para se referir à paisagens, instalações, edifícios, estruturas e maquinaria no documento.

1.3 Restauro e preservação

Existem diversas perspectivas sobre a preservação de patrimônios históricos e culturais, assim como diferentes recomendações derivadas dessas perspectivas. Nesse estudo, foi utilizado como referencial teórico principalmente Cesare Brandi e as Cartas de Veneza, Recomendação de Nairóbi e Carta de Nizhny Tagil.

Cesare Brandi foi uma figura de destaque na área do patrimônio arquitetônico na segunda metade do século XX, publicando a sua obra, *Teoria da Restauração* em 1963. Além de apontar os estudos técnicos como diretrizes, o autor condiciona o restauro à compreensão e ao reconhecimento da composição física, estética e histórica dos monumentos.

Assim, apresenta essas figuras como algo muito além de um documento, possuindo significado social e simbólico. Um de seus principais esforços de Brandi é propor um restauro que tenha conexão com os fragmentos do estado original, fazendo um juízo crítico de valor sobre a intervenção. (CUNHA, 2004).

Cunha (2004) ainda vai além, trazendo que

A restauração deve visar ao restabelecimento da unidade potencial da obra de arte, desde que isso seja possível sem cometer um falso artístico ou um falso histórico, e sem cancelar nenhum traço da passagem no tempo. (CUNHA, 2004, p.33).

Ainda segundo Cunha (2004), eram defendidas por Camillo Boito e Gustavo Giovannoni, desde meados do século XIX, a regra de reversibilidade e distinguibilidade, que até hoje são bastante significativas nas intervenções contemporâneas.

1º. a integração deverá ser sempre e facilmente reconhecível; mas sem que por isto se venha a infringir a própria unidade que se visa a reconstruir

2º. que qualquer intervenção de restauro não torne impossível, mas, antes, facilite as eventuais intervenções futuras (BRANDI, 2004, p. 47-48).

A Carta de Veneza (1964) dialoga com as ideias de Brandi em seu artigo 9º, instruindo o estudo prévio do monumento e que as intervenções na obra histórica se destaquem da composição arquitetônica original, de forma a não criar um “falso histórico”. Os

outros artigos da carta defendem a menor intervenção possível, feita somente quando necessária, e de forma a contribuir com a harmonia do conjunto.

A Recomendação de Nairóbi (1976) se relaciona ao estudo em questão quando apresenta sua definição de *conjunto* - histórico ou tradicional - esse é considerado um agrupamento de construções e espaços, que podem ser sítios arqueológicos e paleontológicos, urbanos ou rurais, que possuem valor do ponto de vista arqueológico, arquitetônico, pré-histórico, histórico, estético ou sociocultural.

A *ambiência*, por sua vez, pode ser entendida como o quadro natural ou construído que exerce influência sob conjuntos, ou a eles se vincula de maneira social, econômica ou cultural. A *salvaguarda* constitui em identificar, proteger, conservar, restaurar, reabilitar e realizar manutenção e revitalização dos conjuntos e de seu entorno.

Entre esses 'conjuntos', que são variados, podem-se distinguir especialmente os sítios pré-históricos, as cidades históricas, os bairros urbanos antigos, as aldeias e lugarejos, assim como os conjuntos monumentais homogêneos, ficando entendido que esses últimos deverão, em regra ser conservados em sua integridade. (Recomendação de Nairóbi, 1976).

Retomando a Carta de Nizhny Tagil (2003), em suas diretrizes que compreendem as intervenções, é feita ainda a recomendação de “uma adaptação que evoque sua antiga atividade” preservando o máximo de sua originalidade, além de reforçar a ideia da reversibilidade e do mínimo impacto na obra.

Partindo das inúmeras teorizações sobre o assunto, podemos concluir que existem diretrizes a serem seguidas para os trabalhos de intervenção no patrimônio arquitetônico. Porém, o trabalho de restauração é muito particular e característico de cada local, não podendo ser padronizado.

No Brasil, a palavra *preservação* está associada a intervenções nos bens, seja ela na forma de manutenção, conservação ou restauração, materializada em ações como inventários, registros, recursos legais, educação patrimonial e políticas públicas. (KÜLH, 2008).

Uma das principais formas, é por meio do tombamento, que consiste em um conjunto de ações do poder público que através de legislação específica, impede que os bens com valor histórico, cultural, arquitetônico e ambiental sejam descaracterizados ou destruídos.

O patrimônio também pode ser salvaguardado através da elaboração de inventário, reconhecendo oficialmente o bem e registrando suas principais características. Ou ainda, pode ser incluído no Plano Diretor, de modo que a administração pública se comprometa a não destruí-lo em detrimento ao desenvolvimento das cidades, aliando-o às legislações que promovam a cultura e a conservação dos bens culturais e ambientais.

PARTE 2 – CONTEXTUALIZAÇÃO URBANA

2.1 O contexto campineiro

O município de Campinas se localiza no interior do estado de São Paulo, há cerca de 100 km da capital. Ocupa uma área de 797,6 km², sendo que 238,323 km² estão em perímetro urbano e os 559,277 km² na zona rural. A população estimada no ano de 2017 era de 1.182.429 habitantes, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

É o terceiro município mais populoso do estado e o décimo quarto do país. Em conjunto com outros dezenove municípios, constitui a Região Metropolitana de Campinas, do qual é o município-sede, o que demonstra sua importância regional e estadual. O Curtume Cantúcio, objeto de estudo, se localiza próximo à região central, na região sudoeste da cidade. (Figura 1).



Figura 1: Localização do Estado de São Paulo, da cidade de Campinas e do Curtume Cantúcio. Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

O bairro conhecido como Vila Industrial, abrigou os primeiros funcionários das ferrovias que se instalaram em Campinas, sendo um dos mais antigos da cidade, e talvez um dos únicos que ainda preserva quase que em sua totalidade seu aspecto original.

Nele estão localizados cinco conjuntos arquitetônicos tombados pelo órgão municipal, que se qualificam como patrimônios históricos. São eles a Estação Ferroviária, as Vilas Operárias, o Teatro Castro Mendes, a Igreja São José e o Curtume Cantúsio. A presença de maior parte de bens culturais de caráter industrial representa a identidade daquela região no contexto municipal.

O Curtume Cantúsio é um exemplar de arquitetura industrial do início do século XX, que em conjunto com o seu vizinho, o Curtume Firmino Costa, compõem uma paisagem urbana característica da região, tendo em vista que há quase um século se instalaram naquela área da cidade.

Conforme as análises urbanas realizadas, destacaram-se quatro principais aspectos urbanos que exercem influência direta sobre o Curtume Cantúsio. São eles 1) o Córrego do Piçarrão; 2) o grande vazio urbano; 3) o trecho do antigo Veículo Leve Sob Trilhos (VLT), atual cenário de obras do Bus Rapid Transit (BRT); e 4) Curtume Firmino Costa. (Figura 2).

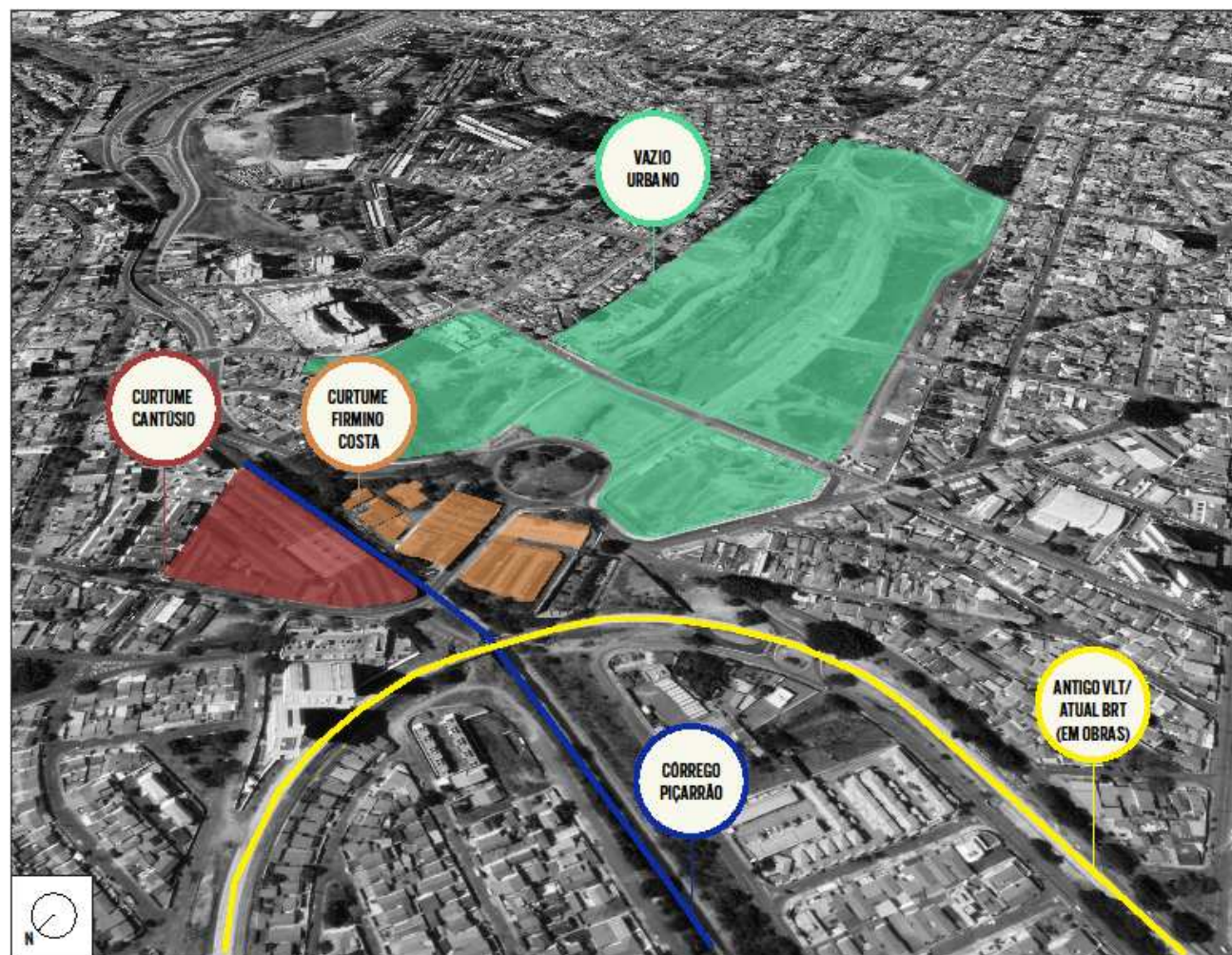


Figura 2: Esquema dos elementos urbanos que exercem direta influência sob o curtume. Fonte: Google Earth, 2018. Edições da autora, 2018.

2.2 Córrego do Piçarrão

Os rios e córregos são limites naturais da paisagem, mas a ação do homem pode determinar a relação que a cidade terá com ele. O córrego do Piçarrão, no trecho em que foi analisado neste estudo, localiza-se em uma Área de Preservação Permanente bastante deteriorada, tendo em vista que ao longo de sua existência não foi devidamente preservada. (Figura 3).



Figura 3: Fachada Lateral do Curtume Cantúcio e córrego do Piçarrão.
Fonte: Alexander Denarelli, 2008.

Para o funcionamento do Curtume Cantúcio, a presença da água era essencial, o que justifica escolha do local de implantação do complexo arquitetônico. Atualmente, o córrego se configura como uma barreira e impede o acesso à fachada sul do edifício, pela avenida Silvio Moro. (Figura 4).



Figura 4: Fundo do Curtume e margem do córrego. Fonte: acervo da autora, 2017.

A primeira instalação próxima ao córrego do Piçarrão foi o Matadouro Municipal, no século XIX, e utilizava-se do fluxo de água para abastecimento e escoamento de resíduos. Existem registros da década de 1910 que mostram que alguns trechos do córrego do Piçarrão já sofriam com enchentes, como o caso da região estudada. (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS, 1914, *apud* SERRA, 2002).

Foram realizadas diversas obras para tentar amenizar a referida situação. Como a retificação e canalização do córrego, porém, devido à ausência de mata ciliar, o subdimensionamento do sistema de drenagem e a implantação de uma avenida marginal, acabaram por piorar a situação. (SANTOS, 2002; MATTOS, 2005).

Durante anos o problema persistiu, levando a execução de novas obras³ que incluíram também aspectos urbanos como melhorias no sistema de drenagem e no sistema viário, adequação do saneamento, urbanização e reassentamento populacional. (SANTOS, 2002).

Em 2004, foi inaugurada a Estação de Tratamento de Esgoto Piçarrão, para realizar o tratamento de dejetos domésticos, bem como havia a intenção de recompor parte da mata ciliar (SANASA, 2004),

³ Substituições de galerias pluviais, canalização em canal de concreto, construção de canal aberto em seção trapezoidal, dragagem do córrego, além de melhorar a

como uma tentativa de amenizar os problemas das inundações. Entretanto, a adoção dessas medidas não foi suficiente para solucionar os problemas mencionados. (Figura 5).



Figura 5: Obras na Av. Dr. Carlos de Campos. Fonte: Carlos Bassan, 2015.

passagem sob a avenida John Boyd Dunlop e a confluência entre ele e o córrego do Laranja.

2.3 O vazio urbano

O processo de desconcentração industrial, que ocorreu nas metrópoles no final do século XX, e afetou também a região de Campinas, teve como uma de suas consequências um relativo esvaziamento das regiões centrais. Isso provocou o surgimento de novos centros secundários e também a expansão da mancha urbana. Como resultado dessas ações, a cidade contemporânea é também formada por antigas áreas industriais e espaços vazios, que por se encontrarem em áreas urbanas consolidadas e próximas ao centro, apresentam um grande potencial fundiário. (ANDREOTTI, 2015).

A definição do termo *vazios urbanos* de Villaça (1998) como “enormes extensões de áreas urbanas equipadas ou semi-equipadas, com grandes quantidades de glebas e lotes vagos”, permaneceu muitos anos em discussão e, ao que parece, o conceito se expandiu.

Segundo Portas (2000), “Vazio urbano é uma expressão com alguma ambiguidade: até porque a terra pode não estar literalmente vazia”. Para o autor, de uma forma mais geral, o termo é utilizado para explicar os espaços que estão desocupados ou subutilizados, considerados resíduos do crescimento urbano. Muitas vezes são resultados de uma atividade industrial, antiga infraestrutura de transporte ou ainda, áreas reservadas pelos proprietários para a

especulação imobiliária.

Uma das definições mais aceitas atualmente é a de Solà Morales (2002), que traz uma interpretação subjetiva em relação ao assunto:

[...] Em primeiro lugar, *vague* como derivado de *vacuus*, *vacant*, *vacum* em inglês, ou seja, *empty*, *unoccupied*; mas também *free*, *available*, *unengaged*. A relação entre a ausência de uso, de atividade e o sentido de liberdade, de expectativa, é fundamental para entender toda a potência evocativa que os *terrain vague* das cidades tem na percepção da mesma nos últimos anos. Vazio, portanto, como ausência, mas também como promessa, como encontro, como espaço do possível, expectativa.

O local de estudo do presente trabalho é vizinho de uma grande gleba vazia, de aproximadamente 236 mil m², inicialmente do mesmo proprietário do Curtume Firmino Costa. Desde a instalação dos curtumes e da consolidação do bairro no início do século XX, o terreno permaneceu vazio, sendo por vezes, alvo de grandes promessas urbanas, bem como local de ocupações irregulares, encaixando-se na descrição dos autores anteriores de vazio urbano.

Após o fim das atividades dos curtumes, decorrente do processo de desindustrialização da região central, a grande área passou a ser alvo da especulação imobiliária.

Os edifícios remanescentes dos curtumes se enquadram em um fenômeno que Mendonça (2001), chama de *friche industrielle*. Estetermo é utilizado para nomear espaços que podem ser construídos ou não, desocupados, que foram previamente ocupados por atividades industriais ou ligadas à indústria. O que caracteriza esses espaços, é o fato da vocação inicial da indústria que ali se estabelecia ter desaparecido.

Em concordância com esses conceitos, no ano de 2004, surge uma proposta apoiada pela então prefeita Izalene Tiene, do Partido dos Trabalhadores, que desapropriou a grande área do vazio urbano com a promessa de criação do “Parque dos Trabalhadores”⁴. A então prefeita justificou a ação como um modo de “resgatar a verdadeira vocação da antiga área do curtume” e criar uma área de lazer na região, uma proposta que retomava a ideia do Plano Prestes Maia.

Contudo, durante o mandato – de 2005 até 2011 -do prefeito eleito em sequência, Hélio de Oliveira Santos, do Partido Democrático Trabalhista, não foi apresentado qualquer projeto para o

local. Além disso, em virtude do surgimento de investidores particulares interessados na área, em 2008, a lei anterior foi revogada, tornando área particular novamente.⁵ (Figura 6).



Figura 6: Vista do vazio urbano a partir do bairro Vila São Bernardo. Atualmente em obras. Fonte: acervo da autora, 2018.

⁴ Decreto Nº 14.764/2004, CAMPINAS – SP.

⁵ Decreto Nº 16.240/2008, CAMPINAS – SP.

Em fevereiro de 2018, foi anunciado pelo atual prefeito, Jonas Donizette, do Partido Socialista Brasileiro, em meados de seu segundo mandato, um novo plano de obras para a cidade. O projeto *Campinas em Movimento – 50 dias de entregas*, inclui um megaempreendimento da MRV Engenharia na região, denominado “Nova Vila Industrial”, que prevê a construção de 3900 unidades habitacionais destinados as famílias que se enquadrem nas faixas 2 e 3 do programa Minha Casa, Minha Vida.

Segundo o jornal *Correio Popular*, também serão feitos investimentos na infraestrutura urbana para que ela se adeque à nova demanda, sinalizando uma possibilidade de finalmente acabar com as enchentes frequentes na área dos curtumes. Está também prevista a execução de um grande parque linear, o que alimenta uma grande expectativa nos habitantes da região, pois trata-se de uma área carente de espaços públicos de lazer.

As promessas, que tem previsão de conclusão em cinco anos, não cessam: construção de uma creche e um posto policial, reconstrução de pavimentos nas principais vias, revitalização de avenidas e alargamentos das vias, reparo no pavimento e no paisagismo dos canteiros centrais. No que diz respeito ao parque

linear, propõe-se a construção de pista de caminhada, ciclovia, praça de ginástica e equipamentos, playground, ampla arborização e muitos espaços para atividades ao ar livre. (Figura 7).



Figura 7: Empreendimento urbano a ser implantado na área. Fonte: Jornal Correio Popular, 2018.

2.4 O caminho dos trilhos

Na década de 1970, com o final das atividades da Cia. Mogiana e da E.F. Sorocabana, cerca de 40 km de trilhos em regiões densamente habitadas se tornam obsoletos. Nas décadas seguintes, se fortaleceu a ideia de reutilizar os trilhos abandonados para a implantação do VLT, que consiste em um transporte movido à tração elétrica. Nos anos 1990, em virtude de interesses políticos, a proposta recebeu atenção do governo de São Paulo, durante a gestão Orestes Quéricia, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, que entre os anos 1987 a 1991 havia sido prefeito de Campinas. (GORN, 2009).

O novo sistema de transporte era considerado um investimento em infraestrutura urbana de grande potencial para a cidade, que traria uma grande transformação urbana. (COSTA, 2010).

Segundo Freitas (1990), as obras se iniciaram rapidamente, faltando apenas um ano para novas eleições. Não houve licitação, com a justificativa de que não se sabia de quem era a verdadeira propriedade dos trilhos. Segundo o prefeito de Campinas à época, Jacó Bittar, eram de utilidade pública, pois estavam abandonados há mais de vinte, sendo considerados terras devolutas. Porém, a FEPASA havia reclamado na justiça como sua propriedade.

Segundo Gorn (2009), apesar de toda a discussão, a obra

começou a ser executada, tendo sido acordada a administração pela FEPASA durante dois anos, e depois desse período, o controle passaria a ser municipal.

O fato da aprovação quase que imediata do projeto, assim como a execução rápida na primeira fase das obras, gerou polêmicas e especulações de superfaturamento. O VLT foi inaugurado em março de 1991, no último dia do governo Orestes Quéricia, que elegeu o candidato de seu partido para o governo de São Paulo, utilizando-se da propaganda de estar criando um sistema de transporte revolucionário. (Figura 8).



Figura 8: Estação Central do VLT de Campinas.
Fonte: Estações Ferroviárias do Brasil. Foto: Kelso Meidici

Nos anos seguintes, os outros trechos foram sendo construídos mais lentamente, ultrapassando o orçamento previsto, com o custo final de US\$ 120 milhões, em 1993. O projeto que era previsto para criar um eixo norte-sul na cidade, atendendo 75 mil passageiros por dia, fracassou, pois somente atendia 4 mil passageiros por dia, gerando um grande prejuízo para sua administração. (FREITAS, 1990).

Ainda nesse ano, quando a administração do sistema deveria se tornar municipal, o novo prefeito, Magalhães Teixeira (PSDB, 1983-1996) se recusou a cumprir a transferência, declarando não concordar com a obra, que levantava grande suspeitas de corrupção na época. Dessa forma, a FEPASA repassou o sistema para a construtora Mendes Júnior. (GORN, 2009).

Diversas foram as causas associadas ao fracasso do VLT. Entre elas o fato do sistema ser mais lento que o ônibus urbano, a má localização das estações e os trechos desconexos com as outras áreas da cidade.

Com o passar dos anos, os trilhos e estações ficaram abandonados e foram depredados. (Figuras 9 e 10). As estações se tornaram depósitos de lixo e também abrigo para pessoas em situação de rua.

Segundo Costa (2010) os trechos da E.F. Sorocabana criaram barreiras físicas e visuais em diversos pontos da cidade, como por exemplo, na região dos cortiços, a implementação do VLT fortaleceu ainda mais a barreira da ferrovia que isolava os bairros Parque Beatriz, Vila Aurocan e Jardim Miranda. Eles são delimitados pelos trilhos no sentido sul-leste, pela avenida John Boyd Dunlop ao norte, pela rodovia Anhanguera à esquerda, e ainda separados entre si pelo córrego do Piçarrão.

Formados entre as décadas de 1950 e 1960, de pequeno porte e predominantemente residenciais, os referidos bairros possuem apenas alguns pontos de comércio, uma escola e alguns equipamentos de lazer improvisados que se instalam nas APPs dos córregos do Piçarrão e do Asilo. Para criar um acesso à avenida Doutor Carlos de Campos, os moradores criaram uma trilha que possibilita acessar a avenida por baixo da ponte do VLT. (Figura 11).

Em 2014, a prefeitura de Campinas e a Empresa Municipal de Desenvolvimento de Campinas acordaram pela implantação do sistema de *Bus Rapid Transit*. O BRT consiste em um transporte com vias exclusivas para a circulação de ônibus, com linhas que operam de forma expressa, sendo mais veloz que o ônibus urbano comum. (Figura 12).



Figura 9: Trilhos próximos ao Parque Industrial. Fonte: Eduardo Dantas, 2008.



Figura 11: Vista do VLT a partir do bairro Vila Aurocan.
Fonte: acervo da autora, 2018



Figura 10: VLT visto da Av. Carlos de Campos. Fonte: acervo da autora, 2018.



Figura 12: Corredor do BRT em obras. Fonte: acervo da autora, 2018.

O trecho do antigo VLT irá receber o Corredor Perimetral do projeto, que fará a conexão entre o Corredor Campo Grande e o Corredor Ouro Verde. O projeto está se instalando nas principais vias de acesso à região sul da cidade, como, por exemplo, a avenida das Amoreiras e avenida John Boyd Dunlop, que fazem conexão até os Terminais Campo Grande, Vida Nova e Ouro Verde, nas áreas mais afastadas.

Através das visitas ao local, ficou explícita a carência de espaços públicos de lazer na região acima mencionada. Ainda assim, pôde-se observar diferentes usos para o local das obras, como pessoas fazendo caminhadas, jovens conversando e crianças andando de bicicleta.

Desse modo, esse projeto aparece como sendo bastante importante, uma vez que se propõe a conectar as principais regiões de baixa renda de Campinas. Se bem-sucedido, pode garantir uma maior acessibilidade dos moradores desses locais ao centro da cidade e, conseqüentemente, a qualquer outra região. De acordo com a EMDEC, essa é a maior obra realizada em Campinas em um intervalo de anos.

2.5 Um olhar sobre o conjunto: o Curtume Firmino Costa

O Curtume Firmino Costa (Figura 13) iniciou suas atividades em 1915, inicialmente com o nome de Curtume Brasil, na mesma década em que o Curtume Cantúsio. Ainda hoje, é difícil quem saiba distinguir “onde acaba um e começa o outro”, sendo constantemente confundidos, pois suas imagens no espaço urbano se caracterizam de forma similar.

As duas indústrias, que possuem similaridades tanto históricas como econômicas, enfrentam, também, há histórias que mencionam até motivação semelhante para sua fundação, pois, tanto Firmino Costa, de origem portuguesa, como Felipe Cantúsio, de origem italiana, eram imigrantes europeus. Ainda que não tenha sido possível obter muitas informações⁶ sobre os curtumes, os edifícios foram julgados de extrema importância durante a análise urbana.



Figura 13: Vista dos blocos do Curtume Firmino Costa.
Fonte: Google Street View, 2017.

⁶ Não foi possível encontrar muitas informações sobre o Curtume Firmino Costa e seu proprietário, exceto pelas imagens do Arquivo Edgard Leuenroth (AEL) -

Unicamp e as Plantas do Arquivo Municipal. O fato de Firmino Costa ser imigrante português é de conhecimento dos moradores mais antigos da região.

Devido ao fato de ambos terem exercido a mesma função do tratamento de couro, os fatores históricos descritos anteriormente, além das características arquitetônicas similares identificadas nas plantas antigas das duas propriedades, na interpretação da autora deste trabalho, os curtumes Cantúcio e Firmino Costa estão em conformidade com o disposto no artigo 1º da Recomendação de Nairóbi. Caracterizam-se, portanto, enquanto um conjunto de edificações monumentais homogêneas, que possuem valor histórico, arquitetônico, estético e sociocultural.

Um dos elementos mais marcantes desse local era uma passarela que existiu até os anos 2010, que fazia a ligação interna entre dois blocos do curtume, acima do nível da avenida Carlos de Campos. Segundo Andreotti (2008), nela havia a inscrição “Firmino Costa” funcionando dessa forma, como um outdoor para quem passava pelo local. (Figura 14). Através dos estudos, podemos observar que os elementos arquitetônicos e estruturais utilizados no local muito se assemelham ao Curtume Cantúcio, devido ao seu contexto histórico. Ainda, buscando uma análise do meio em que eles se inserem, o Curtume Firmino Costa influência diretamente na *ambiência* do Curtume Cantúcio, estabelecendo-se como um dos limites físicos que isolam a edificação. (Figura 15).



Figura 14: Passarela que fazia a ligação no Curtume Firmino Costa. Fonte: América Perfurações.



Figura 15: Interior do Curtume Firmino Costa, em 2013. Fonte: Carlos Bassan.

PARTE 3 – HISTÓRICO

3.1 Campinas: economia, epidemia e desenvolvimento urbano

Em meados do século XVIII, surgem os primeiros sinais de povoamento na atual região de Campinas, que fazia parte do “caminho de Goiás”, por onde transitavam tropas de bandeirantes que se dirigiam para Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso.

Alguns engenhos de cana de açúcar se instalaram na região, e devido ao seu rápido crescimento, foi estimulada a formação de diversos municípios na região. Campinas foi um deles, que antes parte da Vila de Jundiá, e se emancipou no ano de 1797, quando foi chamada inicialmente de Vila de São Carlos. (COSTA SANTOS, 2002; SEMEGHINI, 1998).

Durante os anos finais do século XVIII, devido ao aumento da demanda do açúcar na Europa e a crise nas colônias francesas, o Brasil voltou a se destacar na produção do produto, tornando-se assim, no início do século XIX, a principal atividade econômica paulista. A produção do açúcar no estado de São Paulo é considerada importante por ter sido o primeiro produto da região que passou a ser comercializado internacionalmente, além de estar relacionado à expansão para o Oeste Paulista, à criação de diversos núcleos urbanos,

ao desenvolvimento do sistema viário. Também merece destaque por ser a atividade econômica que conectou dois períodos importantes: o bandeirismo e o cultivo do café. (SEMEGHINI, 1988).

Ainda quando o açúcar ainda era significativo no Vale do Paraíba, o café começou a atrair o interesse dos senhores de engenhos da região de Campinas, devido ao seu valor internacional e a menor força de trabalho necessária para sua produção. O produto apresentou boa adaptação ao solo, e nos anos 1840, as lavouras de cana de açúcar da região foram prejudicadas por geadas, o que facilitou o início da produção do café. (BADARÓ, 1996).

A partir de 1842, Campinas passa por um período de mudanças, onde a “vila do açúcar” começa a se transformar em “cidade do café”, que se tornaria o principal produto da região nos anos 1850, trazendo prestígio político e social. (BADARÓ, 1996; SEMEGHINI, 1988).

É durante o ciclo cafeeiro que a cidade recebe o que Lapa (1997) chama de ‘primeiro sopro de modernidade’, quando a cidade colonial e escravista, começa a se tornar capitalista e burguesa, em um processo que se iniciou no ano de no meio do século XIX.

De acordo com Lima (2001), na época, os princípios arquitetônicos eram considerados fatores de influência nos habitantes e na cultura do local. Nos países europeus, considerados mais “adiantados”, desenvolvia-se projetos sob malha regular, princípios

de simetria e fachadas uniformes. No Brasil, assim como era feito em Portugal, passaram a ser implementadas posturas municipais como forma de organização e normatização do território.

Até aquele momento, a cidade nasceu e se configurou de forma espontânea, não privilegiando a aristocracia em relação ao espaço. Nas palavras de Lapa (1997) “moradias e edifícios públicos, os cortiços e os sobrados, cemitérios, asilos, encontravam-se contíguos no núcleo central”.

Com a nova lógica que se impôs sobre a cidade, buscou-se um desenho urbano “moderno”, de linhas geometrizadas, que não parecia se importar com as pessoas e as dinâmicas já existentes do espaço.

É preciso fazer desaparecer tudo, ou quase tudo, que não devia ser visto. Em lugar da cidade de taipa, despudorada e malcheirosa, aspirava-se a cidade de tijolos, bem-comportada e higiênica. Não há hesitações entre simplesmente camuflar o artefato comprometedor e a sua gente molambenta e até, se for o caso, demolir e expulsar do convívio urbano os que não se adaptem àqueles novos tempos. Sejam edifícios ou espaços. Pessoas vivas ou mortas, pouco importa. (LAPA, 1997, p.12).

Nessa passagem, Lapa (1997) descreve uma tendência de uma incipiente seleção do que, a partir daquele momento, seria aceito ou rejeitado no convívio urbano, transparecendo nas ações da administração pública e influenciando na configuração da cidade que se formou nos anos posteriores.

Segundo Badaró (1996), no ano de 1850, a produção cafeeira começou a enfrentar problemas internos com o transporte e a mão de obra. As lavouras, devido à expansão para o Oeste, estavam cada vez mais distantes do porto de Santos, e o transporte por tropas de burro já não era efetivo. Além disso, com o fim do tráfico negreiro, imposto pela Inglaterra, a mão de obra de negros escravizados se tornava cada vez mais escassa. As soluções encontradas para esses problemas foram a implantação das estradas de ferro e a contratação de trabalhadores livres.

Duas companhias ferroviárias chegaram em Campinas após alguns anos de sua instalação na capital paulista: a Cia. Paulista de Vias Férreas e Fluviais (1872), que fazia a conexão com São Paulo e Santos, e a Cia. Mogiana (1875), que ligava a cidade ao interior.

As estradas de ferro contribuíram para a intensificação da função comercial da cidade, que acabou por atrair consumidores tanto da capital quanto do interior, transformando a cidade em um polo

regional. Essa crescente importância acarretou em inúmeras obras de infraestrutura urbana, como a instalação de rede de água e iluminação, a introdução do bonde de tração animal, o início do serviço de correio e telégrafo, além da fundação de colégios e hospitais. A construção do Cemitério do Fundão, em 1880, a inauguração da Catedral, em 1883, do Hipódromo Campineiro e do Instituto Agrônomo, 1887, são exemplos da dimensão da vida urbana na época. (BADARÓ, 1996).

O grande fluxo imigratório do fim do século XIX, foi essencial para resolver o problema da mão de obra. Um grande número de imigrantes europeus veio ao Brasil em busca de melhores oportunidades. Segundo registros da Hospedaria dos Imigrantes, aproximadamente 75% dos imigrantes que chegaram na cidade de Campinas eram de origem italiana. (CAMARGO, 1981 apud BAENINGER, 1996).

Nesse período, Campinas se tornou a maior produtora de café do estado, sendo responsável por 50 por cento da produção do oeste paulista. O capital excedente gerado pela atividade cafeeira impactou na urbanização da cidade, fazendo surgir melhorias em diversos setores, incluindo o fortalecimento de uma nascente atividade

industrial. (BAENINGER, 1996; SEMEGHINI, 1988). No fim do século XIX, Campinas chegou a disputar sua importância de centro econômico com a capital, recebendo o título de Princesa D'Oeste. Contudo, apesar do crescimento acelerado e da relativa modernidade, ainda possuía problemas aparentemente elementares, como, por exemplo, com questões básicas de saneamento. (BADARÓ, 1996; BAENINGER, 1996).

A cidade passou por três surtos de epidemia de febre amarela nos anos finais do século XIX, enquanto a cidade passava por um período de prosperidade econômica. Em 1886, sob o comando do engenheiro Saturnino de Brito, foi executado um conjunto de obras de drenagem e saneamento básico, com o objetivo de erradicar a epidemia. Contudo, essas reformas urbanas e essa ampla política de infraestrutura⁷, atingiam prioritariamente a parte da cidade onde estavam as elites agrária. (COSTA SANTOS, 2002).

Os sanitaristas, médicos e higienistas consideravam os cortiços como os ambientes responsáveis pela epidemia e seus moradores, os “ [escravizados] libertos e imigrantes”, foram

⁷ Diversas companhias se instalam na época: Cia Campineira de Iluminação e Gás (1872) e posteriormente Cia Campineira de Iluminação e Força (1906); Cia Campineira de Carris de Ferro (1878), que operava os bondes de tração animal; Cia

Campineira de Águas e Esgotos (1887) e Cia Campineira de Tração, Luz e Força (1911). Ver COSTA SANTOS (2002), P.162.

⁷ Segundo Lapa (1997, p.78) um mesmo edifício abrigava a Câmara, a Cadeia, o Açougue e o Matadouro.

apontados como vetores dos problemas sociais e urbanos (BAENINGER, 1996).

A “solução” da administração pública na época foi excluir as atividades ‘impróprias’ para o centro urbano, transferindo para a parte sul da cidade, o cemitério, o matadouro e a cadeia⁸ - que em um primeiro momento, se localizavam no núcleo inicial da cidade, e também demolindo os cortiços e habitações coletivas, deixando um grande número de pessoas desabrigadas. (LAPA, 1997; RAMOS; ANDREOTTI; MARINO, 2013).

No ano de 1900, Campinas já se recuperava da epidemia e da crise, porém, seu período de decadência beneficiou outras cidades da região como São Carlos, Araraquara, Jaboticabal e anulou a possibilidade de ultrapassar o desenvolvimento econômico da capital. Apesar de ter sua economia danificada, a cidade se desenvolveu muito em relação à infraestrutura e questões sanitárias e, nos anos que seguiram, tornou-se um modelo em urbanização. (BADARÓ, 1996; BAENINGER, 1996; LAPA, 1997).

Após a epidemia, a agricultura do estado deixou de se concentrar no café para a exportação, passando a uma produção de

alimentos e algodão, voltados para o mercado interno. Uma crescente atividade industrial surgiu, então, direcionada ao mercado de São Paulo e do Paraná, ainda relacionada à agricultura, como nos setores de máquinas e insumos para agricultura, e também seus subprodutos, como fios, tecidos e peças de vestuário, couro, peles, produtos químicos e laticínios. Campinas era favorável a implantação das indústrias por diversos fatores. Estava em uma área próxima à capital do estado, possuía as facilidades da estrutura ferroviária, oferecia energia elétrica como força motriz e ainda dispunha de boa infraestrutura e excelentes condições de vida urbana para a época. (BADARÓ, 1996).

Ainda que os salários fossem inferiores ao da capital, o custo de vida também era menor. Além disso, havia incentivos municipais que facilitavam a aquisição de terrenos e isentavam impostos para as indústrias. Associados ao contexto da Primeira Guerra Mundial, onde os houve a paralisação das importações, esses fatores regionais, levaram ao desenvolvimento de diversos setores industriais. (BADARÓ, 1996).

⁸ Segundo Lapa (1997, p.78) um mesmo edifício abrigava a Câmara, a Cadeia, o Açougue e o Matadouro.

Badaró (1996) e Semeghini (1988) concordam que a produção e comercialização do café, bem como o desenvolvimento da indústria estão diretamente relacionados, pois, os primeiros investimentos industriais provinham do capital acumulado pela atividade cafeeira, concentrado nas mãos de uma elite que buscava bons investimentos quando o produto perdia valor no mercado. Além disso, foi como mão de obra nas lavouras de café que os imigrantes inicialmente vieram ao Brasil, constituindo um grupo de pessoas com poder aquisitivo, que não era possível durante o sistema escravista.

Badaró (1996) ainda classifica a Crise de 1929 como o fator decisivo para a industrialização brasileira, possibilitando que Campinas virasse uma cidade de economia principalmente industrial. Antes subordinada à agroexportação, a indústria se viu obrigada a buscar independência e diversificar os seus setores.

Segundo Baeninger (1996), durante o processo de urbanização e industrialização forma-se uma nova ordem social, que através da mistura de raças, nacionalidades, culturas e ideologias começa a criar alguns grupos sociais característicos, como é o caso da classe operária, formada principalmente, nesse momento, pelos trabalhadores estrangeiros.

Nos anos que se seguiram, a atividade industrial na cidade de Campinas continuaria crescendo e se diversificando, constituindo-se

em um dos maiores polos fabris do estado de São Paulo. (SEMEGHINI, 1988).

3.2 A Vila Industrial e a segregação social

A instalação da linha férrea em Campinas dividiu a cidade em dois lados que se configuraram totalmente opostos, em aspectos sociais e geográficos. A porção norte/noroeste, conhecida pelo “lado de cá”, se estruturou a partir do núcleo inicial, formando o principal centro político e econômico da cidade, onde se instalaram obras públicas que incentivavam o caráter cultural e educacional, como teatros, centros de cultura, museus, praças, bosques, catedral, prefeitura e o mercado municipal.

Contrastando com essa imagem, ao sul/sudoeste, o “lado de lá” da linha do trem, recebeu os equipamentos urbanos que eram necessários ao funcionamento da cidade, porém recusados pelo centro urbano, como o matadouro, curtumes, cemitérios e as vilas operárias. (RAMOS; ANDREOTTI; MARINO, 2013). (Figura 16).

Segundo Roxo (2013), os primeiros sinais de ocupação da região sudoeste são da segunda metade do século XIX, como o silo dos Morféticos, em 1863, e alguns cemitérios. Após a implantação da ferrovia, no início dos anos 1870, a parte “de trás” da estação ferroviária, ficou conhecida como os “fundos” de Campinas, conhecida por ter os piores terrenos da cidade.

Nos anos seguintes foram construídos o Hospital dos Variolosos, em 1874, o Matadouro Municipal, em 1885, e a Hospedaria dos Imigrantes, em 1891. Ainda, após a virada do século, foram construídas as vilas que abrigavam os ferroviários, como a Vila Manoel Dias, em 1908, e a Vila Manoel Freire, em 1918, e a Igreja São José, em 1921. (MENDES, 1963 apud ROXO, 2013; COSTA SANTOS, 2002).

Essas instalações demonstram como o local era desvalorizado e escolhido para abrigar os usos urbanos indesejados, para evitar uma ‘contaminação simbólica’ do centro. (RAMOS; ANDREOTTI; MARINO, 2013).

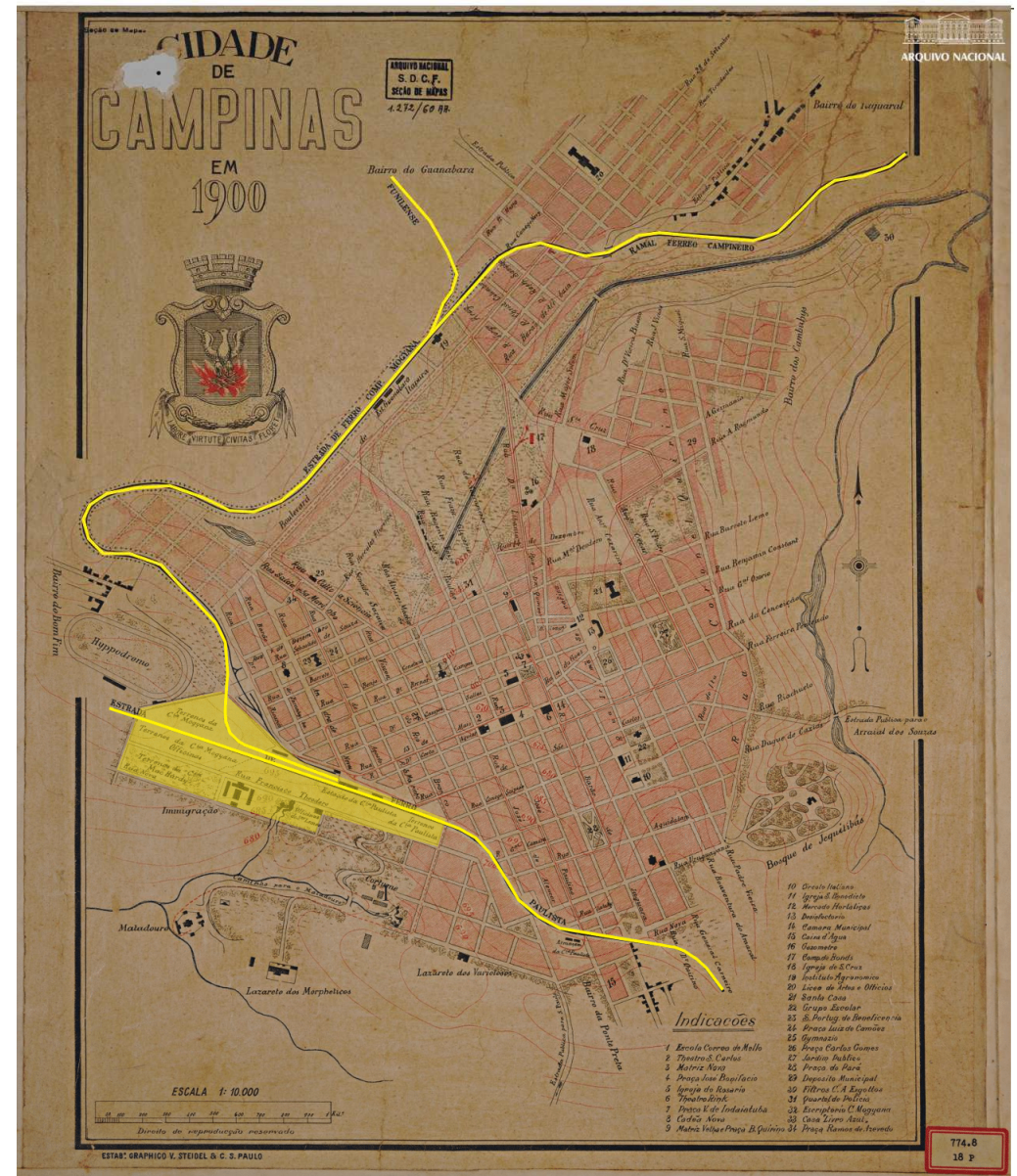


Figura 16: Planta de Campinas do ano de 1900.

Em destaque, as linhas férreas e a Estação Central. A linha da E.F. Paulista divide a cidade: o centro, ao norte; ao sul, os bairros em formação.

Fonte: Arquivo Nacional. Edições da autora, 2018.

Segundo Badaró, foi em busca de terrenos e aluguéis baratos que as fábricas e os operários se instalaram na região afastada, quase nos limites da cidade. Esse processo levou a ocupação nos “arrabaldes”⁹, e o desenvolvimento da região sudoeste, o que demonstrava a influência da ferrovia sob a expansão urbana.

A estrada de ferro reforçou a tendência industrial e operária destes dois bairros e determinou o surgimento da Vila Industrial, do outro lado dos trilhos, na saída para Itu. Este foi o bairro escolhido para a moradia dos ferroviários e seu desenvolvimento, no século seguinte – quando ultrapassou os terrenos baixos, alagadiços e desvalorizados, que o cercavam e eram ocupados pelo Matadouro Municipal, Cortume Campineiro e Asilo de Morféticos, - acabou por determinar a vocação proletária da porção sudoeste da cidade. (BADARÓ, 1996, p. 30).

Segundo Lefebvre (2008, p. 97), a segregação socioespacial pode ocorrer de três formas, que podem ser simultâneas ou sucessivas. A segregação espontânea, “das rendas e das ideologias”, é resultante do valor comercial da terra, e de quanto se pode pagar por ela.

A segregação voluntária, “estabelecendo espaços separados”, surge pelo desejo de distância, separação, podendo ser exemplificado nos condomínios fechados. Por fim, a segregação programada, “sob o pretexto de arrumação e de plano”, aparece em forma de ação do estado ou planejamento urbano, como é o caso do programa das COHABs.

No que diz respeito à cidade de Campinas e à formação da Vila Industrial, pode-se observar a segregação espontânea tanto pelas características geográficas dos terrenos, considerados “alagadiços”, e já desvalorizados, quanto pela ferrovia, fator definitivo do processo.

Um segundo momento de segregação pode ser pontuado com a reorganização e o urbanismo higienista, que por meio de leis e de um plano urbano, provocam a segregação programada. Isso se dá com a expulsão das fábricas “nocivas”, das atividades e dos serviços indesejados - como matadouro, cemitério, cadeia - e das moradias em condições precárias, fazendo com que esse conjunto se desloque para a região sudoeste da cidade.

Portanto, é essa região, excluída no âmbito socioespacial, escolhida para abrigar os indesejados, as construções consideradas de caráter insalubre. A Vila Industrial também foi a escolha dos

⁹ Termo usado pelo autor como sinônimo de *subúrbio*.

funcionários que mudaram para a cidade para trabalhar na construção dos trilhos e na estação de trem. (RUBINO, 2006).

As construções operárias e chamadas insalubres passaram a ocupar os espaços periféricos, com destaque aqui para os terrenos localizados atrás da estação, áreas menos valorizadas na cidade, enquanto se tratava o cento como área destinada aos ‘nobres habitantes’, como se referem diversos artigos nos jornais. (POZZER, 2007, p.168).

Segundo Zambello que “As casas pregadas umas nas outras, com suas portas e janelas voltadas às ruas cobertas por paralelepípedos, a igreja matriz, a praça do coreto [...]” (2005, p. 19), se configuraram como uma imagem característica das vilas operárias, criando uma forte identidade para o bairro e seus moradores.¹⁰ (Figura 17).

Entre os anos 1900 e 1929, estimulada pela construção dos curtumes Cantúcio, em 1911, e Firmino Costa, em 1915, a Vila Industrial continuou se expandindo rumo ao sul, em direção ao córrego do Piçarrão, o que deu origem aos bairros Fundão, Vila Marieta, São Bernardo e Parque Industrial. (ROXO, 2013).



Figura 17: Rua da Vila Industrial. Fonte: Centro de Memória da Unicamp (CMU), Coleção V8.

¹⁰ Em 1994, as vilas Manoel Dias e Manoel Freire foram tombadas pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas (CONDEPACC).

No fim do século XIX, durante o surto de epidemia de febre amarela, a questão sanitária foi utilizada como discurso para determinar a localização das fábricas e equipamentos inconvenientes à cidade burguesa. Segundo Lapa (1997) as fábricas eram classificadas em *incômodas*, *perigosas* e *insalubres*, sendo os curtumes classificados como os piores da categoria.

No Código de Sanitário de 1892, foi feita uma recomendação de que as “indústrias insalubres” fossem expulsas do perímetro urbano, se distando em pelo menos 2 mil metros da cidade, o que é descrito pelo autor como um “ideal que já se mostrava inatingível”, devido ao rápido crescimento urbano que se configurava. Os trilhos, também determinaram o isolamento dessa região, pois a ligação entre a Vila Industrial e o centro era bastante complicada. (LAPA, 1997).

Quando a Cia. Mogiana se instalou na cidade, negociou com a prefeitura para que fosse feito um túnel de pedestres, inaugurado em 1918. A região foi chamada de “fundos da imigração”, “caminho para o matadouro”, “estrada do Lazareto” antes de ser denominada “Vila Industrial” (RUBINO, 2006), o que demonstra como sua imagem era definida pela sua função.

¹¹ Percepção pessoal concluída a partir de conversas com moradores do bairro da Vila Industrial e adjacentes. Os limites dos bairros não são os mesmos percebidos pelos moradores.

Apesar da região ter sido dividida em diversos outros bairros ao longo dos anos seguintes, muitas pessoas se identificam como moradores da “Vila” e até desconhecem os nomes e existência dos outros bairros.¹¹ A Vila Industrial também ficou conhecida como “Bairro dos Bucheiros” (Figura 18), por abrigar o matadouro e os curtumes. (RUBINO, 2006).



Figura 18: Carro do bucheiro, 1930. Fonte: Campinas de Antigamente.

Como podemos observar na passagem do jornalista e historiador Benedito Barbosa Pupo,

[...] O ‘bondinho’ chegava à tarde trazendo o resultado da matança do dia que, imediatamente, era passado para o carroção fechado, puxado a burros, também distribuidor da carne aos açougues. [...] Logo a seguir, após o prolongamento da rua Prudente de Moraes, que era a estrada para o Matadouro e para o Hospital dos Morféticos, ficava a chácara Patton. Cerca de cem metros além, terminada a nossa ‘Vila’, pois depois da rua Antônio Manuel, a ‘nação’ era outra, a dos ‘Bucheiros’, propriamente dita, porque o termo era aplicado a nós por extensão [...] (PUPO, 1980)

O estilo de vida humilde dos moradores da Vila foi um dos motivos que possibilitou a preservação arquitetônica e histórica do bairro, já que grande parte dos moradores não dispunham de recursos para reformar suas casas. (VELASCO, 2005 apud ROXO, 2013).

Durante décadas a cidade de Campinas continuou crescendo, mas a Vila Industrial e seus bairros adjacentes nunca foram prioridade para obras de infraestrutura. Isso mostra como sempre foi uma região esquecida da cidade.

Durante o surto de febre amarela, se tornou o “depósito” das atividades insalubres e indesejadas. O o parque previsto no Plano de Melhoramentos Urbanos, de 1934, única diretriz para a região, nunca foi executado, deixando a população carente de um espaço público de lazer verde próximo até os dias atuais. Já os transportes públicos só começaram a atuar no local por volta de 1950, com a introdução do ônibus urbano. (BADARÓ, 1996; COSTA SANTOS, 2002; ROXO, 2013).

Segundo Baeninger (1996), no ano de 1934, a população urbana de Campinas superou a rural, e em 1950, chegou à 70Por cento da total. Com a abertura da rodovia Anhanguera, o acesso a cidade se facilitou, e, em meados de 1950, ocorreu um novo surto industrial, com a instalação de empresas mecânicas, de transportes, elétricas, químicas, de borracha e de papelão.

De acordo com Roxo (2013), a cidade começou a se transformar em um centro econômico, e diversas obras de grande porte foram executadas entre as décadas de 1960 e 1980, como o aeroporto internacional de Viracopos, o viaduto Cury, as rodovias Dom Pedro I e Bandeirantes, além do Terminal Central e o Terminal Mercado I e II, que incentivaram o aumento de fluxos em direção ao centro da cidade.

Quase nenhuma obra significativa foi realizada na Vila

Industrial, podendo ser citadas apenas as construções do viaduto Cury e dos Terminais de Ônibus, que melhoraram um pouco o acesso à região, ainda que não tenham sido suficientes para provocar muitas mudanças. Somente no ano de 1987, com a construção do túnel Joá Penteado, que cruzava o pátio do Complexo Ferroviário, que a Vila Industrial e a região sudoeste de Campinas finalmente iriam possuir uma ligação direta ao centro da cidade. Em razão das obras do túnel, o córrego do Piçarrão também passou por obras de canalização em seu trecho próximo à avenida Silvio Moro, com o objetivo de conter as enchentes no local. (ROXO, 2013).

Antes, considerada uma área distante e de difícil acesso, com a evolução do sistema viário e com a expansão da cidade, essa percepção sobre a região mudou. Hoje, por ser considerada próxima ao centro e por dispor, tornou alvo da especulação imobiliária.

A região, que nasceu da segregação socioespacial, passa a ser valorizada e se torna uma das áreas de interesse para o desenvolvimento urbano do município, denominada no Plano Diretor como Área Potencial para Grandes Empreendimentos, conforme determinado no Plano Diretor de Campinas, 2018.

Entretanto, mesmo diante dessa valorização, um dos elementos mais significativos da paisagem da região, os edifícios

vazios dos curtumes, ainda permanece ignorados e com destino incerto.

PARTE 4 – CURTUME CANTÚSIO

4.1 O Curtume Cantúsio na cidade de Campinas

A primeira curtidora a se instalar em Campinas foi o Curtume Campinense, em 1882, posteriormente chamado de Companhia Curtidora Campineira, da qual hoje só restam as ruínas na rua Prudente de Moraes. O Matadouro Municipal (Figura 19), construído em 1885 pelo arquiteto Ramos de Azevedo, era o principal fornecedor de matéria prima dos curtumes até a primeira metade do século XX. Foi demolido na década de 1960. (ARIAS, 2003).

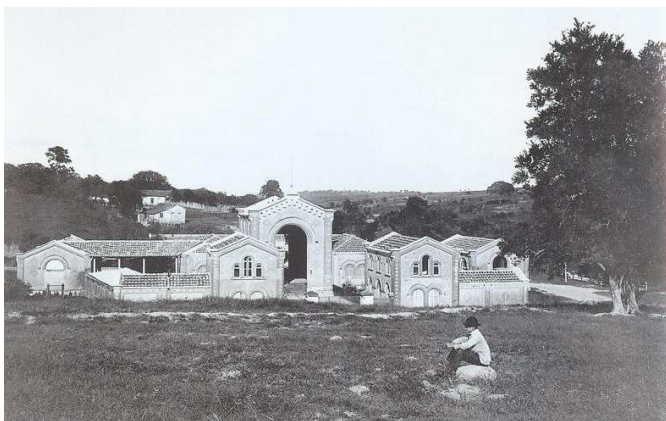


Figura 19: Matadouro Municipal de Campinas. Fonte: Campinas de Antigamente.

Nas primeiras décadas do século XX foram fundados os curtumes Cantúsio e Firmino Costa, um ao lado do outro, às margens do córrego do Piçarrão. Em 1911, no bairro ainda recente da Vila Industrial, em meio ao brejo, na antiga rua da Árvore - hoje a atual rua Doutor Carlos de Campos - instalou-se o Curtume Cantúsio. Seu fundador, Felipe Cantúsio, foi um imigrante italiano nascido em Veneza nos anos 1870, que deixou seu país em 1895, em busca de *Fare la Merica!*¹², um desejo de muitos imigrantes que buscavam uma vida melhor na América do Sul. O Brasil, que passava por uma substituição da mão de obra escravizada para a livre, adotou, como alternativa, o trabalho dos imigrantes, que eram trazidos ao país pelas Companhias de Colonização. (ALVITE, 2008).

Ao chegar no Brasil, Felipe Cantúsio viveu por três anos na cidade de Limeira, com amigos, e trabalhou em um pequeno curtume local, onde aprendeu sobre o ofício do curtimento do couro. No ano de 1900 mudou-se para Campinas, onde trabalhou na Cia. Curtidora Campineira, e, posteriormente em outros curtumes como Bartocili & Marchi, na cidade de Pinhal, e Francosi & Cunali, em Mococa, até o ano de 1909, quando retornou à Campinas. Novamente na Cia.

¹² Foi um movimento de imigração dos italianos para a América do Sul incentivado pelo sistema feudal latifundiário, que privilegiava o primogênito da família, porém excluía os outros filhos.

Curtidora Campineira, trabalhou como assistente do famoso curtidor e químico da época, Sr. Rodeck, até quando fundou seu próprio negócio. Ele nunca frequentou a escola técnica, tendo aprendido todo o seu ofício na prática. (ARIAS, 2003).

O núcleo inicial da fábrica foi um galpão de 100 m² (Figura 19) e nele trabalhavam quatro empregados, incluindo o próprio fundador. O local foi chamado de Cortume Paulista em sua fundação, em 1911, mudando para R. Cantúsio & Cia, em 1926, e por fim, chamado de Cortume Cantúsio S/A, em 1938, quando é transformado em sociedade anônima. Perto dos anos 1940 contava com uma área total de 28 mil m² e 15 mil m² de área construída. (ARIAS, 2003).

A indústria cresceu rapidamente, e já na década de 1930, era conhecida em proporção nacional, gerando empregos na região e atraindo cada vez mais moradores para o local. A partir de 1939, o Curtume Cantúsio passou a exportar seus produtos para a Inglaterra, França, EUA, Austrália, Finlândia, Suécia, Alemanha, África do Sul, Itália, Taiwan, Coreia do Sul, Hong Kong, Singapura, entre outros países.

Além de tratar do curtimento do couro, a empresa passou a investir também em outros subprodutos, destacando-se a produção de solas. Entre os anos 1980 e 1984, estima-se que foram produzidas

cerca de 13 mil toneladas desse artigo.

Em uma edição do ano de 1969 da revista *O Curtume*, revista de circulação nacional de caráter informativo do setor courista, podemos encontrar uma propaganda do Curtume Cantúsio que ilustra a importância da indústria na época. A propaganda ainda destaca a qualidade dos produtos e disponibiliza uma lista de representantes em diversos estados do Brasil. (Figura 20).

**OS MODELOS DEIXAMOS PARA OS ARTISTAS.
MAS A QUALIDADE DA SOLA É POR NOSSA CONTA.**

Pela qualidade das solas que fabricamos, além de contribuir para o belo acabamento do produto, proporciona também um rendimento superior.
CANTUSIO, produz finíssimas solas, tipo exportação, originais na fabricação dos melhores calçados.

Cortume Cantusio S.A.

FABRICANTES EXCLUSIVOS DE SOLAS
RUA DR. CARLOS DE CAMPOS, 1033 — CAMPINAS — S. P.
TEL.: PBX 8-5126 (Rde interna)

REPRESENTANTES

AFONSO ANGELO REPRESENT. LTDA. Rua Liberato Barroso, 397 — s/ 313 — Fone 1-0226 — Caixa Postal, 525 End. Telegráfico — AFANGELO FORTALEZA — CE	FRANCISCO RODRIGUES REMACHO Rua Vitorino Ramalho, 83 Fone 295-0451 — Tatunapé SÃO PAULO — SP
ANTIDIO PENA MARQUES Rua João Pessoa, 299 — s/ 14 Caixa Postal, 112 ARACAJU — SE	JOSÉ LUCAS MARTINS FILHO Rua Antonio Cesarino, 279 — Fone 9-6529 CAMPINAS — SP
ARLINDO CAVALHEIRA Rua das Graças, 91 — Fone 25-535 RECIFE — PE	ILIDIO QUEIROZ Rua da Alfândega, 174 - 1.º — Fone 43-4517 RIO DE JANEIRO — RJ
CARLOS ALBERTO BACH & CIA. LTDA. Avenida Pedro Adams Filho, 1539 Caixa Postal, 165 NOVO HAMBURGO — RS	M. SOUZA DURÃO REPRESENTAÇÕES Rua Miguel Calmon, 17 - 3.º andar - s/ 301 Fone 2-3620 — Caixa Postal, 174 End. Telegráfico DURAMELZA SALVADOR — BA
C.C. SILVA & CIA. LTDA. Rua Cardoso Vieira, 164 — s/ loja End. Telegráfico CACIL CAMPINA GRANDE — PB	OCARI - DRG. CARVALHO RIBEIRO LTDA. Rua Liberato Barroso, 307 — Sala 305 Caixas Postais, 233 e 525 — Fone, 1-0226 End. Teleg. "OCARI" FORTALEZA — CE
COM. RÉPRES. FANELLI LTDA. — corale Rua Ruy Barbosa, 625 — Fone 6028 RIBEIRÃO PRETO — SP	SALVADOR ARENA Rua Amazonas s/n.º — Vila São Geraldo TAUBATÉ — SP
ELYSIO D. SILVA REPRESENTAÇÕES Rua Itz. Oliveira, 29 — 1.º andar — s/ 7 Caixa Postal, 457 — End. Teleg. COTON FLORIANÓPOLIS — SC	SOC. CIVIL COMISSARIA ARGOS - socica Rua Guaraní, 389 — sala 110 Fones, 2-9073 e 2-9986 — Cx. Postal, 2112 End. Teleg. "SOCICA" BELO HORIZONTE — MG

Figura 20: Propaganda do Curtume Cantúsio em uma revista especializada em produtos de couro da época.

Fonte: Revista O Curtume, 1969.

O Curtume Cantúsio é um exemplar arquitetônico que ao longo de seu funcionamento transformou a região em diversos aspectos, sociais, econômicos e tecnológicos. No âmbito social, a fábrica afetou a vida dos moradores da região e seus funcionários em diversas proporções. Em um primeiro momento, trouxe dinamismo para a região, incentivando sua ocupação e trazendo, consequentemente, comércios e serviços. (ALVITE, 2010).

Analisando as plantas antigas, pode-se afirmar que existiram edifícios anexos, sendo esses uma escola e residências para os trabalhadores do curtume e seus filhos. Isso sugere uma preocupação em manter os funcionários próximos ao local de trabalho, bem como em fornecer uma mínima infraestrutura para eles. (Figura 21).

Fonte: Prefeitura Municipal de Campinas. Edições da autora.

Como ensina Alvite (2010), no começo, empregava-se escravizados recém libertos e, posteriormente, crianças e imigrantes - o que parece ter predominado até a década de 1960. A partir dessa década, o local passou a utilizar um sistema próprio para geração de energia (Figura 22), onde um só eixo era usado para movimentar várias engrenagens de máquinas colocadas em série, demonstrando uma técnica diferencial para maior eficiência e economia de energia. Nos anos 1970, através do acervo iconográfico, pode-se afirmar que a fábrica contratava diversas funcionárias mulheres e operava com máquinas mais sofisticadas. (Figuras 23 e 24).

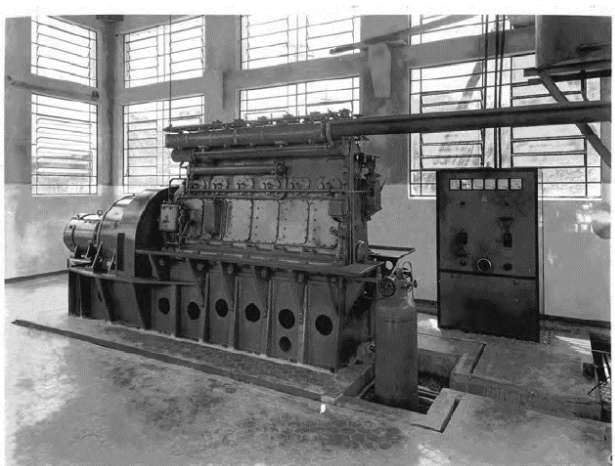


Figura 22: Máquina de geração de energia [197-]. Fonte: Alvite, 2010.



Figura 23: Mulheres trabalhando na fábrica. [197-]. Fonte: Alvite, 2010.



Figura 24: Infraestrutura do local em 1980: laboratório químico, sistema informatizado e tamborão automático. Fonte: Alvite, 2010.

Segundo Alvite (2010), devido à questão ambiental, a indústria tornou-se cada vez mais incômoda na área que, anteriormente industrial, ao longo dos anos se configurou cada vez mais como um ambiente residencial. Para tentar solucionar esse problema, na década de 1960, o Curtume Cantúsio se uniu ao seu vizinho, Curtume Firmino Costa, e construíram uma estação de tratamento de águas residuais na região.¹³ (Figura 25).



Figura 25: Antiga estação de tratamento. Foi demolida nos anos 2010.
Fonte: Eduardo Dantas, 2008.

Houve um projeto paisagístico com plantas ornamentais e eucaliptos para reflorestamento, como uma tentativa de compensar o grande impacto ambiental e mau cheiro, o que permitiu que os curtumes continuassem em funcionamento ainda por muitos anos, mesmo não solucionando totalmente a situação. (ALVITE, 2010).

No entanto, os resíduos químicos ainda não eram tratados, sendo jogados diretamente no córrego, poluindo as águas e provocando o aparecimento de insetos. Entre os principais produtos químicos utilizados no curtimento, estão o tanino e o cromo, sendo o segundo considerado o maior vilão da indústria curtumeira devido ao seu grande risco de contaminação do meio ambiente. (ALVITE, 2010).

Segundo Alvite (2008), como resposta a essa situação, nasceu um movimento dos moradores locais, denominado *Vila Verde*. Esse grupo pressionava os curtumes para tratarem suas águas contaminadas antes de lançá-las no córrego e passou a questionar as atividades das curtidoras no bairro.

No final da década de 1980, os moradores da Vila Industrial apontavam as enchentes do córrego do Piçarrão e a poluição gerada pelos curtumes como os principais problemas urbanos do bairro.

¹³ O tratamento consistia em: gradeamento para a retirada de sólidos mais grosseiros; tanques para a retenção de sebo e separação de gordura; estrutura para a decantação de lodos mais pesados e secagem.

Contudo, as indústrias eram uma situação delicada, pois ao mesmo tempo em que seu funcionamento movimentava as atividades econômicas da área, elas traziam consequências bastante incômodas.

A discussão foi levada à prefeitura, com o secretário de obras e o então vice-prefeito, Antônio da Costa Santos. Enquanto a Lei de Zoneamento¹⁴ vigente na época classificava a área como zonas 5, 11 e 12, que não admitiam indústrias incômodas da região, mesmo que possuíssem infraestrutura para tratamento, os proprietários dos curtumes defendiam estar na região muito antes da imposição dessa lei¹⁵, levando a uma longa discussão sobre a permanência das instalações no local. (ALVITE, 2008).

No ano de 1981, seguindo a tendência de descentralização industrial que se iniciara na década anterior, a maioria das grandes indústrias situadas na região já haviam se deslocado para as novas áreas que se formavam nas periferias, os Distritos Industriais de Campinas (DICs), incentivados pela prefeitura municipal¹⁶.

¹⁴ Lei Nº 6.301/1988: Lei de Uso e Ocupação do Solo, Prefeitura Municipal de Campinas – SP. Art. 26:

VI – Zona 6 – zona estritamente residencial, destinada basicamente aos usos residenciais multifamiliares; serão permitidos o comércio, os serviços e as instituições do âmbito local.

XI – Zona 11 – zona destinada basicamente ao uso misto – habitacional, comercial, de serviços e institucional, de pequeno e médio porte.

Entre as décadas de 1980 e 1990, a região recebeu ações de infraestrutura, como a construção do túnel que fez a ligação com o centro, obras no córrego do Piçarrão e o VLT.

Somado a todas as mudanças do espaço urbano e as pressões dos moradores e da prefeitura, o Curtume Cantúsio enfrentava também problemas financeiros. Assim, no ano de 1994, encerrou suas atividades. (ARIAS, 2003; ALVITE, 2010).

Em seus oitenta anos de funcionamento, a fábrica foi administrada por três gerações da família Cantúsio, e, segundo Alvite (2008), o seu fundador mostrou perseverança e espírito empreendedor ao vir para o Brasil em busca de melhores condições de vida.

É inquestionável a importância histórica do Curtume Cantúsio, pois a indústria deixou uma intensa marca na cidade de Campinas e na região onde se localiza, o que pode ser exemplificado pelo nome do bairro Parque Industrial, por uma escola estadual chamada Felipe Cantúsio e uma rua em sua homenagem.

O fechamento do curtume trouxe consequências tanto

XII – Zona 12 – zona destinada basicamente ao uso misto – habitacional, comercial, de serviços e institucional, de médio e grande porte.

¹⁵ Constituição Federal (1988), Art. 5º, Inciso XXXVI. Decreto-Lei nº 4.657/1942, Art. 6º.

¹⁶ Uma das medidas do Plano Preliminar de Desenvolvimento Integrado (PPDI) apresentado durante a gestão de Orestes Quércia (1969-1972) como prefeito da cidade.

positivas como negativas para a área. Por um lado, os bairros foram parcialmente requalificados, recebendo arborização em suas ruas e praças, melhorando a qualidade de vida da população devido a diminuição da poluição.

Porém, a dificuldade de vender ou alugar os edifícios dos curtumes criou uma paisagem de abandono. Alguns dos galpões do Curtume Firmino Costa, por serem menores e mais independentes, foram separadamente ocupados por outras empresas. Atualmente, os galpões menores, próximos à avenida Silvio Moro, são alugados para a empresa de máquinas industriais. A maioria dos outros galpões, por sua vez, permanecem vazios.

Faz vinte e quatro anos que o edifício do Curtume Cantúcio não consegue estabelecer um novo uso para si, tendo sido alugado para algumas atividades esporádicas, como o caso de um grupo de *paintball*, entre 2016 e 2017.

Segundo Rubino (2006), em 1999, os proprietários do curtume propuseram a doação da área de 25 mil m² para que o local fosse transformado em um “um grande centro cultural, uma espécie de MASP de Campinas”. Entretanto, a prefeitura não demonstrou interesse na época.

No ano de 2011, o edifício do Curtume Cantúcio foi tombado em nível municipal pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas, justificado no fato de que o edifício atravessou diversos períodos marcantes da história nacional e mundial, evoluindo nos âmbitos tecnológico, social e ambiental. Assim, uma forma de preservar o legado histórico-cultural é preservar o edifício arquitetônico, de modo a torna-lo um exemplar de memória materializada. (ALVITE, 2008).

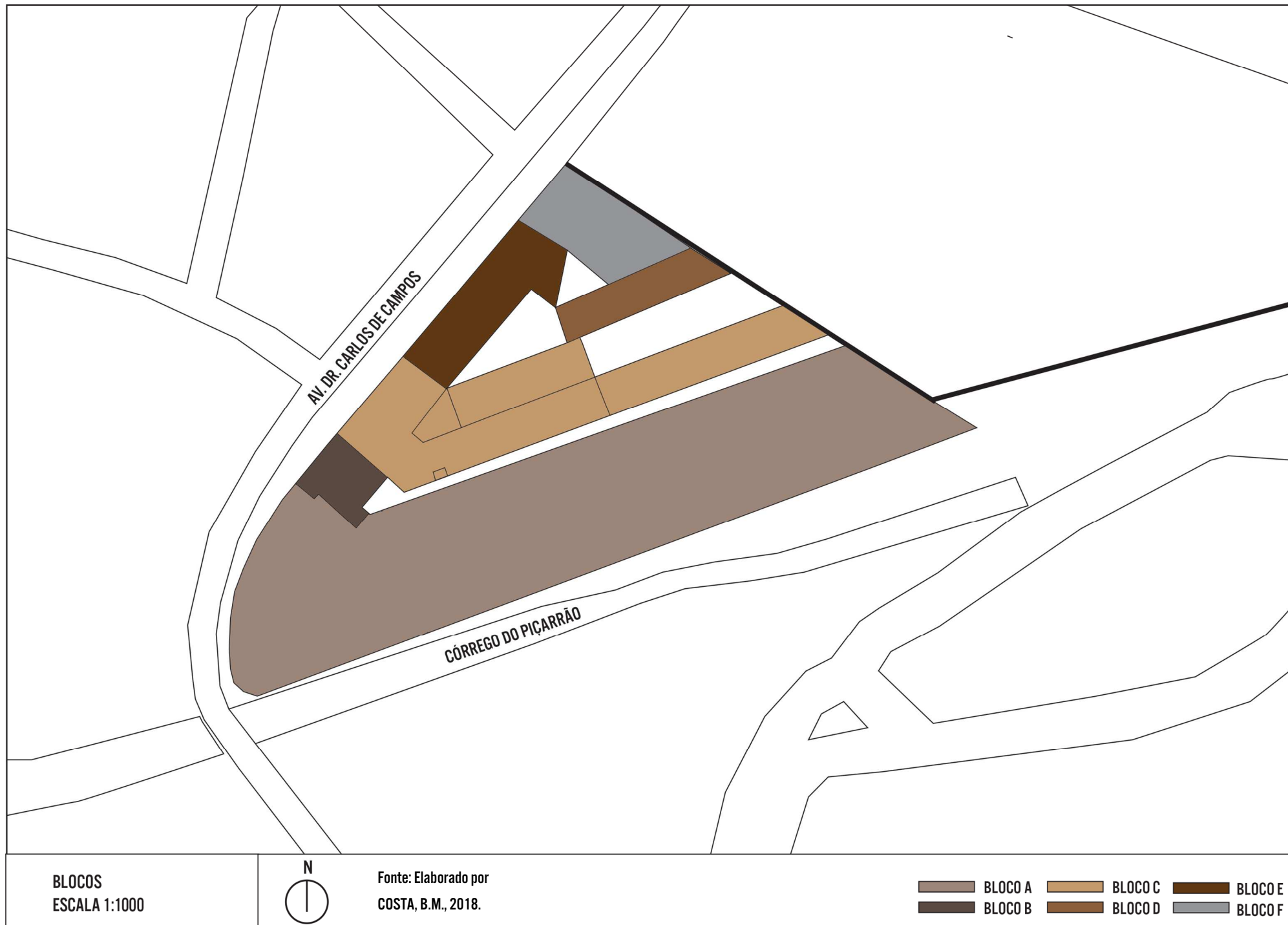
4.2 Evolução construtiva

Através das plantas de documentação, dos memoriais descritivos, dos acervos iconográficos, dos trabalhos de campo, e também de outros estudos realizados no local¹⁷, foi possível o entendimento do complexo de curtumes e a elaboração de documentos, ainda que em relação a estrutura atual existam somente suposições, tendo em vista a inexistência de um arquivo atual oficial do local.

Segundo Alvite (2010), o curtume passou por diversas expansões, tendo sido construídos “blocos” conforme as necessidades de ampliação surgiam. Essas expansões, feitas em diferentes períodos, deu ao edifício uma fachada de aspecto heterogêneo, ainda que aparente ter havido uma certa tentativa de respeitar o padrão arquitetônico original.

Para um melhor entendimento e referência dos estudos e do projeto desenvolvido, o edifício foi dividido em sete blocos, como demonstra a Figura 26.

¹⁷ No ano de 2016, o Curtume Cantúsio foi estudado pela arquiteta Juliana Reis, que elaborou e cedeu cordialmente as plantas estruturais utilizadas neste trabalho.



As propriedades do Curtume Cantúcio incluíam a quadra do lado esquerdo da avenida Doutor Carlos de Campos em sua totalidade. Pode-se, também, observar uma escola no terreno da frente. Através do gráfico elaborado pela *Revista Solado*, é possível observar a evolução da construção do edifício. (Figura 27).

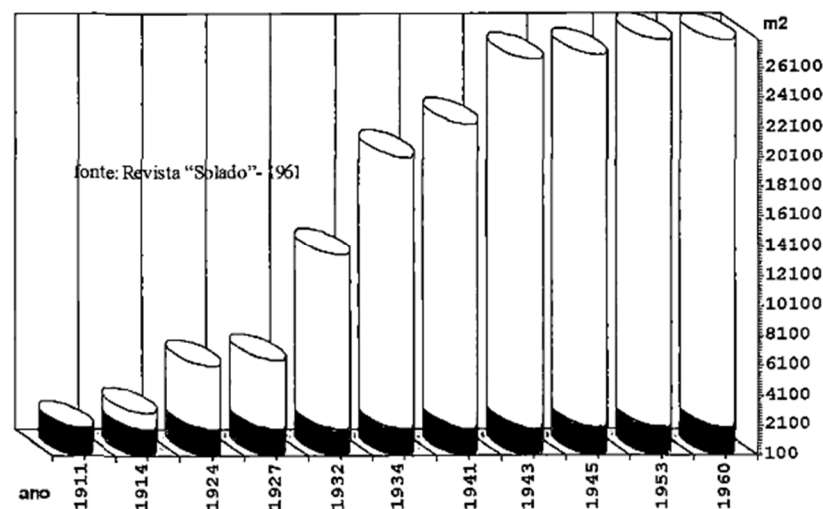
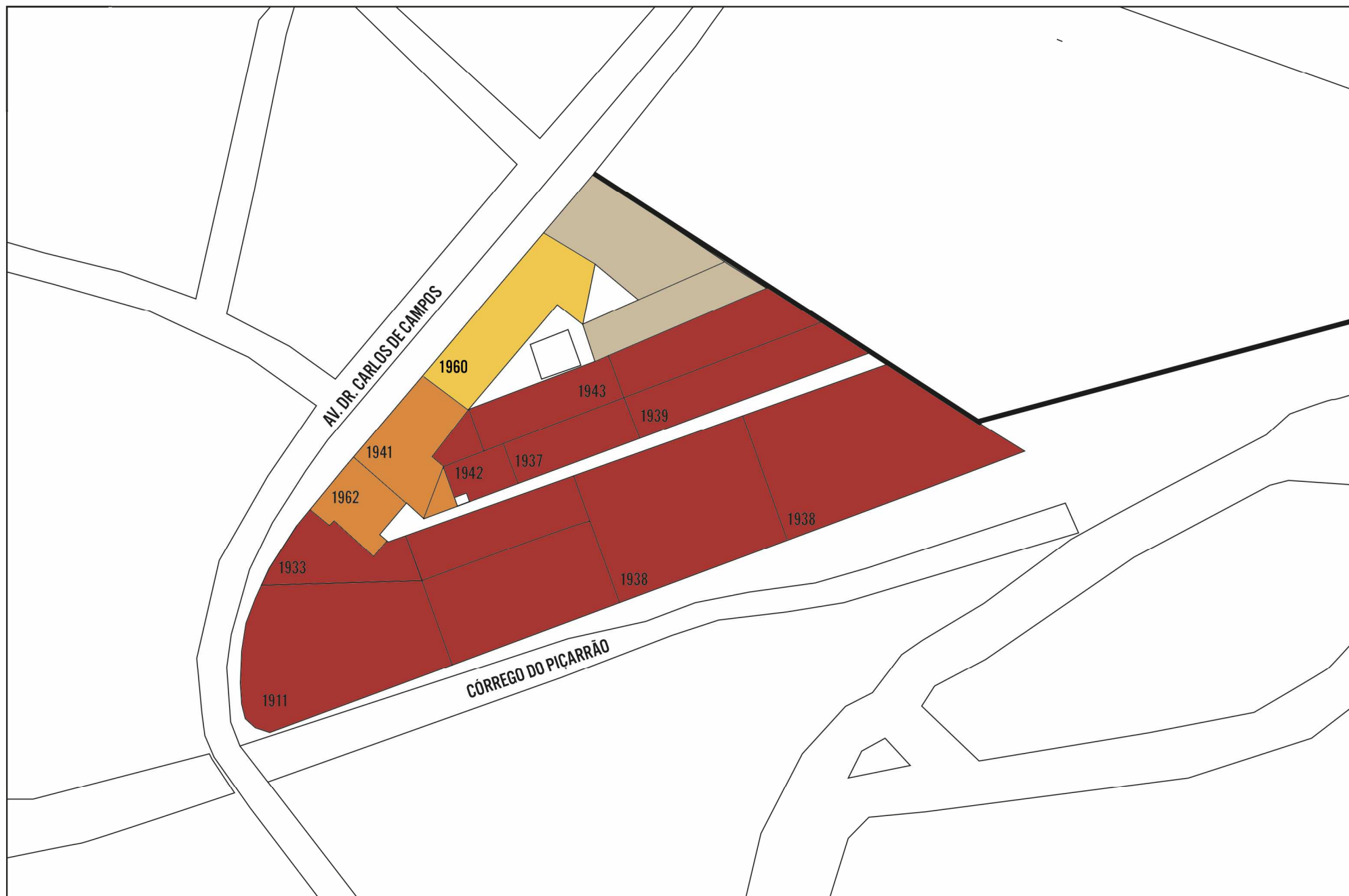


Figura 27: Gráfico elaborado pela Revista Solado, em 1961. Fonte: CSPC, 2010. Arquivo de Tombamento.

No Arquivo Municipal de Campinas, teve-se acesso a um alvará de demolição parcial do local, onde se registra que em 1997 o local possuía 16.246,55 m² de área ocupada e 29.151,55 m² de área construída. Como uma síntese, foi elaborado uma planta definindo a data das construções e seus usos na época de funcionamento do curtume. (Figura 28).



CRONOLOGIA E FUNÇÃO
ESCALA 1:1000



Fonte: Elaborado por
COSTA, B.M., 2018.

 ADMINISTRATIVO	 DEPÓSITO
 PRODUÇÃO	 DESCONHECIDO

Por meio do acervo iconográfico, podemos observar a evolução construtiva, que está diretamente relacionada com o sucesso da empresa. (Figuras 30, 31, 32 e 33).



Figura 30: Primeiro edifício do Curtume Cantúcio [191-] Fonte: Coordenadoria Setorial de Patrimônio Cultural (CSPC), Arquivo de Tombamento, 2010.



Figura 31: Reforma no Curtume Cantúcio, em meados de 1920. Fonte: Coordenadoria Setorial de Patrimônio Cultural (CSPC), Arquivo de Tombamento, 2010.



Figura 32: Fachada do Curtume Cantúcio, em 1940

Fonte: Coordenadoria Setorial de Patrimônio Cultural (CSPC), Arquivo de Tombamento, 2010.



Figura 33: Rua interna do curtume, 1942.

Fonte: Coordenadoria Setorial de Patrimônio Cultural (CSPC), Arquivo de Tombamento, 2010.

Através das informações contidas nas plantas cadastrais, pode-se concluir que os edifícios ligados à produção do couro possuíam uma estrutura específica e padronizada, criando um galpão amplo, de acordo com as necessidades das atividades no local. (Figuras 34, 35 e 36). Esses blocos possuem estrutura similar, descritas de acordo com o memorial descritivo e imagens do local:

- A) Nas fundações, sapatas de concreto armado, com dimensão 0,80m x 0,80m x 1,10m.
- B) As estruturas, colunas, lajes e vigas de concreto armado;
- C) Paredes de alvenaria de tijolos, revestidas por cal e areia;
- D) Telhado tipo tesoura, de madeira, em sua maioria. Alguns blocos apresentam tesouras em estrutura metálica.
- E) Cobertura: ripas e caibros de madeira. Terças e armadura do telhado de estrutura metálica. Pode-se perceber que o telhado original era de telhas francesas, que em alguns pontos foram substituídas por telhas metálicas.
- F) Janelas de vidro, basculantes.



Figura 34: Interior do edifício. Telhado de madeira.
Fonte: Arena Zumbi, 2016.



Figura 35: Interior do edifício. Telhado em estrutura metálica. Fonte: Arena Zumbi, 2016.

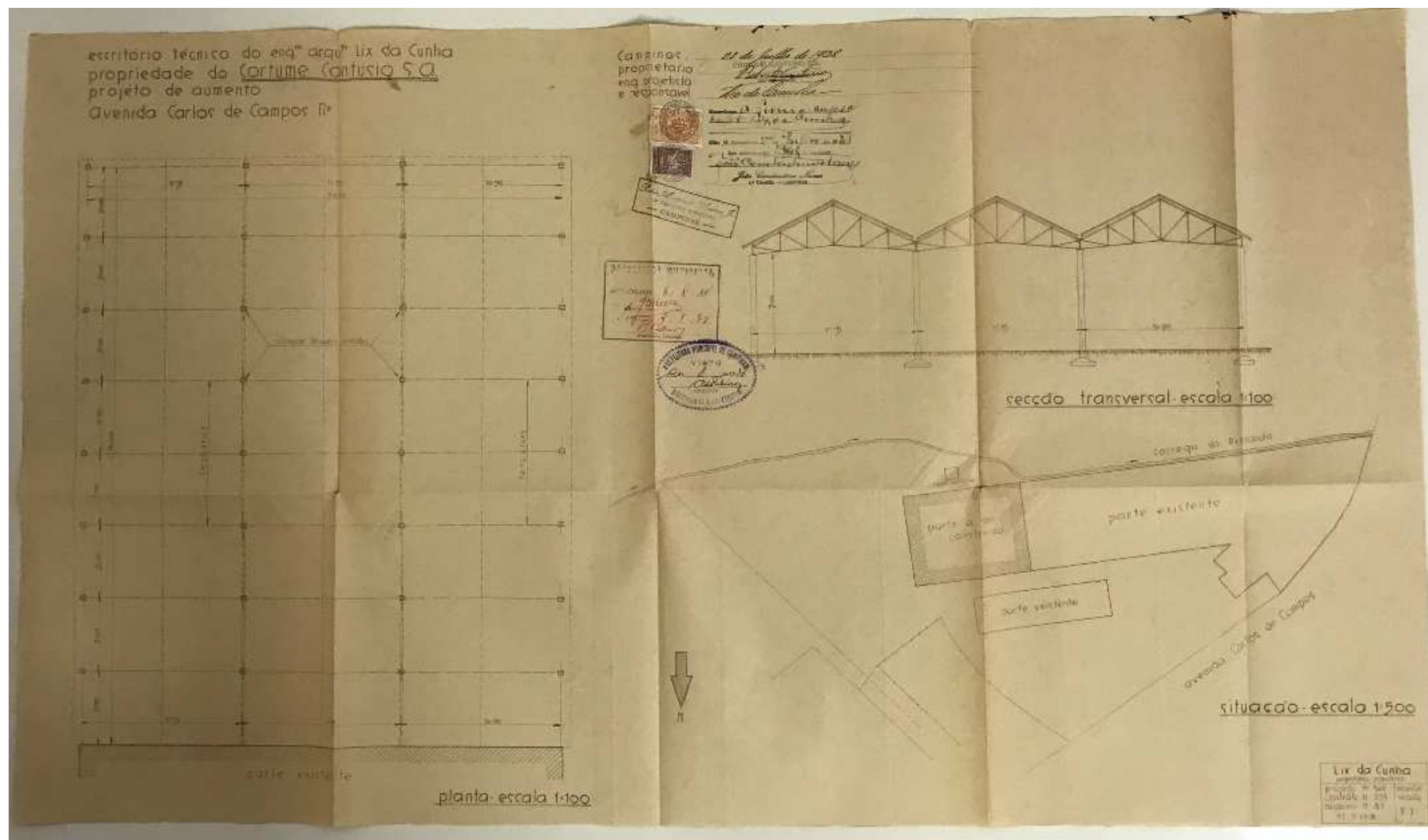


Figura 36: Planta de um dos galpões utilizados para o curtimento.

Fonte: Arquivo Municipal de Campinas (AMC).

Os blocos construídos após a década de 1950, utilizados como depósitos ou como espaços administrativos, apresentam características diferentes dos anteriores, abandonando a estrutura padrão utilizada até então e se aproximando das influências da arquitetura modernista. (Figuras 37, 38, 39 e 40).

A estrutura – vigas, pilares e lajes - são todas de concreto armado e maiores esquadrias, buscando o aproveitamento da iluminação natural para os ambientes. A mudança do estilo arquitetônico adotado demonstra a evolução dos materiais e das técnicas construtivas ao longo do século XX.

A partir das imagens, foi possível identificar as esquadrias e materiais construtivos do local, notando que não há muita diferença do que se descreve no memorial descritivo das plantas cadastrais, um sinal de que não houve muitas modificações do seu estado original, com exceção à pintura interna.



Figura 37: Interior do Bloco E.

Fonte: Arena Zumbi, 2016.



Figura 38: Vista da chaminé e esquadrias do edifício.

Fonte: Arena Zumbi, 2016.

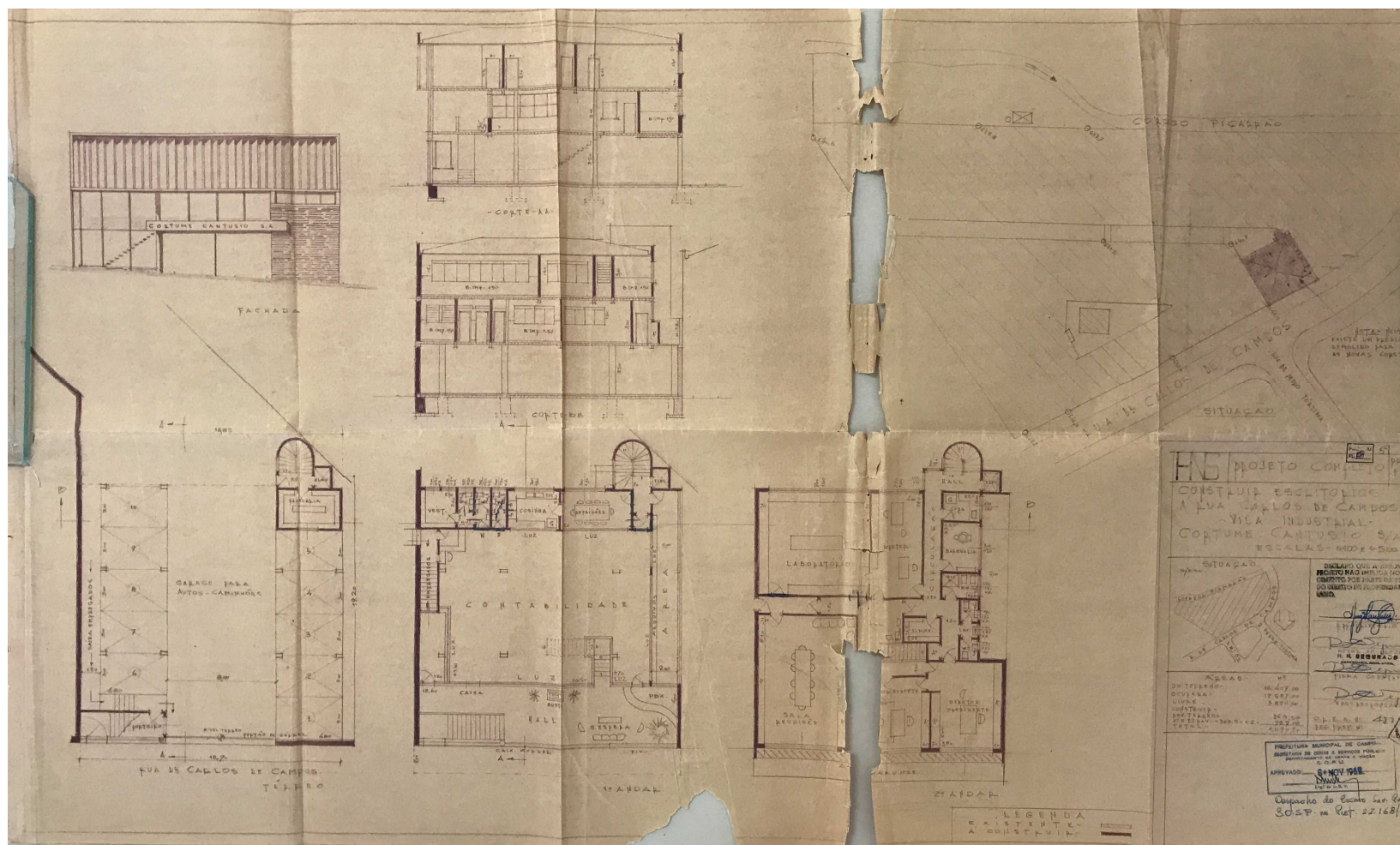


Figura 39: Projeto do Bloco B.
 Fonte: Arquivo Municipal de
 Campinas (AMC).

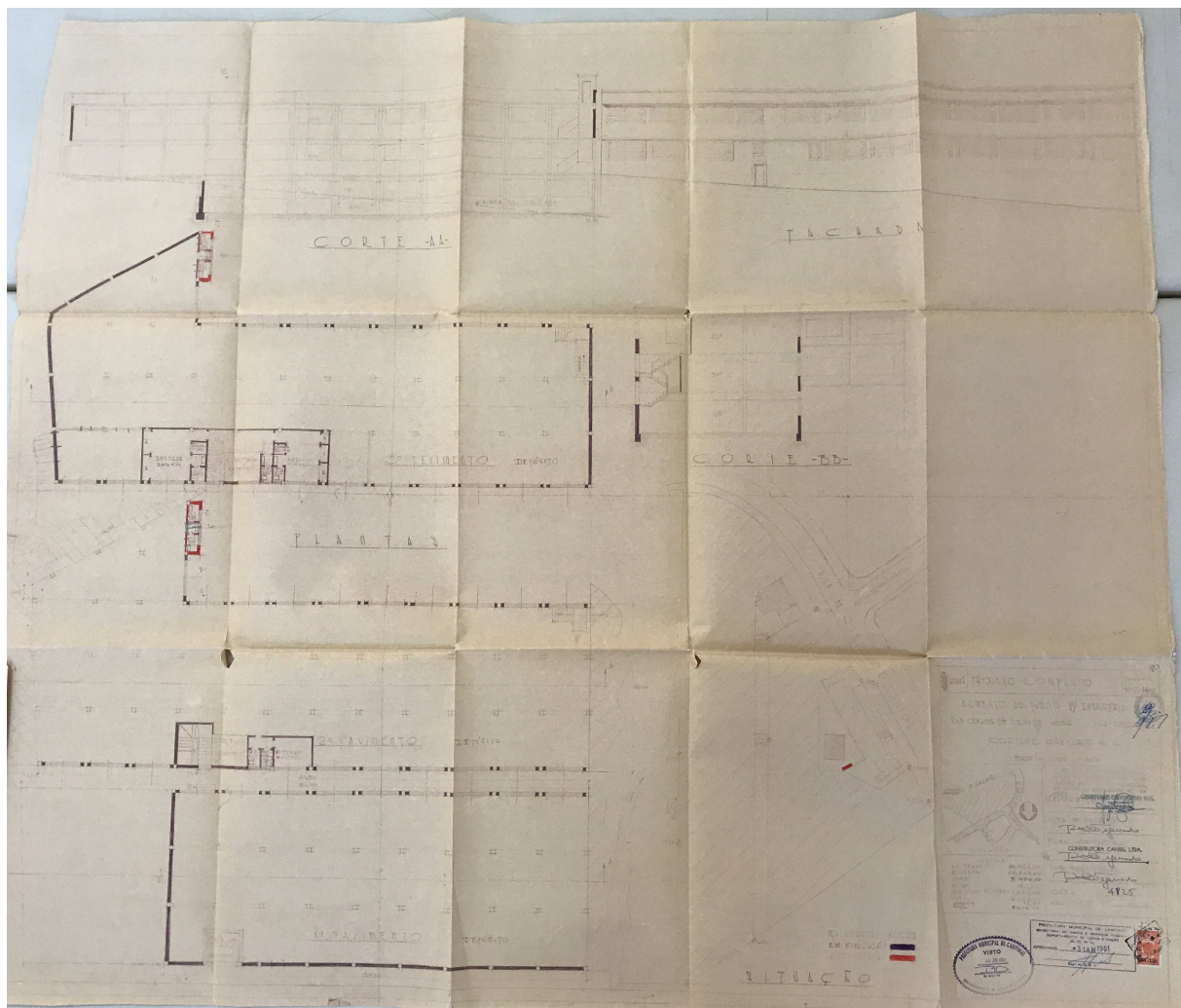


Figura 40: Projeto do Bloco E.

Fonte: Arquivo Municipal de Campinas (AMC).

4.3 Estilos, técnicas e materiais

Situando brevemente alguns debates sobre a arquitetura brasileira, de acordo com Reis Filho (1970), na época colonial, o uso e a produção da arquitetura e do espaço urbano era baseado no trabalho escravo. A arquitetura urbana apresentava forte influência portuguesa, como ruas de aspecto uniforme, casas térreas e sobrados.

A uniformidade, era guiada pelas Cartas Régias e Posturas Municipais, que definiam uma série de elementos para garantir a “organização”. Essas exigências, acabavam por produzir construções muito similares, contribuindo para a existência de um sentimento de monotonia. Eram construídas quase sempre paredes de pau-a-pique, adobe ou taipa de pilão, enquanto os telhados eram em sua maioria de duas águas. A arquitetura brasileira do século XIX herdou muitas características do período colonial, pois até os anos 1850 as formas de habitar ainda eram dependentes do trabalho escravo. (REIS FILHO, 1970).

As primeiras mudanças foram influenciadas pela Academia Imperial de Belas-Artes do Rio de Janeiro e pela Missão Cultural Francesa, que difundiram o estilo neoclássico, proporcionando o desenvolvimento de aspectos construtivos mais refinados, o que levou

ao abandono das soluções arquitetônicas do período colonial. (REIS FILHO, 1970).

De acordo com BRUAND (1991), no Brasil, o termo “neoclássico” é muito utilizado para os edifícios que possuem características que remetem à antiguidade greco-romana. Contudo, esse estilo é apenas uma forma de ecletismo, que utiliza elementos empregados na arquitetura de diversas épocas.

Como ensina Reis Filho (1970), a abertura dos portos e a inserção do Brasil no mercado mundial, possibilitou a importação de equipamentos e a utilização de novos materiais, como platibandas e vidros. As transformações foram acontecendo aos poucos, e em um primeiro momento, as novas técnicas foram incorporadas aos programas antigo.

Uma mudança mais drástica apenas teve espaço para ocorrer com a decadência da escravidão e a chegada dos imigrantes. Na segunda metade do século XIX ocorreu um grande avanço no setor de construção, tendo em vista uma maior facilidade na aquisição de produtos importados. O transporte desse material era ferroviário que, por meio dos trilhos, ligava o interior e litoral do país. Nesse período, a uniformidade, marco da arquitetura colonial, começa a desaparecer das residências. (REIS FILHO, 1970).

Segundo Lima (2001), no final do século XIX e no início do século XX, um padrão nas cidades do interior paulista era claramente composto por alguns elementos bastante específicos. Era possível identificar o caráter mural das fachadas e os volumes dos edifícios, transformados em um grande sólido geométrico.

O uso de elementos da tradição clássica, assim como o amplo uso de linhas retas, horizontais e verticais, parecia criar certo ritmo nas aberturas, equilibrando os cheios e os vazios. Nessa época, ainda que uma grande quantidade das obras arquitetônicas fosse realizada por construtores, pedreiros e mestres de obras, eram inspiradas pela memória ou registros que esses construtores possuíam de sua cidade natal, trazendo elementos de diversos lugares para a arquitetura brasileira. (LIMA, 2001).

Diversos acontecimentos do final do século XIX e do início do século XX, como a abolição da escravatura, a instauração da República no país e, posteriormente, a Primeira Guerra Mundial, contribuíram para a modificação das estruturas econômicas. Apesar disso, nas primeiras décadas do século XX, as construções ainda se ligavam aos esquemas coloniais. (REIS FILHO, 1970).

Nos primeiros anos do século XX, a ideia de separação entre o ambiente de residência e o ambiente de trabalho é reforçada, e começam a surgir cada vez mais edifícios de uso exclusivamente comercial e industrial. Contudo, apesar das indústrias serem ambientes completamente distintos das residências, inicialmente, elas eram como casas adaptadas. (REIS FILHO, 1970).

De acordo com Reis Filho (1970), as inspirações para essas construções eram as mesmas que para edifícios não industriais como, por exemplo, os detalhes das janelas que seguiam a moda da época. Havia uma preocupação em esconder os ambientes internos, utilizando-se de janelas mais altas, mesmo que isso prejudicasse a iluminação natural. O uso das platibandas tornava as construções retângulos alongados.

Ainda que os interiores fossem por vezes montados com estruturas metálicas, as frentes, bem ou mal compostas, ocultavam tais soluções, organizando-se de modo que ofereciam às ruas aspecto tradicional. Assim mesmo, as construções industriais tinham “frente” e “fundos”, respeitando um sentido de valorização social dos espaços de origem residencial; mesmo as indústrias, com grandes dimensões e amplas possibilidades de inovação acomodam-se às fórmulas rígidas dos tempos coloniais. (REIS FILHO, 1970. P. 85-86).

Entre os anos 1940 e 1960, o país passou por um intenso período de urbanização e industrialização. Diante desse novo cenário, o relacionamento entre a arquitetura e o planejamento urbano começa a ser repensado.

Devido ao grande avanço técnico e econômico, a arquitetura brasileira passou por um período de aperfeiçoamento de técnicas. Muitas inovações foram possíveis, por exemplo, graças ao uso do concreto, que libertava as paredes da função estrutural, ao possibilitarem o uso de lajes, vigas e pilares nesse material.

A evolução da arquitetura brasileira do século XX pode ser vista nas próprias fachadas do Curtume Cantúcio, o que o torna um exemplar arquitetônico único e uma aula prática de história da arquitetura do século passado.

4.4 As fachadas

A edificação é composta por uma fachada heterogênea que pode ser dividida em cinco partes, de acordo com sua ordem cronológica. (Figuras 41, 42, 43, 44 e 45).

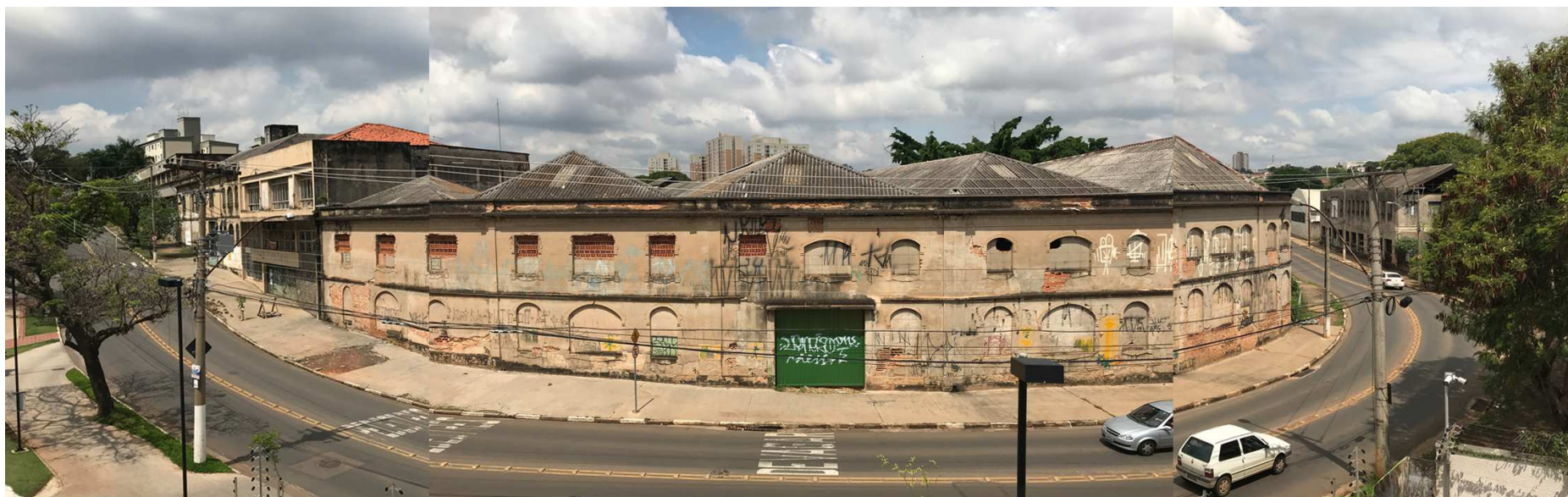


Figura 41: Composição de imagens. Fachada do Bloco A, Construída entre 1911-1933. Fonte: acervo da autora, 2018. Edições da autora.



Figura 42: Fachada Sul do Bloco A, dos anos 1911-1933.

Fonte: Acervo da autora, 2017.



Figura 43: Fachada do Bloco C, do ano de 1941.

Fonte: Google Street View, 2017.



Figura 44: Composição de imagens. Fachada do ano 1960, referente aos Blocos E e F.

Fonte: Google Street View, 2017. Edições da autora.



Figura 45: Fachada do Bloco B, de 1962.

Fonte: Google Street View, 2017.

Pode-se notar nas fachadas construídas na primeira metade do século XX a forte influência da arquitetura neoclássica, utilizando-se de dois tipos de arcos, abatidos e plenos. Também podemos observar que os pilares se destacam nas fachadas, criando a impressão de colunas, outro elemento típico do estilo neoclássico. (Figura 46).



Figura 46: Fachada do Bloco A, de influência neoclássica. Fonte: acervo da autora, 2018.

Nos blocos construídos nos anos 1960, podemos analisar uma forte influência da arquitetura moderna, pois o estilo se modifica drasticamente. O design se torna mais simples, composto por retângulos e quadrados; existe uma maior preocupação com a luz natural, percebida pelo maior uso de vidros; são utilizados materiais distintos criando composições interessantes, como as pastilhas e uma parede de pedra. (Figura 47).



Figura 47: Pastilhas na fachada do Bloco E. Fonte: acervo da autora, 2018.

4.5 O edifício e a memória

Com o objetivo de investigar o relacionamento do edifício com a população, realizou-se uma pesquisa, por meio online e presencial, com alguns moradores da região, com o intuito de compreender mais sobre a percepção do edifício e seu relacionamento com as pessoas.

Foram obtidas 46 respostas, das quais pudemos obter algumas conclusões. Apenas 6 pessoas das entrevistadas disseram não conhecer o local, o que demonstra que o local apresenta um certo grau de popularidade. Quando questionados sobre “Qual o seu sentimento em relação a ele?”, somente duas pessoas responderam ser indiferentes. As respostas mais populares foram sentimentos negativos, como pena, tristeza, mau cheiro e abandono. Alguns comentários tiveram caráter positivo, por mencionar o saudosismo à um momento da infância a juventude, outros, por mencionar a beleza arquitetônica do prédio.

Entre as respostas, 34 pessoas responderam que gostariam que o local tivesse um novo uso, sendo reformado e preservado, e, 35 não gostariam que o local fosse demolido.

Ainda investigando sobre a memória do local, foi possível realizar uma entrevista com um antigo trabalhador do local, o Sr. Luiz, que trabalhou no Curtume Cantúsio entre os anos 1977 e 1981, foi

possível obter informações sobre como era a indústria e o local de trabalho na época. De acordo com Luiz, o local era considerado muito moderno e o maquinário era de primeira linha. Existia uma preocupação em usar produtos de qualidade e a equipe técnica possuía formação na área. A estrutura do local era bem cuidada, e também havia instalações como enfermaria e refeitório. Segundo ele era “uma empresa que para a época era avançada em vários aspectos”. Ele demonstrou sentimentos positivos se referindo ao local “Todos que trabalhamos na época da equipe técnica éramos muito felizes, pelos colegas e pelos patrões, todos trabalhando por um mesmo ideal, fazer um bom produto. ”

Dessa forma, podemos concluir que apesar de qualquer relação com o local que se possua, seja ela negativa ou positiva, é evidente que apresenta importância para a memória histórica do local, e é de extrema importância mantê-la.

4.6 O processo de tombamento do Curtume Cantúcio

Grande parte das informações sobre o Curtume Cantúcio foram obtidas a partir dos estudos da arquiteta Laci de Carvalho Alvite, que atuou na Coordenadoria Setorial do Patrimônio Cultural, da Secretaria de Cultura da Prefeitura Municipal de Campinas.

Ela também foi a responsável pelo pedido de tombamento do edifício, pois levava em consideração sua importância social, política e ambiental para a região. A resolução completa do Processo de Tombamento pode ser consultada no Anexo A.

Os estudos para o referido processo se iniciaram em 2008, mas só foram efetivamente concluídos em 2011. O edifício foi tombado parcialmente, na sua porção construída durante a década de 1930, que corresponde ao bloco que está em sua maioria voltado para o córrego do Piçarrão.

Foram tombadas a fachada e volumetria da edificação onde se realizavam as atividades de curtimento do couro. Os maquinários que estavam no local e a chaminé também foram inclusos. Não houve tombamento da área envoltória, sendo somente o bem em si. (Figura 48).

Durante o processo, houve uma extensa discussão sobre quais porções do edifício deveriam ser protegidas. Foi questionado o porquê

de não tomar somente a fachada ou a volumetria, pois existia uma preocupação com qual uso poderia ser dado ao edifício se fosse tombado por completo.

Foi necessário levantar que patrimônio cultural não é somente a arquitetura do edifício, sua fachada e sua volumetria, compreendendo também a memória que ele representa. A arquiteta Laci Alvite defendeu que arquitetura não era só a fachada, sendo o uso e suas dependências também parte da composição.

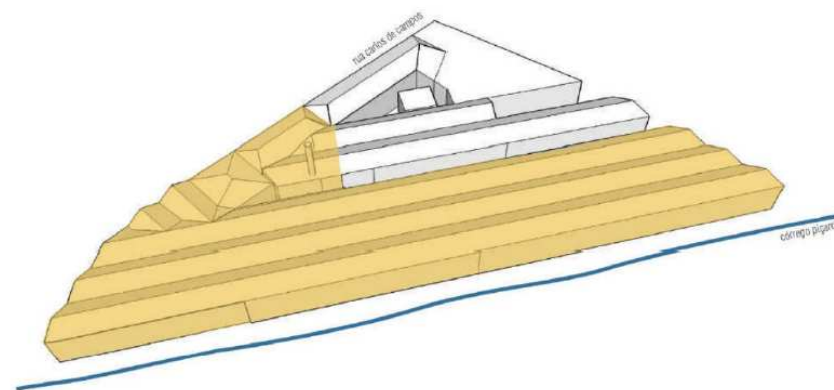


Figura 48: Em destaque, áreas tombadas do Curtume Cantúcio. Fonte: REIS, 2016.

PARTE 5 – COURO: PRODUÇÃO E IDENTIDADE

5.1 Origem e indústria atual

Utiliza-se o termo *curtume*, para o local onde se realiza o processo ou ato de *curtir* couro, bem como pode-se referir à própria atividade. O processo de *curtir* a pele, é feito para que ela se torne um material resistente e não fique sujeita à agentes decompositores. (CURTUME, 2018).

No Antigo Egito, Pérsia e China, existem registros de que diferentes técnicas eram aplicadas no tratamento de peles e couros, para a confecção de objetos e calçados. Durante o Império Romano, o material ganhou valor comercial e a técnica de curtimento foi se disseminando ao longo dos territórios conquistados.

Esse conhecimento chegou às Américas através da colonização espanhola. Apesar dos métodos serem inicialmente rudimentares, como a secagem da pele ao sol, ao longo dos anos foram sendo desenvolvidas tecnologias que permitiram dar novas características ao produto e adaptá-lo melhor às necessidades do homem.

Em meados de 1800, Humpry Davi, químico inglês, fez importantes descobertas para a indústria, ao estudar o tanino¹⁸, e é também nessa década, que são desenvolvidas máquinas que facilitaram os processos de produção, tornando o produto mais sofisticado. (MENDA, 2012).

Segundo dados do Centro das Indústrias de Curtume do Brasil (CICB), em 2017, o estado que mais se destacou na indústria do couro foi o Rio Grande do Sul, seguido por São Paulo, Goiás, Paraná e Bahia. Os principais destinos das exportações foram a China (27,5%), Itália (18,0%) e EUA (15,2%). (Figura 49).

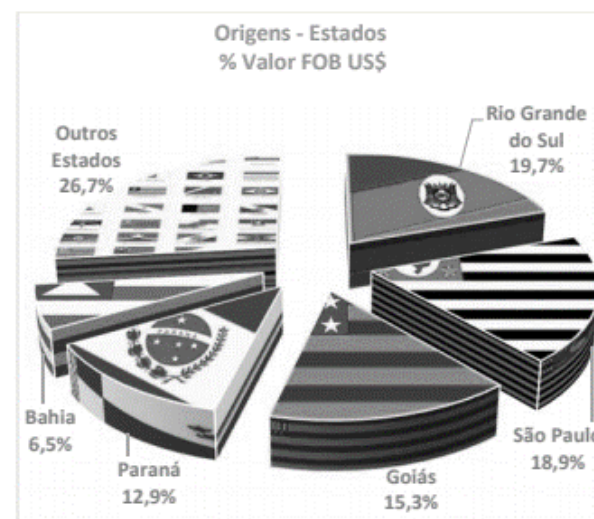


Figura 49:
Maiores Estados
brasileiros
produtores do
couro em 2017.

Fonte: CICB,
2017.

¹⁸ O tanino é uma substância utilizada no curtimento do tipo vegetal, retirada das cascas de algumas árvores do tipo Acácia negra.

5.2 Processo produtivo e questão ambiental

A indústria do couro depende de outras cadeias produtivas, uma vez que sua matéria prima é proveniente da pecuária de corte e dos frigoríficos, estando em uma fase intermediária da produção. Seus produtos finais, desse modo, sofrerão outros processos de transformação até se tornarem artigos como calçados, objetos, roupas, móveis e artigos automobilísticos. (Figura 50).

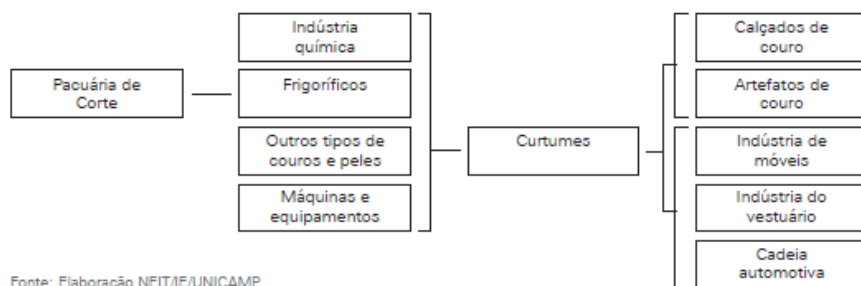


Figura 50: Esquema da cadeia produtiva do couro Fonte: Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI, 2011). Elaborado por NEIT/IE/UNICAMP.

Estima-se que 65 por cento da produção de couro mundial tenha origem bovina, ainda que o processo também se aplique às peles de diversos tipos de animais, como ovelhas, cabras, lhamas, camelos,

porcos, cobras, cavalos, crocodilos, peixes, rãs, aves, entre outros. (ABDI, 2011).

Para que a pele possa ser utilizada como insumo, ela passa por diferentes procedimentos físico-químicos. Eles se iniciam quando ela é retirada do animal, sendo então usualmente submetida a conservação em sal comum - cloreto de sódio - ou por secagem, de forma que seja possível sua conservação, transporte e armazenamento, impedindo sua decomposição.

Após o processo de conservação, obtém-se a “pele crua”, que será submetida às etapas de ribeira, curtimento e acabamento. Durante a ribeira, são removidos os componentes da pele que não podem estar no produto final, deixando a pele limpa. Na fase do curtimento, é o momento em que a pele se torna couro, quando passa por diversos tratamentos químicos e se torna estável, resistente à degradação e putrefação, além de ser submetida ao rebaixamento, que deixa o material uniforme.

Finalmente, o acabamento, inclui uma série de processos¹⁹ para chegar ao aspecto final do couro, que inclui maciez, elasticidade, toque, tingimento, cor, impermeabilidade, e muitos outros, que melhoram sua aparência e a durabilidade. (FERRARI, 2015).

Existem três tipos principais de curtimentos. O mineral, que utiliza cromo e, devido ao seu curto tempo de processamento, é o mais utilizado no mundo todo, ainda que tenha grande impacto ambiental. O curtimento vegetal é geralmente utilizado para a produção de solas e é feito com extrato de tanino. O curtimento sintético, por sua vez, é um processo no qual se aplicam elementos orgânicos -resinas, taninos sintéticos -, que conseguem aspecto mais uniforme que os anteriores, porém é relativamente mais caro. Os curtumes são classificados conforme seus produtos finais, podendo ser do tipo couro salgado, *wet blue*, *crust* ou couro acabado. O couro salgado é o produto do processo de conservação do couro de menor valor agregado. O *wet blue*, de aspecto “azulado e molhado”, é o que resulta do primeiro banho de cromo. O *crust* é o couro que já passou pela secagem, tornando-se um material semiacabado, pronto para o processo de acabamento,

enquanto o couro acabado é o que recebe diversos tipos de tratamentos para se adequar ao seu produto final. (FERRARI, 2015).

Nas últimas décadas, surgiram diversos produtos alternativos, como tentativa de substituir o couro como matéria-prima, devido ao grande impacto que essa indústria gera no meio ambiente. Porém, ainda existem muitas críticas à qualidade dos novos materiais, além de dificuldade de adaptação e aceitação das indústrias e do público. (ABDI, 2011).

Segundo a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação, além de exigir grandes quantidades de água para a sua produção, a indústria do couro utiliza diversos produtos químicos nocivos, como o cromo. Esse produto é utilizado na maioria das indústrias por ser relativamente barato e considerado eficiente para o curtimento, porém, seus resíduos geram graves contaminações ambientais. (ABDI, 2011).

De acordo com a etapa da produção, são gerados resíduos em forma sólida, líquida ou gasosa, podendo causar diversos impactos ambientais como odor desagradável, contaminação do solo e águas subterrâneas e contaminação das águas superficiais.

¹⁹ Para maior detalhamento sobre o processo de curtimento do couro, ver Guia Técnico Ambiental de Curtumes, CETESB – Companhia Ambiental do Estado de São Paulo. (2015).

Segundo Ferrari (2015), os órgãos públicos são conscientes dos problemas da indústria curtidora, e por meio de legislações e normas técnicas têm buscado soluções para gerar menos prejuízo para o meio ambiente sem prejudicar a produção do couro, com propostas que compreendem a racionalização de produtos químicos, água e energia; a gestão dos materiais sólidos; o reaproveitamento máximo dos resíduos; e, sempre que possível, a substituição do cromo por outros materiais.

Segundo Alvite (2008), ao chegar no Brasil, a técnica utilizada de curtimento de couro no Curtume Cantúsio era a belga, e foi aperfeiçoada ao longo dos anos. No início, todas as etapas – a descarnagem, a secagem, o estiramento das peles, o amolecimento nos tanques de tanino e nos tamborões, o tingimento e o corte das peças – eram feitas no mesmo local da fábrica. Posteriormente, conforme o espaço e a produção foram se ampliando, as funções foram sendo separadas. No ano de 1961, o Curtume Cantúsio, produzia couros do tipo *wet blue*, semiacabados, acabados, e subprodutos - sebo, óleos animais e vegetais, produtos confeccionados com couro. O subproduto mais popular da empresa foram as solas que, apesar de serem exportadas desde 1939, tiveram seu auge nos anos 1980. (Figura 51).



Figura 51: Tratamento do couro no Curtume Cantúsio [19-]. Fonte: Campinas de Antigamente

5.3 A identidade do couro

O couro está fortemente ligado à identidade do sertão nordestino, fazendo parte da história e da cultura do povo sertanejo. A atividade se expandiu para o interior devido à atividade pecuária, que se mostrou incompatível com as plantações de cana de açúcar. Segundo Ribeiro (1995), “No agreste, depois nas caatingas e, por fim, nos cerrados, desenvolveu-se uma economia pastoril associada originalmente à produção açucareira como fornecedora de carne, de couros e de bois de serviço.

Entre os séculos XVI e XVII, a criação do gado, especialmente no Ceará, foi de tamanha importância, que o escritor Capistrano de Abreu chamou o período de “civilização do couro”, pois o material era largamente utilizado para produção de inúmeros objetos do cotidiano tornando-se uma tradição e símbolo da região:

De couro era a porta das cabanas, o rude leito aplicado ao chão duro, e mais tarde a cama para os partos; de couro todas as cordas, a borracha para carregar água, o mocó ou alforje para levar comida, a mala para guardar roupa, mochila para milhar cavalo, a peia para prendê-lo em viagem, as bainhas de faca, as brucacas e surrões, a roupa de entrar no mato, os banguês para curtume ou para apurar sal; para os açudes, o material de aterro era levado em couros puxados por juntas de bois que calçavam a terra com seu peso; em couro pisava-se tabaco para o nariz. (ABREU, 1998, p. 135).

De acordo com Ferraz (2004, p.32), a cultura do sertão e dos sertanejos se caracterizou levando em conta aspectos geográficos e históricos. O primeiro aspecto foi resultado da divisão do Brasil em Norte – associado à economia rural e às secas, e Sul – desenvolvido e industrializado, enquanto o segundo esteve atrelado, principalmente à conflitos, como o cangaço e a guerra de Canudos, em 1897.

Na etapa de transição dos séculos XIX e XX, através da mídia da época, o desastre social e natural que acometia a região, criou o “desenho do sertão como um drama social, uma paisagem-humana que impactava a própria composição da autoimagem nacional” (COUTO, 2011, p. 412).

De acordo com Oliveira, R. (2000), é devido à produção

literária que ocorre a “fundação da brasilidade sertaneja”, quando o sertão adquire significados simbólicos. “Ficção e história imaginaram o sertão tendo *a priori* a crença de que se trata de alguma coisa íntima, genuína, autêntica, de raiz, ou seja, algo realmente brasileiro” (p. 38).

As histórias sobre o sertão e o sertanejo muitas vezes apareceram de maneira pejorativa no século XIX, mas na obra *O Sertanejo*, de 1872, de José de Alencar, o autor mostra o personagem principal, um vaqueiro, como um homem “bom”, começando a mudar esse imaginário.

Após o conflito de Canudos, com a obra *Os Sertões*, escrita em 1902 por Euclides da Cunha, o tema ganha um aspecto mais analítico e crítico. Alguns anos mais tarde, na década de 1930, a temática foi amplamente explorada pelo romantismo regionalista, destacando-se na obra *Vida Secas*, publicada em 1938 por Graciliano Ramos.

Entre todos os elementos característicos do sertão, a figura do vaqueiro é a que está diretamente relacionada ao couro. Descreve Euclides da Cunha:

O seu aspecto [do couro]recorda, vagamente, à primeira vista, o do guerreiro antigo exausto da refrega. As vestes são uma armadura. Envolto no gibão do couro curtido, de bode ou de vaqueta; apertando o colete também de

couro; calçando as perneiras, de couro curtido ainda, muito justas, cosidas às pernas e subindo até as virilhas, articuladas em joelheiras de sola, e resguardados os pés e as mãos pelas luvas e guarda-pés de veado – é como uma forma grosseira de um campeador medieval desgarrado em nosso tempo. Esta armadura, porém, de um vermelho pardo, como se fosse de bronze flexível, não tem cintilações, não rebrilha ferida pelo sol. É fosca e poenta. Envolve ao combatente de uma batalha sem vitórias.... [...] Este equipamento do homem e do cavalo talha-se à feição do meio. Vestidos doutro modo não romperiam, incólumes as caatingas e os pedregais cortantes.” (1984, p. 52).

Segundo Ferraz (2004, p.40), as roupas e os acessórios de couro, as histórias de luta e os costumes dos vaqueiros demonstram a relação entre homem e natureza presente no nordeste. Representa, ainda, a resistência do povo nordestino, apesar das adversidades locais, ponto esse ainda mais enfatizado na obra de Graciliano Ramos. (Figura 52).

O fato do couro ser um produto de grande durabilidade, atribui a quem usa peças desse material as características de força, de resistência, como, por exemplo, além do sertanejo, o gaúcho no sul do Brasil.



Figura 52: Vaqueiros com roupas características, confeccionadas em couro: o Gibão é o paletó, geralmente decorado com o couro; e a perneira é a calça solta, presa no corpo pelo mesmo material.

Fonte: BRITTO, 2016.

Essa associação é feita também no exterior. Especialmente nos EUA, o couro foi muito utilizado durante o período das guerras mundiais. A jaqueta de couro utilizada por aviadores se tornou um artigo icônico, tendo sido popularizada pelo filme O Selvagem - The Wild One, no original -, de 1953, em que foi associada aos motoqueiros, uma personificação do *bad boy*.

Assim, o couro passou a ser associado com rebeldia, desejo de libertação, *rock'n'roll*, e ganhou ainda mais popularidade quando usado pelo cantor Elvis Presley, e outros famosos que marcaram gerações como James Dean, Joan Jett e Brad Pitt. Nos dias atuais, os artigos de couro são sinônimo de qualidade, atitude e *status*. (Figura 53).

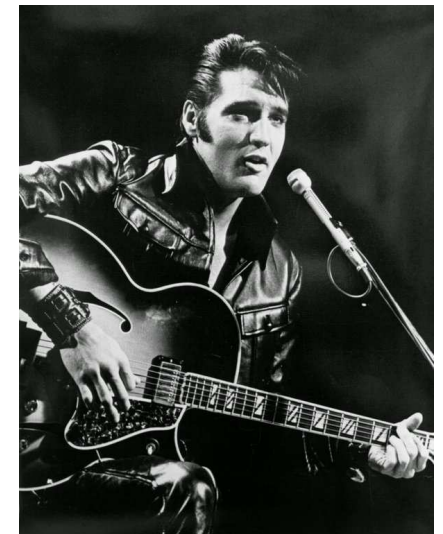


Figura 53: Elvis Presley.

Fonte: elvis.com

PARTE 6 – REFERENCIAS PROJETUAIS

Através dos estudos de diferentes projetos, foi possível compreender como o patrimônio histórico pode se adaptar à diferentes usos e programas. Entre os projetos estudados, três deles possuem espaços multiuso e cultural, sendo eles o Conjunto KKKK, o Museu do Pão e o SESC Pompéia. Através dos projetos do Conjunto KKKK e do Museu do Pão, ambos de autoria do escritório Brasil Arquitetura, pode-se observar como são tratadas as intervenções no patrimônio: elas sempre se destacam do restante da edificação, em forma de “caixas”, com cores que se diferenciam da edificação original.

O projeto do CEU Pimentas é um exemplo de um espaço que exerce função tanto educacional quanto cultural, possuindo um programa que se aproxima da ideia de implantação no Curtume Cantúcio.

6.1 Conjunto KKKK e Parque Beira Rio - Brasil Arquitetura

O complexo Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha, em português, Companhia Ultramarina de Desenvolvimento, conhecido popularmente por KKKK, é atualmente um sítio histórico em Registro, no interior do estado de São Paulo, com o objetivo de preservar a história dos imigrantes japoneses, abrigando a antiga fábrica de beneficiamento de arroz, uma área natural e o Memorial da Imigração Japonesa. (Figura 54).



Figura 54: Vista do Conjunto KKKK. Fonte: Brasil Arquitetura.

O conjunto compreende quatro armazéns construídos entre 1920 e 1922, de tijolo aparente, arcadas nas fachadas principais e coberturas em duas águas apoiadas em tesouras de madeira, foi tombado pelo Condephaat em 1987. O escritório Brasil Arquitetura, em parceria com a Prefeitura Municipal de Registro, realizou um programa de recuperação e readaptação do edifício, transformando-o no museu da imigração japonesa e em um centro cultural-educacional que conta com áreas de convivência, biblioteca, local de exposições, restaurantes, entre outros, criando um espaço multiuso. Pode-se observar que as intervenções claramente se destoam do projeto original, o que não necessariamente significou algo negativo. (Figura 55).

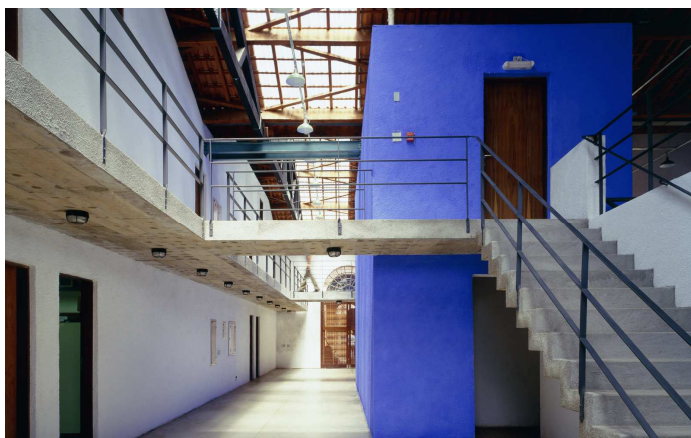


Figura 55: Interior do complexo. Fonte: Brasil Arquitetura.

6.2 Museu do Pão - Brasil Arquitetura

O Museu do Pão, localizado em Ilópolis, no Rio Grande do Sul, é um conjunto que compreende o Moinho Colognese, que além de possuir espaço museográfico, inclui uma oficina de panificação. O moinho é importante porque é a representação da instalação dos imigrantes italianos no local. A massa, a farinha de trigo, que são a base da alimentação desse grupo, representam sua memória e sua identidade. (Figura 56).

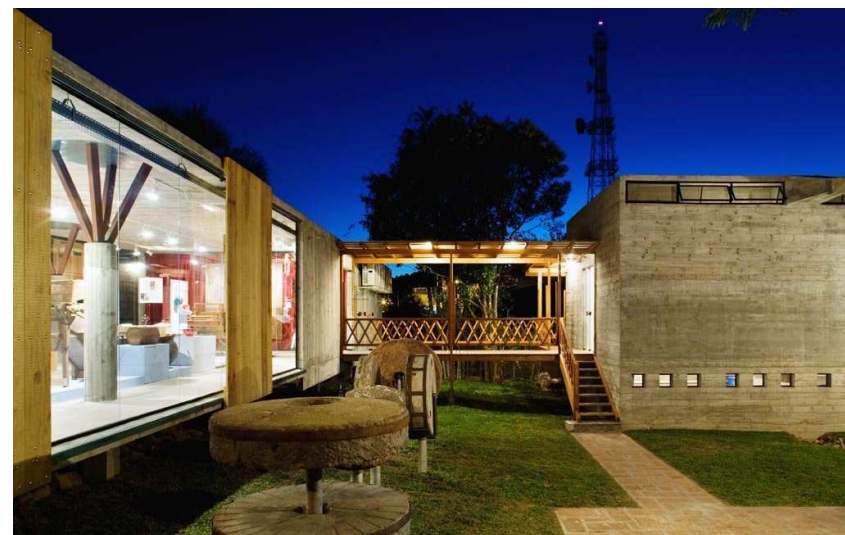


Figura 56: Interior do museu, espaço da intervenção contemporânea.
Fonte: Brasil Arquitetura

Além do local apresentar espaço museográfico tradicional, são realizadas oficinas e outras atividades, como modo de preservar as atividades que eram realizadas no local. Os novos volumes propostos se destacam-se pelo fato de estarem elevados do solo, criando um percurso que permeia o conjunto. (Figuras 57 e 58).



Figura 57: Local destinado às oficinas.

Fonte: Brasil Arquitetura



Figura 58: Complexo destinado à exposição.

Fonte: Brasil Arquitetura

6.3 CEU Pimentas - Biselli + Katchborian Arquitetos

O Complexo se localiza em Guarulhos, no estado de São Paulo, no bairro dos Pimentas, um local carente em equipamentos públicos ligados ao ensino e lazer. Os diversos usos do projeto se apresentam de forma linear, possibilitada pela topografia plana e volumetria retilínea. (Figura 59).



Figura 59: Vista do edifício. Fonte: Archdaily.

No vazio central, uma praça sem programa definido é o espaço de permanência, que faz conexão entre dois pavimentos. As cores no ambiente interno contribuem para uma atmosfera lúdica, contrastando com a materialidade do ferro e do concreto. (Figura 60).



Figura 60: Praça interna. Fonte: Archdaily.

6.4 Sesc Pompéia - Lina Bo Bardi

O SESC Pompéia é um centro de cultura e lazer na cidade de São Paulo, onde se localizam diversos espaços como teatro, quadras esportivas, piscina, restaurantes, espaço para exposições e oficinas, áreas de leitura, entre outros. O edifício remete a uma ideia de “cidadela” devido ao seu caráter de isolamento, de autonomia. (Figura 61).



Figura 61: Galpões do SESC Pompéia Fonte: Archdaily.

Segundo Oliveira, O. (2014) o prédio é uma homenagem às pessoas comuns, uma das características sociais mais valorizadas do patrimônio industrial. As características do prédio - as paredes de tijolos à vista, as estruturas de concreto aparente, o piso dos paralelepípedos - remetem ao seu antigo uso. (Figura 62).

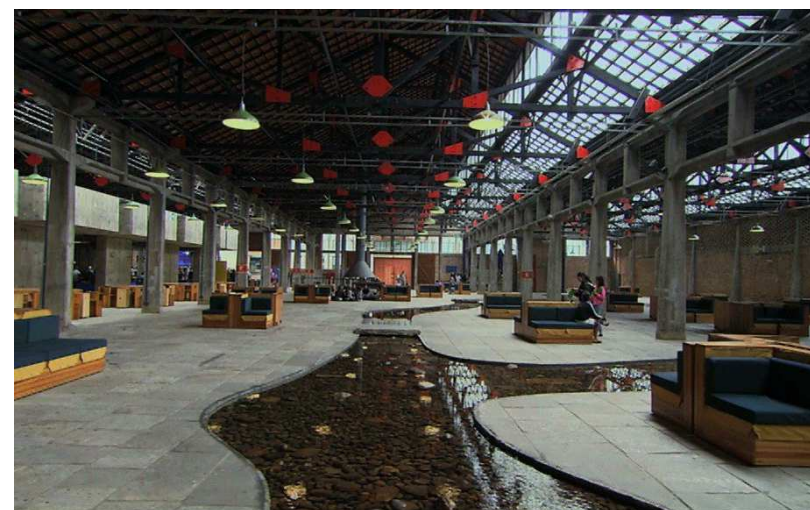


Figura 62: Interior de um dos galpões, espaço de vivência.
Fonte: Archdaily.

Para Oliveira, O. (2014), longe de buscar reproduzir, por meio de reforma a mesma estética do passado, o projeto buscou aliar o significado de trabalho e de lazer, rompendo com a ideia de oposição que os conceitos carregam geralmente.

Essa escolha, longe de ser uma opção ‘romântica’ de reprodução do passado, expressava uma consciência de dialética entre o jogo e o trabalho; preserva a imagem da fábrica para logo subverte-la: o trabalho torna-se aliado do prazer e não mais o seu oposto. Essa opção também reitera do trabalho aquele caráter desagradável, repressivo, violento e penoso, para relaciona-lo à sensibilidade, à liberdade, à imaginação e à libido. E essa é também a forma com que Lina trabalha. (OLIVEIRA, O. 2014, p.206).

PARTE 7 – DIRETRIZES URBANAS

7.1 Análises

Realizando uma primeira análise urbana sobre o local, podemos criar um panorama geral da região estudada a partir dos mapas *Bairros* (Figura 63), *Vias* (Figura 64) e *Principais Equipamentos Públicos e Serviços* (Figura 65). Através desses três mapas, foi possível analisar como o espaço urbano se configura e as demandas da região da Vila Industrial.

O local estudado apresenta uma relativa autonomia do centro da cidade, apresentando um significativo núcleo de compras – representado no hipermercado Enxuto, no shopping Unimart, e no comércio em algumas avenidas que contam com serviços em geral. Chama a atenção o grande número de escolas na área²⁰, e também a presença de alguns equipamentos culturais relativamente próximos.

Realizando a análise baseada na obra *A Imagem da Cidade*, de Kevin Lynch, de 1960, através da pontuação dos elementos denominados limites, caminhos, bairros, pontos nodais e marcos,

pode ser observada uma síntese das principais características da região. (Figura 66).

O primeiro elemento a ser marcado e os mais fáceis de identificar são os limites: a rodovia Anhanguera, a Av. Lix da Cunha, os trilhos do VLT, o pátio ferroviário, o vazio urbano e o córrego do Piçarrão. Esses limites demarcam as barreiras do bairro em relação ao restante cidade, mas também dividem os bairros entre si. Importante mencionar que os bairros foram demarcados a partir de uma perspectiva de observação pessoal, em relação ao padrão das residências e conhecimento geral da área.

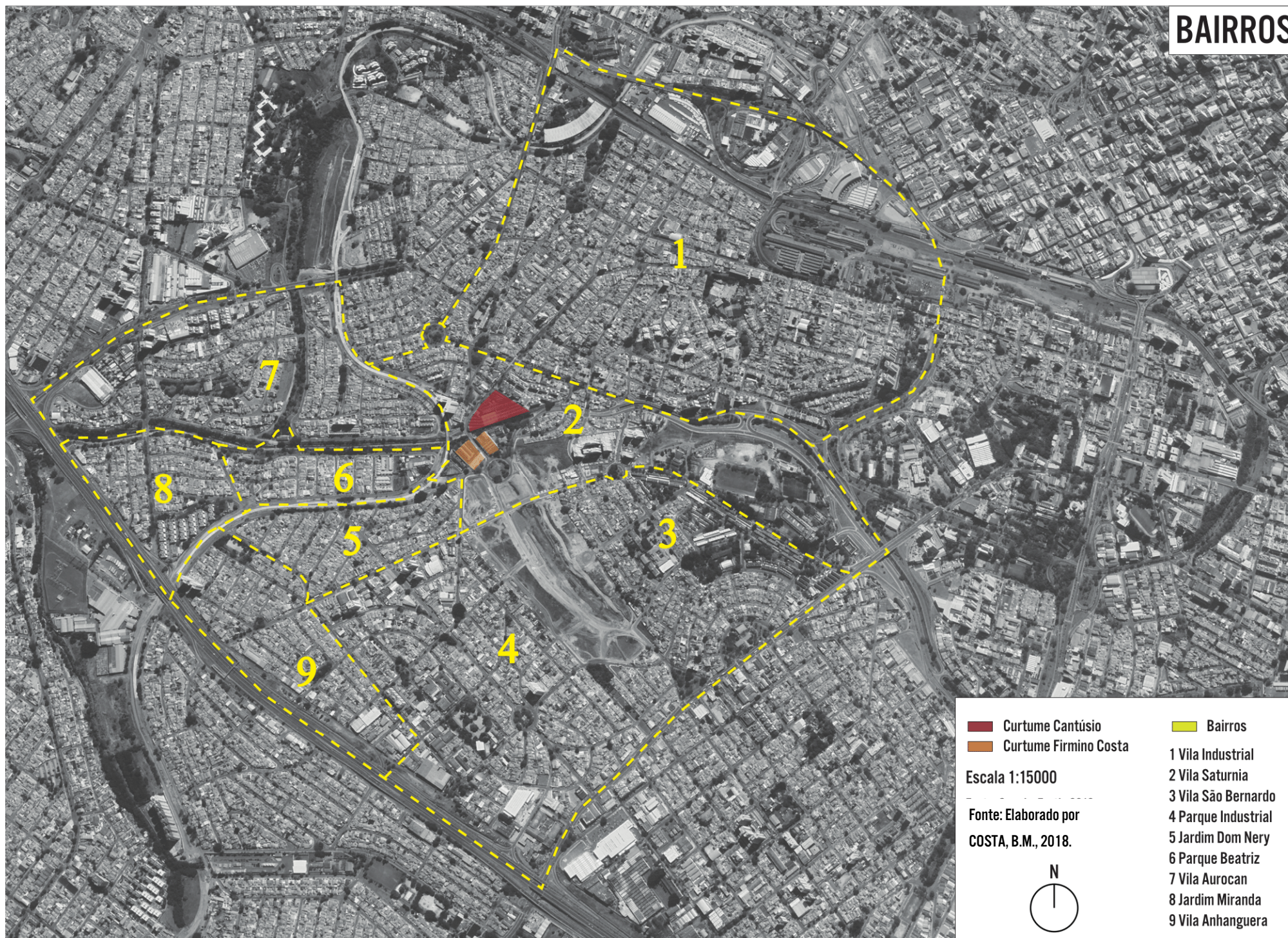
Como pontos nodais destacou-se os maiores pontos de tráfego, bem como o local entre o curtume e o vazio urbano - popularmente conhecido como “balão do curtume”, por ser um local de difícil cruzamento. Por fim, enquanto marcos destacou-se principalmente os edifícios históricos e locais culturais como o SESC Campinas, o Teatro Municipal José de Castro Mendes, a Estação Cultura Prefeito Antônio da Costa Santos e ainda o Museu da Cidade de Campinas.

Os dois últimos, são patrimônios tombados depois de sofrerem algumas alterações, uma vez que eram, respectivamente, a antiga estação ferroviária e a fábrica Lidgerwood & CO. Apesar disso,

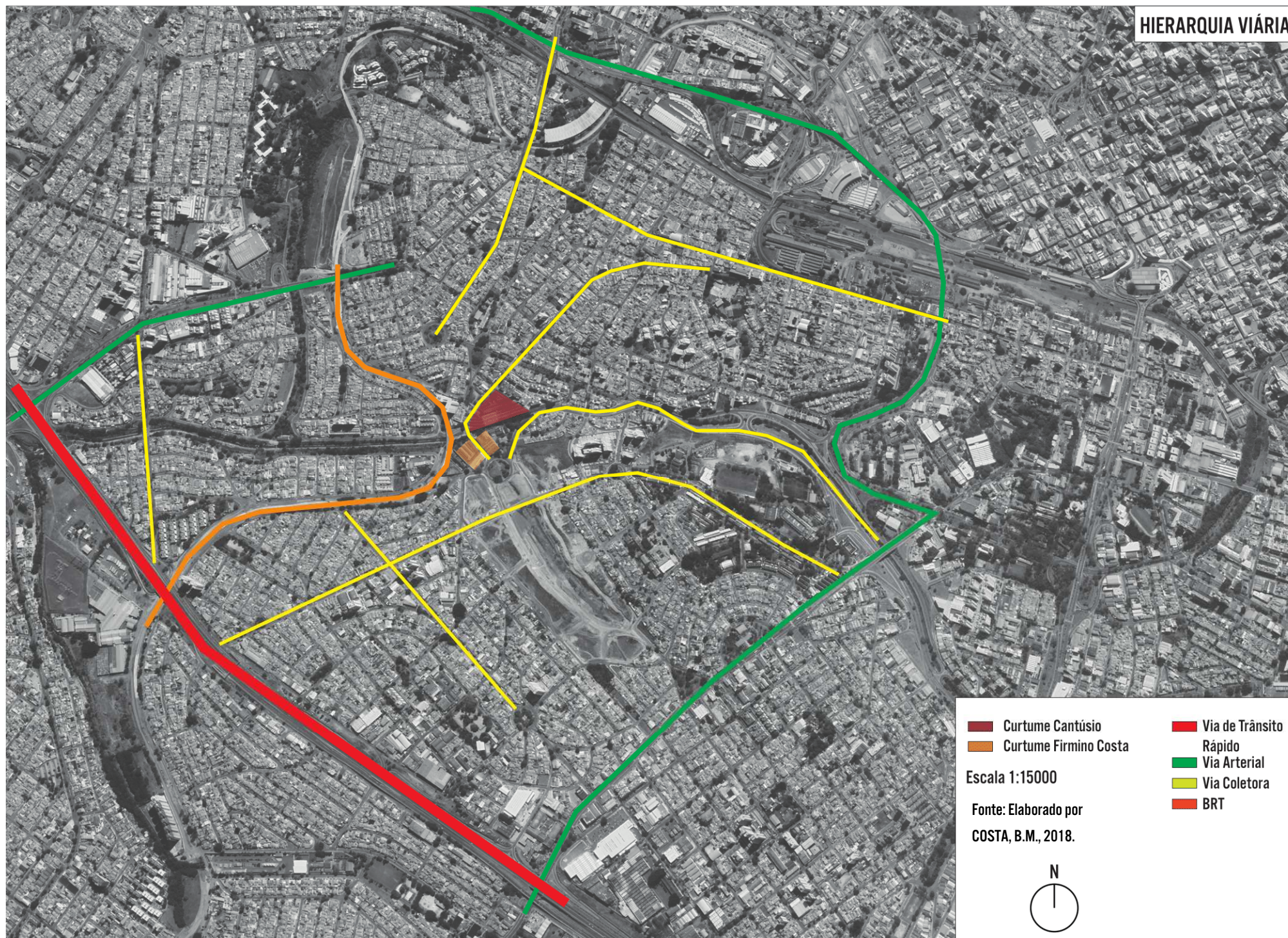
²⁰ Foram levantados dados somente de escolas públicas, municipais e estaduais.

sofrem com a má conservação e com a falta de divulgação e de incentivo das suas atividades.

BAIRROS



HIERARQUIA VIÁRIA



EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS



ANÁLISE URBANA KEVIN LYNCH

- ▲ Marcos
- Pontos Nodais
- Limites
- Vias
- Bairros



Fonte: Elaborado por
COSTA, B.M., 2018.



ESCALA 1:15000

7.2 Propostas

Feitas essas análises, permite-se, então, a elaboração melhor fundamentada de diretrizes urbanas para a área. Portanto, as diretrizes apresentadas buscam alinhar a situação atual da Vila Industrial, no que diz respeito a área onde encontra-se os curtumes, e os futuros projetos apresentados pela Prefeitura Municipal de Campinas.

A proposta foi pensada em três eixos: o Eixo Lazer, o Eixo Urbano e o Eixo Patrimônio. Foi considerado que o parque linear proposto na APP do córrego do Piçarrão criará uma área verde pública, que além de funcionar como um espaço de lazer, operará, também como um novo canal de acesso, o que atualmente é impossível.

A proposta é que esse parque se estenda até a região dos bairros Jardim. Miranda, Parque Beatriz e Vila. Aurocan, os quais ainda apresentam uma relativa parcela da APP preservada, e que contam com uns poucos equipamentos de lazer que parecem ter sido instalados pelos próprios moradores. Esses bairros são de pequeno porte, quase que exclusivamente residenciais, sendo extremamente dependentes de seus adjacentes.

O Eixo Urbano compreende uma revitalização das principais vias de acesso ao edifício do Curtume Cantúcio. A velocidade permitida na avenida principal – Doutor Carlos de Campos - é relativamente elevada para uma via que corta o interior da cidade, o que torna sua travessia pouco segura.

Diante disso, o ideal é que a faixa de pedestres seja convertida em uma lombofaixa. As ruas não são acessíveis aos deficientes físicos e aos idosos, devido às calçadas em mau estado. Seria, portanto, fundamental a realização de reparos gerais e completos.

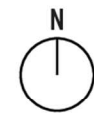
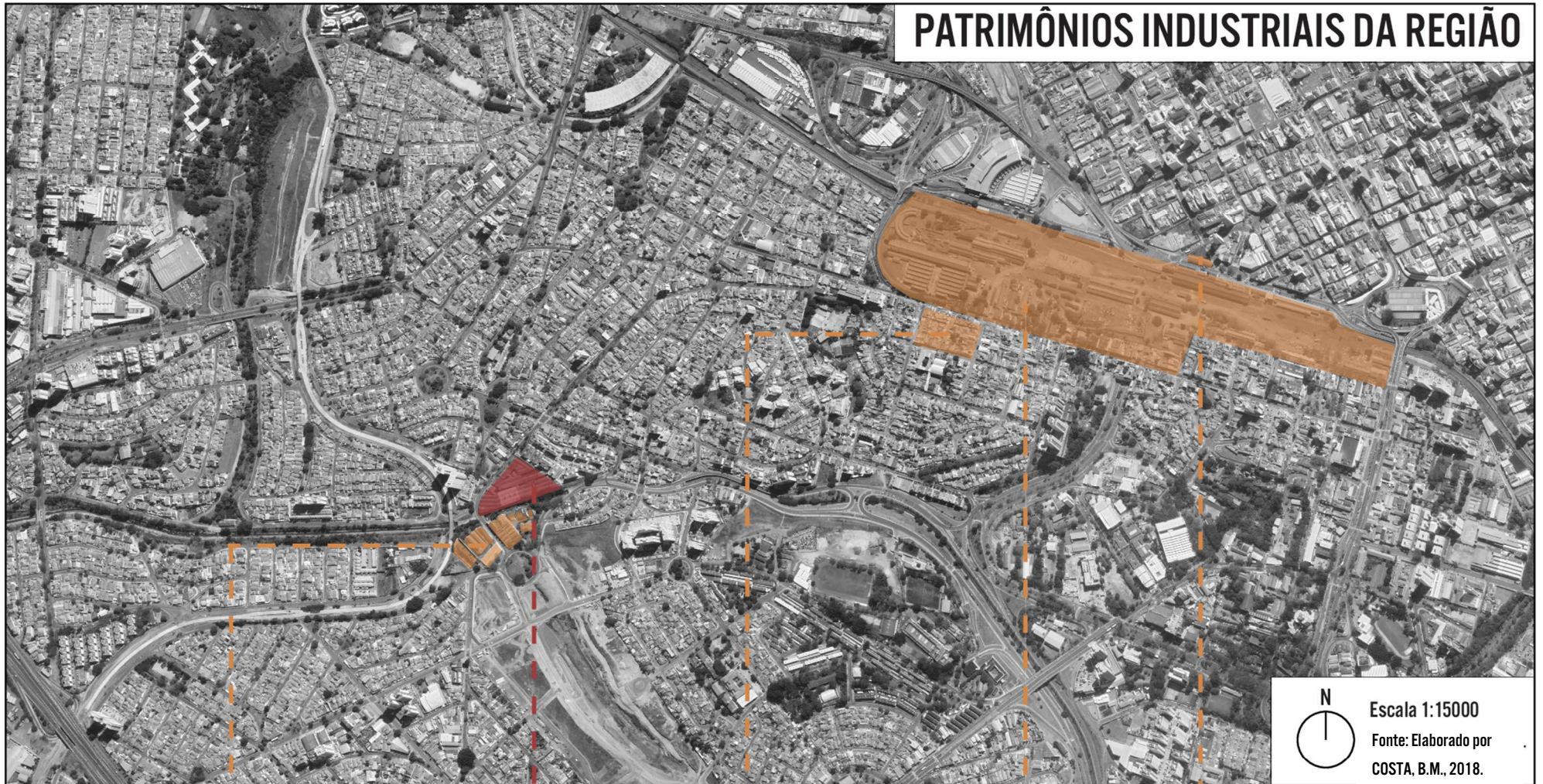
Atualmente, apenas uma linha de ônibus circula por aquela via, problema esse que aparentemente será sanado com o projeto do BRT, que propões, inclusive, uma parada próxima, ao lado do Curtume Firmino Costa²¹, contudo, é necessário que mais linhas de ônibus convencional também permitam o acesso à região.

Através da análise do mapa *Patrimônios Industriais na Região* (Figura 66), foi realizada uma análise essencial para a elaboração do Eixo Patrimônio. Seu primeiro ponto se inicia na inclusão do Curtume Firmino Costa como um bem de interesse cultural da cidade, que deve

²¹ As obras estão em andamento, a localização exata não foi descrita no projeto divulgado pela EMDEC.

ser preservado, como explicado anteriormente, por compor, junto com o Curtume Cantúcio, um conjunto homogêneo.

PATRIMÔNIOS INDUSTRIAIS DA REGIÃO



Escala 1:15000
Fonte: Elaborado por
COSTA, B.M., 2018.



Curtume Firmino Costa



Curtume Cantúcio



**Vilas ferroviárias Manoel Dias e
Manoel Feire**



**Estação Cultura "Prefeito
Antônio da Costa Santos" -
Antiga Estação Ferroviária
FEPASA**



**Museu da Cidade - Antiga fábrica
Lidgerwood Manufacturing & Co.**

Dentro dessa proposta, os galpões do Curtume Firmino Costa devem ser destinados à implantação de novos equipamentos urbanos que se façam necessário, tendo em vista a grande demanda que será gerada pelo novo empreendimento. A segunda proposta é que esses bens de interesse histórico, especialmente de caráter industrial, se conectem.

Segundo o Plano Diretor de Campinas de 2018, o pátio ferroviário da Vila Industrial tornou-se uma das Zonas Especiais de Preservação Cultural (ZEPEC) (Figura 67), que se caracteriza por identificar e proteger as áreas que possuem valor cultural. Propõe-se que os curtumes sejam integrados a essa zona, uma vez que estão de acordo com os requisitos da proposta. (PREFEITURA MUNICIPAL, 2017).

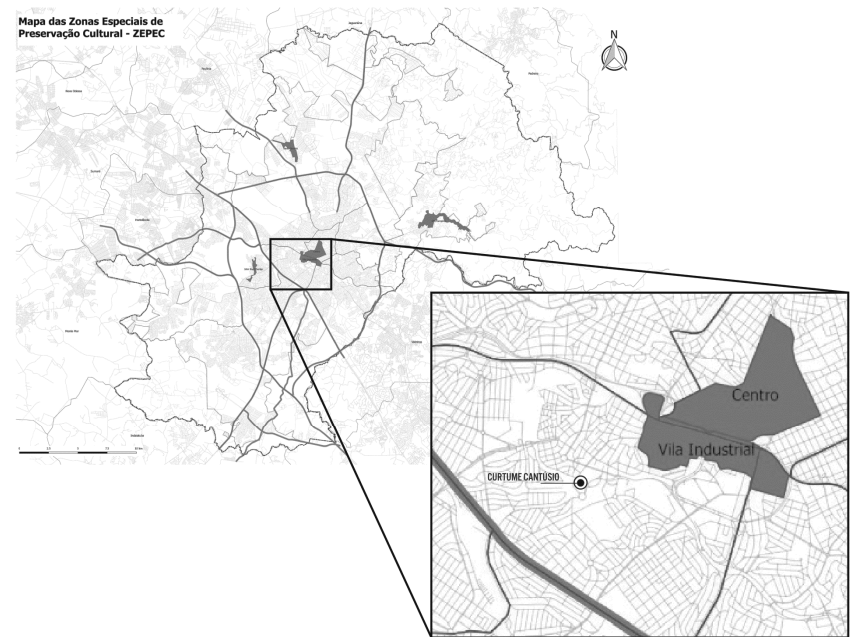


Figura 67: Mapa das Zonas Especiais de Preservação Cultural (ZEPEC). Fonte: Prefeitura Municipal de Campinas, 2017. Edições da autora.

DIRETRIZES URBANAS



O **EIXO PATRIMÔNIO** CONECTA OS CURTUMES CANTÚSIO E FIRMINO COSTA AOS OUTROS PATRIMÔNIOS INDUSTRIAIS DA RIGIÃO: ESTAÇÃO CULTURA, VILAS FERROVIÁRIAS E MUSEU DA CIDADE, CRIANDO UM MAPA DE ESPAÇOS CULTURAIS NA VILA INDUSTRIAL E SEUS BAIRROS ADJACENTES.



O **EIXO URBANO** RECOMENDA REVITALIZAÇÕES URBANAS NOS PRINCIPAIS ACESSOS, TORNANDO O LOCAL MAIS SEGURO E ACESSÍVEL AOS PEDESTRES. TAMBÉM A INSTALAÇÃO DE UMA ESTAÇÃO DO BRT PRÓXIMA AO CURTUME, E A MEHORIA DO TRANSPORTE URBANO.



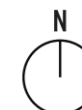
O **EIXO LAZER** BUSCA MAIOR INTEGRAÇÃO ENTRE AS ÁREAS VERDES, EM UMA PROPOSTA DE CRIAR UMA CONEXÃO ENTRE O PARQUE LINEAR EM CONSTRUÇÃO E AS DEMAIS APPS DA REGIÃO.

■ Curtume Cantúcio
■ Curtume Firmino Costa

■ Eixo Patrimônio
■ Eixo Urbano
■ Eixo Lazer

Escala 1:15000

Fonte: Elaborado por
COSTA, B.M., 2018.



8. CENTRO EDUCACIONAL PROFISSIONALIZANTE CURTUME CANTÚSIO

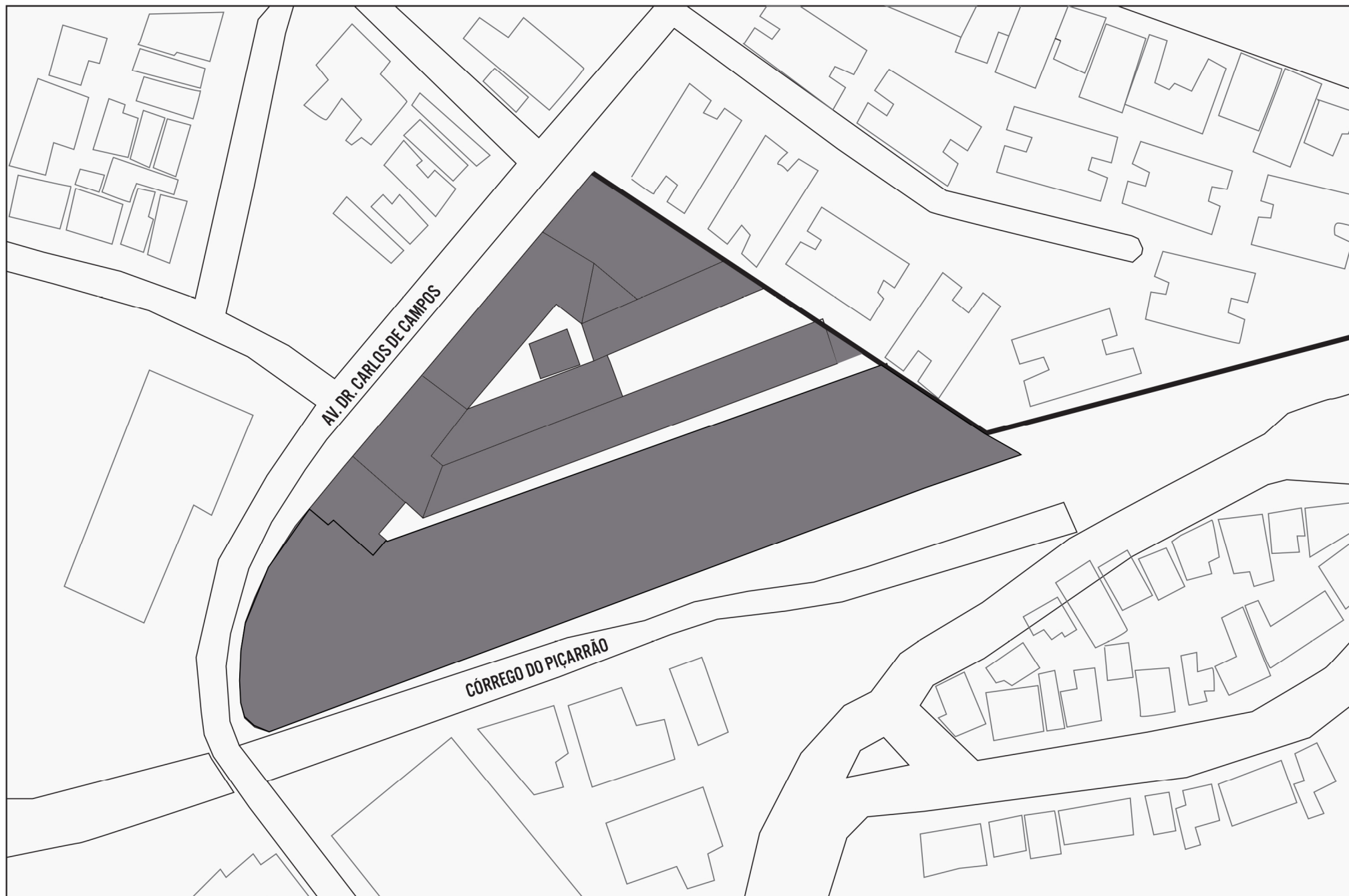
8.1 O projeto

Como uma forma de preservação da memória do local, foi decidido pela implantação de uma escola técnica, com atividades que fossem associadas ao uso anterior da indústria. A partir desse conceito, foi elaborado um programa para o edifício, mas que buscou ir além do convencional e considerar a interdisciplinaridade, propondo um local aberto ao público em geral.

De acordo com as teorias estudadas acerca do patrimônio histórico, as intervenções realizadas buscaram se destacar da obra original. Tendo em vista os portões cor verde, foram escolhidas as contrastantes vermelho – para os novos acessos externos – e, amarelo para a circulação interna.

Após os estudos sobre a região e o edifício do Curtume Cantúsio, pode-se concluir que suas principais fragilidades foram definidas pelo seu isolamento físico e pela condição degradada de sua paisagem. A avenida Doutor Carlos de Campos é a única forma de acesso e sua fachada se constitui enquanto um “paredão” ao longo da rua, não havendo conexão entre seu interior e seu exterior.

Podemos observar, na *Planta de Situação* (Figura 68), como o local é delimitado pela Av. Dr. Calos de Campos, pelo Córrego do Piçarrão, e ainda fazendo divisa com conjuntos habitacionais.



SITUAÇÃO
ESCALA 1:1000



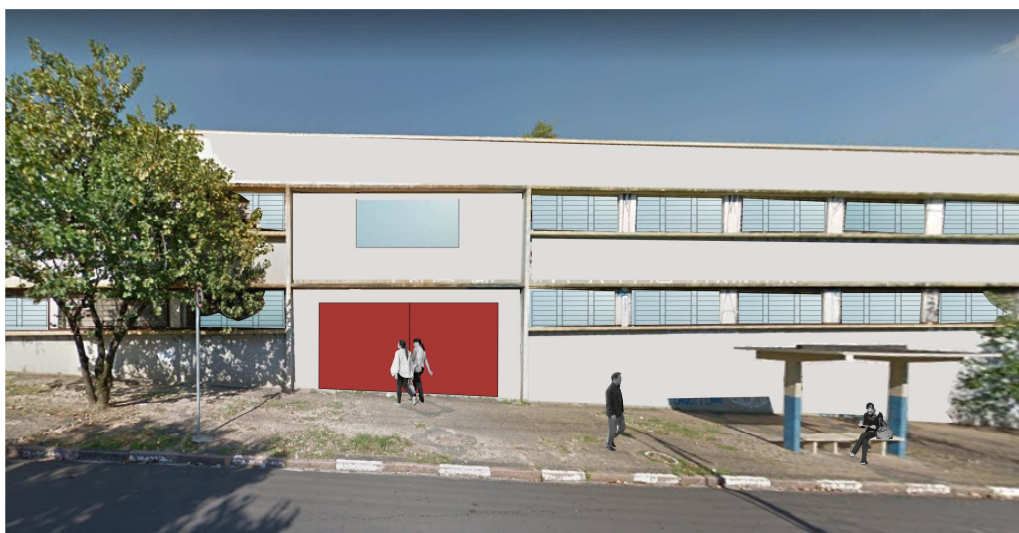
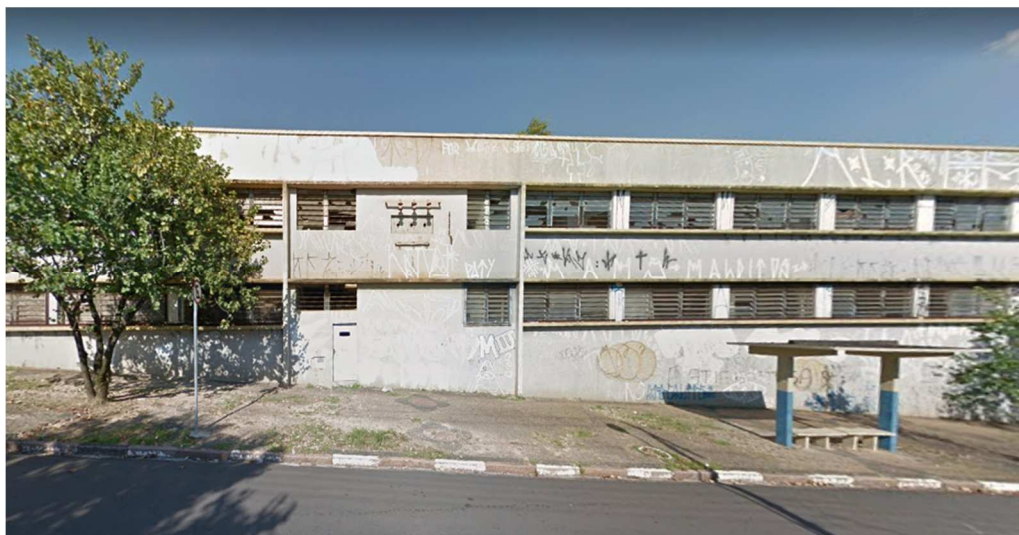
Fonte: Elaborado por
COSTA, B.M., 2018.

Isso torna o ambiente não convidativo e muitas vezes inseguro. Para decompor essa ideia de insegurança e isolamento, a solução é tornar o local mais permeável, e consequentemente, mais convidativo. Pensando numa maior acessibilidade do local, foi pensado um acesso pela avenida. Sylvio Moro, aos “fundos” do curtume, através de uma rua externa para pedestres. (Figuras 69 e 70).

No Bloco E, foi criado um novo acesso em um local da fachada onde não havia janelas, para facilitar o acesso. Por ser o ponto mais alto da edificação, utilizando da estrutura de circulação vertical criada, no Bloco E, foi feito um acesso ao telhado, onde poderia se compor um outro ambiente de acesso, com um mirante. (Figuras 71 e 72).



Figuras 69 e 70: Vista da rua externa, que faz ligação entre as Av. Sylvio Moro e Av. Dr. Carlos de Campos. Fonte: Carlos Bassan, 2015. Edições da autora.



Figuras 71 e 72: Bloco E. Antes e depois.

Fonte: Google Street View, 2017. Edições da autora.

A estrutura original do edifício foi mantida, e os novos ambientes foram adaptados a ela, respeitando o “módulo” imposto pelos seus pilares. Entre os blocos foram criados corredores e pátios com o intuito de conectá-lo -, criando os acessos por escadas, rampas e plataformas, que procuraram sempre se adaptar a estrutura triangular do edifício.

O bloco A, que pode ser acessado tanto pela avenida Doutor Carlos de Campos, quanto pela via de pedestres, possui função cultural vivencial. É um local de livre acesso ao público, contando com instalações como uma praça interna, um auditório, uma biblioteca, um espaço para exposições e um restaurante. (Figuras 73 e 74).

A ideia de criar uma praça interna surge do fato de existirem poucos locais de lazer verde na região. Assim, através de canteiros com formas orgânicas e mobiliários de permanência, tem-se esse espaço que funciona como um ponto de encontro. Esse bloco é o local destinado aos espaços culturais e de vivência, aliado à preservação do patrimônio.

No corredor que faz o acesso entre a praça e a área de exposições, uma linha do tempo que conta a história da Vila Industrial e do Curtume se faz importante. A área de exposições se destaca principalmente por apresentar uma adaptação da antiga estrutura do

curtume em mobiliário - nos apoios utilizados para os tanques, criou-se o mobiliário dos bancos e dos painéis. (Figura 75).

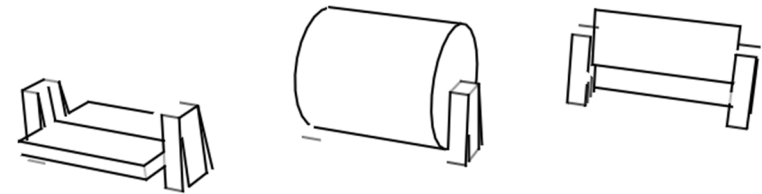


Figura 75: Estudo do mobiliário. Fonte: elaboração da autora.



Figura 73: Espaço de exposições. Fonte: Elaboração da autora.



Figura 74: Praça interna. Fonte: Elaboração da autora.

O Bloco B é administrativo, e pode ser acessado tanto pela rua interna do edifício, quanto pela entrada principal. Ele conta com três andares, divididos, respectivamente, em estacionamento, atendimento e coordenação.

Através de rampas, escadas e plataformas elevatórias, faz-se o acesso interno aos outros blocos. (Figura 76).

Os espaços de uso educacional estão divididos nos blocos C, D e E, que contam com laboratórios específicos, salas de aulas, laboratório de informática, pequenos auditórios e bibliotecas temáticas. Entre eles, o acesso é feito por meio de pátios internos, por rampas ou escadas, que são inspiradas na própria arquitetura do edifício. (Figura 77).

Especialmente no Bloco E, existem ambientes mais livres, como espaços para estudos e um mobiliário que tem vista para a Av. Dr. Calos de Campos No bloco F temos novamente um espaço de vivência, seguindo os mesmos padrões do Bloco A.

Buscando adicionar mais iluminação natural ao complexo, são localizadas, em pontos estratégicos, telhas de vidro, criando uma atmosfera mais natural.

Figura 76: Acesso do Bloco A aos outros blocos. Fonte: Elaboração da autora.



Figura 77: Acesso entre os Blocos D, E e F. Fonte: Elaboração da autora.

8.2 Considerações Finais

A necessidade da preservação do Curtume Cantúsio mostra sua pertinência ao tratar de um símbolo que carrega consigo elementos de história e de memória. Tendo em vista o contexto de mudanças que o local passa atualmente, é necessário replanejar os espaços, considerando as necessidades locais e pensando na grande demanda que virá em um futuro próximo.

Os edifícios dos curtumes Cantúsio e Firmino Costa, devido a sua ampla arquitetura e sua recém descoberta versatilidade estrutural, podem ser adaptados em conformidade com diversos usos, como foi trazido no presente trabalho.

Além disso, o reaproveitamento de estruturas subutilizadas já existentes nas cidades, acumula um potencial de afastabilidade do círculo vicioso da especulação imobiliária, contribuindo para o desenvolvimento de espaços urbanos mais plurais e inclusivos.

É necessário que, afim de contribuir com a efetiva melhoria das cidades, sejam pensados equipamentos públicos verdadeiramente necessários para o bem estar dos habitantes locais e dos transeuntes, buscando não incorrer no risco de criar novos espaços segregados e de vazio urbano.

Além disso, este trabalho trouxe uma necessária discussão acerca da valorização do patrimônio industrial.

Apresentou-se que a cultura e o conhecimento não estão somente presentes nas obras sofisticadas e técnicas, mas também na produção cotidiana das classes menos abastadas.

O próprio objetivo de reutilizar o edifício é fundado na criação de um espaço para toda a população, em que o limite físico do edifício seja ultrapassado pela vontade das pessoas em apropriarem-se dele, em tornarem-se parte integrante dele.

Que não haja, portanto, as pessoas, o edifício, a Vila Industrial isoladamente, mas sim um conjunto diversificado que se reconhece que compõe uma identidade única, com história e memória compartilhadas. Que os habitantes da Vila Industrial escolham ser parte do Curtume Cantúsio e não obrigados a conviver com ele.

9. REFERÊNCIAS

APÓS 20 anos desativado, VLT tem estrutura abandonada em Campinas. **G1 Campinas e Região**. Campinas, 31 de agosto de 2015. Disponível em <<http://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2015/08/apos-20-anos-desativado-vlt-tem-estrutura-abandonada-em-campinas.html>>. Acesso em: 21 de novembro de 2018.

AGÊNCIA BRASILEIRA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL – ABDI, Relatório de Acompanhamento Setorial: Indústria do Couro. 2011. Disponível em <<http://www.abdi.com.br/Paginas/estudo.aspx?f=Couro%2C+cal%u00e7ados+e+artefatos>>. Acesso em: 15 de junho de 2018.

ALVITE, L. C. **A Agro-indústria em Campinas**: um estudo de caso - o CURTUME CANTUSIO. 2010. Apresentação de Trabalho/Seminário.

ANDREOTTI, M.B. **Incubadoras Urbanas em Áreas de Vazio**. 2008. 96 f. Trabalho Final de Graduação – Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo, Universidade Estadual de Campinas.

ANDREOTTI, M.B. **Vestígios Industriais em Campinas**: deslocamento produtivo e patrimônio industrial. 2015. 220 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

ARENA ZUMBI. Página do Facebook. Disponível em <<https://www.facebook.com/arenazumbii/>>. Acesso em: 20 de novembro de 2017.

ARIAS, C. R. **O antigo Curtume Cantúcio da Vila Industrial**. Sarão: Memória e Vida Cultural de Campinas e Região (UNICAMP), v. 1, p. 1-3, 2003.

BORGES, M.A. O Selvagem: quando um figurino muda uma geração. 24 nov 2014 disponível em <<http://www.ochaplin.com/2014/11/o-selvagem-quando-um-figurino-muda-uma-geracao.html>>. Acesso em: 22 de junho de 2018.

BRANDI, C. **Teoria da Restauração**. Tradução Beatriz Mugayar Kühl. Cotia, SP. 2ªed. Ateliê Editorial, 2004.

BRUAND, Y. **Arquitetura Contemporânea no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1991.

BRITTO, R. O traje do vaqueiro nordestino. 30 abr 2016. Disponível em <<http://www.imperioiretro.com/2016/04/o-traje-do-vaqueiro-nordestino.html>>. Acesso em: 30 de maio de 2018.

BY BASSAN. Disponível em <<http://bybassan.blogspot.com/>> Acesso em: 20 de maio de 2018.

CAMPINAS, Câmara Municipal de Campinas. Leis Municipais. Disponível em <<http://sagl.campinas.sp.leg.br/>>. Acesso em 02 de fevereiro de 2018.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal de Campinas. Plano Diretor Estratégico - Caderno de Subsídios. Março, 2017.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal de Campinas. Disponível em <<http://www.campinas.sp.gov.br/>>. Acesso em: 30 de maio de 2018.

CAMPINAS DE ANTIGAMENTE. Página do Facebook. Disponível em <<https://www.facebook.com/campinasdeantigamente/>>. Acesso em: 30 de maio de 2018.

CENTRO DAS INDÚSTRIAS DE CURTUMES DO BRASIL – CICB. Disponível em <<http://www.cicb.org.br/>>. Acesso em: 01 de julho de 2018.

COSTA, P. D. S. R. **Os espaços ferroviários de Campinas**: (re) leituras contemporâneas. 2010. 120 p. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas.

COSTA, M.T. Passagem de 1918 será reaberta amanhã. **Jornal Correio Popular**, Campinas, 04 set 2002.

CRUZ, G. Esse tal de rock'n'roll: ícones do ritmo como Elvis Presley, Beatles, Curt Cobain e Axl Rose também ditaram moda. **Correio 24**

horas – BA. 13 jul 2014. Disponível em <<https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/esse-tal-de-rock-n-roll-icone-do-ritmo-como-elvis-presley-beatles-curt-cobain-e-axl-rose-tambem-ditaram-moda/>> acesso em 24 de junho de 2018.

CUNHA, C.R. A atualidade do pensamento de Cesare Brandi. Ano 03, ago. 2004. Disponível em <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/03.032/3181>>. Acesso em 19 de junho de 2018.

CURTUME. Dicionário Online Aurélio. Disponível em <<https://dicionariodoaurelio.com/curtume>>. Acesso em: 30 de novembro de 2018.

Escritório Brasil Arquitetura. Disponível em <<http://brasilarquitectura.com/>>. Acesso em: 20 de outubro de 2018.

Estações Ferroviárias do Brasil. Disponível em <<http://www.estacoesferroviarias.com.br>>. Acesso em: 30 de outubro de 2018.

FERRARI, W. A. Guia técnico ambiental de curtumes [recurso eletrônico] / Walter Alves Ferrari (in memoriam), José Wagner Faria Pacheco; grupo de trabalho Hellen Cecília de Julli Ravacci ... [et al.]; contribuições Alexandre Martin Martines ... [et al.]. – 2. ed. rev. atual. a partir da 1ª ed. publ. em 2005. – São Paulo: CETESB, 2015. Disponível em <<https://cetesb.sp.gov.br/consumosustentavel/wp-content/uploads/sites/20/2018/04/Guia-T%C3%A9cnico-Ambiental-de-Curtumes-v2015.pdf>>. Acesso em: 30 de junho de 2018.

FERRAZ, M. C. S. **O Setanejo Nortestino**: representações culturais brasileiras de resistência e de fé. 2004. 115 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

FILHO, M. A. A vida em uma ‘máquina de morar’. **Jornal da Unicamp**. Campinas, 11 ago 2014, ano 2014, nº 602. Disponível em <<http://www.unicamp.br/unicamp/ju/602/vida-em-uma-maquina-de-morar>> Acesso em: 17 de junho de 2018.

FRACALOSS, I. Clássicos da Arquitetura: SESC Pompéia / Lina Bo Bardi. Disponível em <<https://www.archdaily.com.br/br/01-153205/classicos-da-arquitetura-sesc-pompeia-slash-lina-bo-bardi>>. Acesso em: 24 de junho de 2018.

FREITAS, J. Metrô fora de linha. Folha de São Paulo, São Paulo. 02 ago 1990. Disponível em <<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=11043&keyword=Campinas&anchor=4047737&origem=busca&pd=92d27b0cfd43a7f87288a363260baa71>> Acesso em: 05 de junho de 2018.

FUNARI, P. P. A. Os desafios da destruição e conservação do patrimônio cultural no Brasil. Trabalhos de Antropologia e Etnologia. v.41, p.23 - 32, 2001.

FUNARI, P. P. A. Patrimônio e memória: considerações sobre os bens culturais. Portal do Centro Universitário Barão de Mauá. Ribeirão Preto, p.1 - 10, 2010.

GARDENAL, I. A solução que se transformou em problema. Jornal da Unicamp. Campinas, 2 a 8 de maio de 2011. Ano XXV, nº 492. Disponível em <http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/maio2011/ju492_pag11.php> acesso em 17 de junho de 2018.

GORNI, A. A. A Eletrificação nas Ferrovias Brasileiras. [recurso eletrônico], 2009. Disponível em <<http://www.pell.portland.or.us/~efbrazil/electro/fepasa.html#vlt>>. Acesso em 05 de junho de 2018.

HYUSSEN, A. **Seduzidos pela memória**: arquitetura, monumentos, mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000. 116 p. p. 9-39.

INFOPATRIMÔNIO. Disponível em <<http://www.ipatrimonio.org/>>. Acesso em: 28 de agosto de 2018.

LIMA, R. P. T. **Modelos portugueses e arquitetura brasileira**: catálogo e análises das formas arquiteturais paulistas e lusitanas nos oitocentos. 2001. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

LYNCH, K. **A Imagem da Cidade**. 2ª ed. Editora Martins Fontes. 1982.

MATTOS, S. H. V. L. **Avaliação de qualidade ambiental em sistema complexo**: Bacia hidrográfica do córrego Piçarrão (Campinas-SP). 2005. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas.

MENDA, M. Tratamento de Couros e Peles. Conselho Regional de Química – IV Região. Disponível em Conselho Regional de Química – IV Região. Disponível em <https://www.crq4.org.br/couros_e_peles>. Acesso em: 05 de maio de 2018.

MENDONÇA, A. M. **Vazios e ruínas industriais**. Ensaio sobre friches urbanas. Ano 02, jul 2001. Disponível em <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/02.014/869>>. Acesso em: 19 de junho de 2018.

MONUMENTO. Dicionário Online Aurélio. Disponível em <<https://dicionariodoaurelio.com/monumento>>. Acesso em: 19 de junho de 2018.

NEVES, L. A. **Memória e História**: Substratos da identidade. Anais do XX Simpósio da Associação Nacional de História. Florianópolis – SC, jul 1999.

NORA, P. **Entre Memória e História**: A problemática dos lugares. Tradução: Yara Aun Khoury. Projeto História: Revista do Programa de Estudos dos Pós-Graduados de História – PUC-SP. Vol. 10. 1993.

NUNES, H. Expedição revela agonia do córrego Piçarrão. Correio Popular, Campinas, 20 out 2013. Disponível em <http://correio.rac.com.br/conteudo/2013/10/capa/campinas_e_rmc/110301-expedicao-revela-agonia-do-corrego-picarrao.html>. Acesso em: 20 de maio de 2018.

OLIVEIRA, O. **Lina Bo Bardi**: Obra Construída/ Built Work. 1ª ed. Editora Gustavo Gili. 2010. 255 p.

OLIVEIRA, R. **Ficção, ciência, história e a invenção da Brasilidade Sertaneja**. *IPOTESI Revista de Estudos Literários*. Juiz de Fora: EDUFJF, v.4, jan-jun, 2000, p. 37-53.

ÔNIBUS DE CAMPINAS. Obras do BRT começam pelo traçado do antigo VLT. Disponível em <<http://www.onibusdecampinas.com.br/especial-de-domingo-obras-do-brt-comecam-pelo-tracado-do-antigo-vlt-saiba-o-que-vai-mudar-no-transporte-campineiro/>>. Acesso em: 06 de junho de 2018.

Plano de Desenvolvimento. Campinas em Movimento – 50 dias de Entregas. Disponível em: <<http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=33812>>. Acesso em: 18 de junho de 2018.

PORTAS, N. **Do vazio ao cheio**. Caderno de urbanismos. Nº2, Vazios e Planejamentos da Cidade. [s.l]: SMU, 2000. Disponível em <cidadeimaginaria.org/eu/Dovazioaocheio.doc>. Acesso em: 19 de junho de 2018.

POZZER, G. P. **A antiga estação da Companhia Paulista em Campinas (São Paulo - Brasil)**: estrutura simbólica e transformadora da cidade (1872-2002). 2007. 285 f. Tese (Mestrado em História) – Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

PREFEITURA estuda multar proprietário do Curtume Cantúcio por abandono. **G1 Campinas e Região**. Campinas, 25 maio 2015. Disponível em <<http://glo.bo/1HFPbv6>>. Acesso em: 18 de junho de 2018.

PUPO, B. B. A Estação da FEPASA na vida de Campinas, Reportagem 3: Nascimento e progresso da Vila Industrial. **Correio Popular**, Campinas, 19 dez 1980.

RAMOS, D. H.; ANDREOTTI, M.B.; MARINO, F.U. **A Segregação Espacial Planejada**: uma análise da urbanização da cidade de Campinas-SP. In: XIX Semana do Planejamento Urbano e Regional, 2013, Rio de Janeiro. Anais da XIX Semana de Planejamento Urbano e Regional, 2013.

REIS FILHO, N. G. **Quadro da Arquitetura Brasileira**. São Paulo: Perspectiva, 1970.

REIS, J. **Campinas do Córrego Omitido**: o Parque da Vila. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Estadual de Campinas.

RIBEIRO, D. **O Povo Brasileiro**: A formação e o sentido do Brasil. 2ª ed. São Paulo: Cia das Letras. 1995. 477 f. Capítulo IV, Item 4 – O Brasil Sertanejo.

ROXO, R. **A Vila Industrial e o patrimônio histórico arquitetônico de Campinas – SP**: entre a conservação e a reestruturação urbana. 2013. 146 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências da Unicamp, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

RUBINO, S. Os dois lados da linha do trem: história urbana e intervenções contemporâneas em Campinas (SP). In: FRUGÓLI JR, H. et al. (Orgs.). **A cidade e seus agentes**: práticas e representações. Belo Horizonte: PUC Minas/ Edusp, 2006. P. 68-97.

SAMBIASI, S. Museu do Pão / Brasil Arquitetura. Disponível em <<https://www.archdaily.com.br/br/01-8579/museu-do-pao-moinho-colognese-brasil-arquitetura>>. Acesso em: 15 de maio de 2018.

SANASA – Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S/A, ETE Piçarrão garante mais 23% de tratamento em Campinas. 14 jul 2004. Disponível em <http://www.sanasa.com.br/conteudo/conteudo2.aspx?f=I&par_nrod=187&flag=P-A>. Acesso em 18 de junho de 2018.

SEMEGHINI, U. C. **Campinas (1860 a 1980)**: Agricultura, industrialização e urbanização. 1988. 282 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas.

SERRA, A. L. R. C. **Indicadores de pressão para o córrego do Piçarrão**. 2002. 119 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – Faculdade de Engenharia Civil, Universidade Estadual de Campinas.

SOLÀ-MORALES, I. Terrain Vague. In: Territórios. Barcelona: Gustavo Gili, 2002. Tradução ao português: Igor Fracalossi. Disponível em <<https://www.archdaily.com.br/br/01-35561/terrain-vague-ignasi-de-sola-morales>>. Acesso em: 18 de junho de 2018.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel; FAPESP, 1998.

AUDIOVISUAL

OLIVEIRA, E. R., Funari, P.P1º. RTV/Unicamp - Dialogo sem Fronteiras. 2014.

O Povo Brasileiro: Capítulo 6: Brasil Sertanejo. Produção de Isa Grinspum Ferraz. SUPERFILMES. Fundação Darcy Ribeiro. 2000. DVD.

OUTRAS FONTES

Centro de Memória Unicamp (CMU)

Arquivo Municipal de Campinas (AMC).

Acervo Arquivo Edgard Leuenroth (AEL)

Coordenadoria Setorial de Patrimônio Cultural (CSPC)

Prefeitura Municipal de Campinas (PMC)

ANEXO A – PROCESSO DE TOMBAMENTO DO CURTUME CANTÚSIO

Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas (CONDEPACC) - Resolução nº121 de 02 de Abril de 2012

Artigo 1º - Fica tombado o processo nº008/2008 denominado “Curtume Cantúsio”, situado na Avenida Dr. Carlos de Campos, nº1.033, quarteirão 1.728, bairro Vila Industrial, bem de importância histórica, política, econômica e ambiental do município de Campinas.

Parágrafo primeiro – Ficam protegidos os seguintes elementos do bem tombado:

I – A edificação do subsolo com área de 715 m² e perímetro de 551 metros.

a – Fachada.

b – Volumetria.

c – Elementos Internos.

II – A edificação do térreo com área de 715 m² e perímetro de 551 metros.

a – Fachada.

b – Volumetria, correspondente aos espaços internos destinados às funções de curtimentos do couro.

III – A chaminé da fábrica e a área correspondente à sua função.

Parágrafo segundo – Qualquer intervenção que se pretenda promover no bem tombado deverá ser precedida de projeto previamente analisado e aprovado pelo CONDEPACC.

Parágrafo terceiro – O bem tombado pela presente resolução passa a ser objeto das sanções e benefícios previstos pela Lei Municipal 5885 de dezembro de 1987, e, pela Lei Municipal 12445 de 21 de dezembro de 2005,

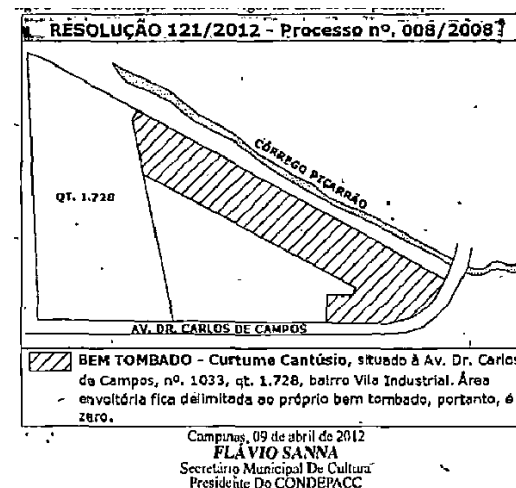
regulamentada pelo Decreto Municipal de 15385 de 28 de dezembro de 2005.

Artigo 2º - A área envoltória do bem tombado constante no artigo 1º desta resolução, conforme preveem os artigos 21, 22 e 23 da Lei Municipal número 5885 de 17 de dezembro de 1987, fica delimitada ao próprio bem, ou seja, é zero.

Artigo 3º - Fica a Coordenadoria Setorial do Patrimônio Cultural da Secretaria Municipal de Cultura autorizada a inscrever no livro do tomo competente por esta resolução.

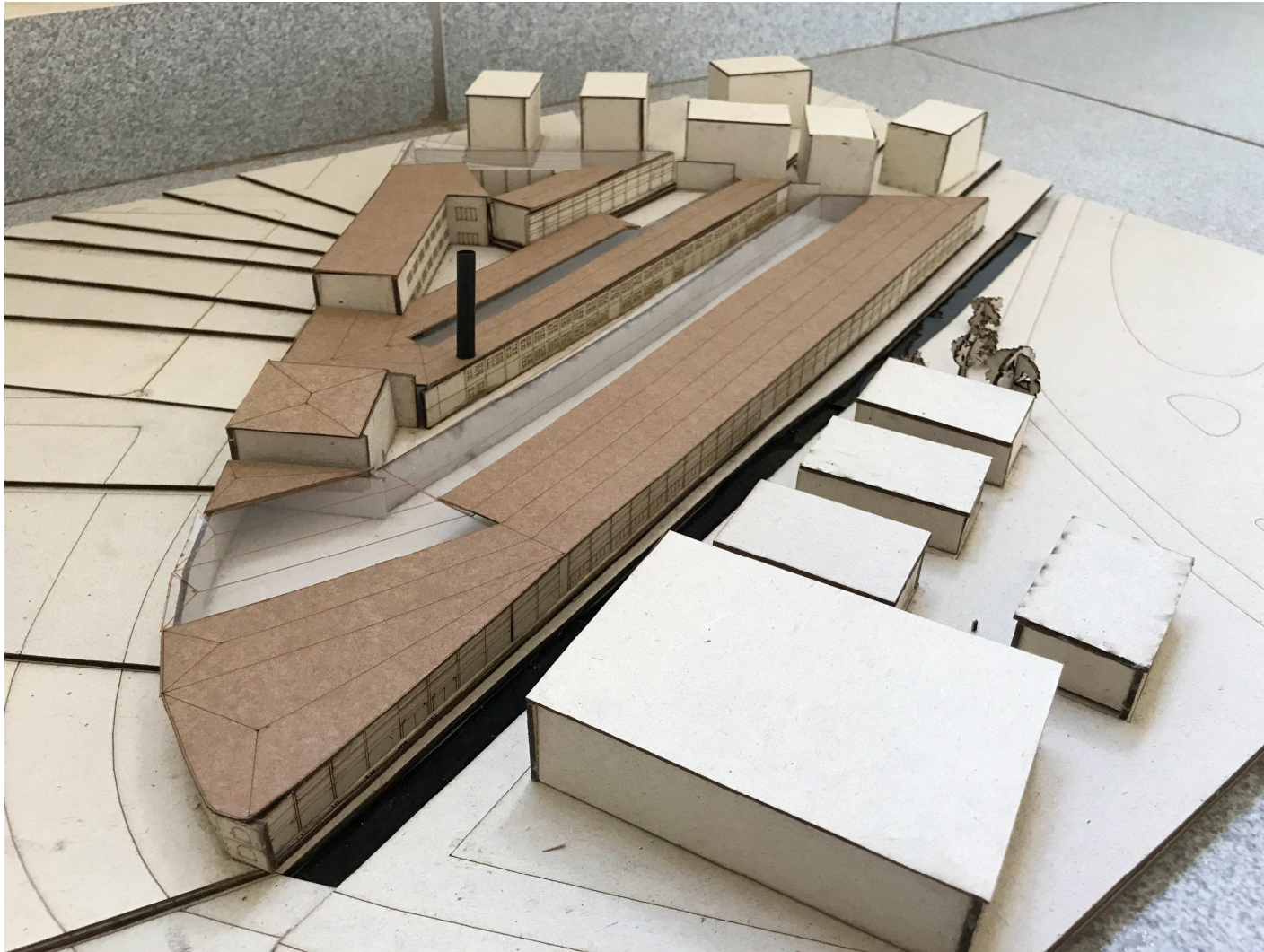
Artigo 4º - Faz parte desta resolução o mapa de identificação do bem tombado.

Artigo 5º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.



ANEXO B – IMAGENS DA MAQUETE

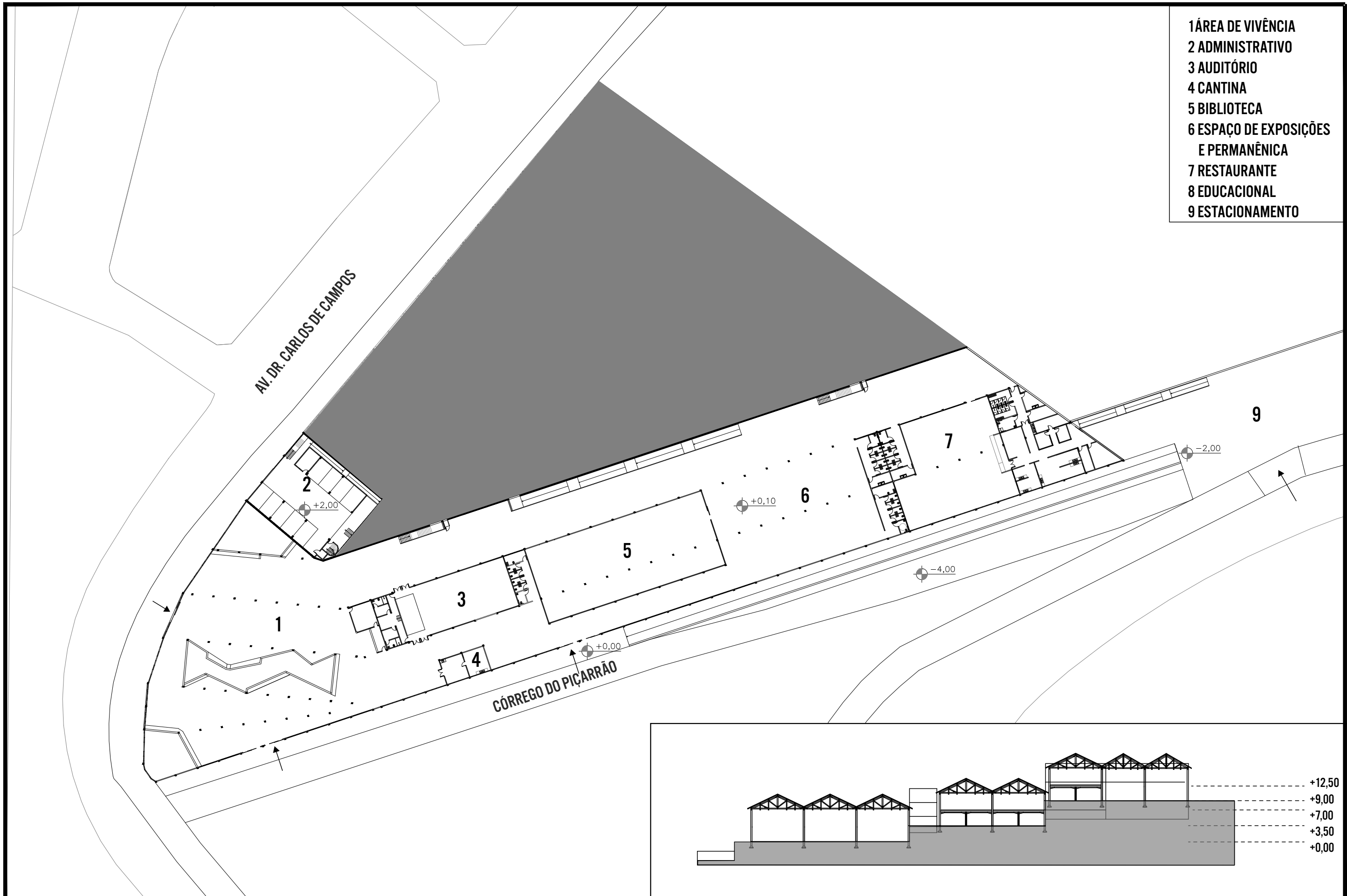






DISCENTE: BEATRIZ MARTINS COSTA	CURTUME CANTÚSIO: ISOLAMENTO E MEMÓRIA	
FACHADA - AV. DR. CARLOS DE CAMPOS	ESCALA 1:250	PRANCHA 1/14

- 1 ÁREA DE VIVÊNCIA
- 2 ADMINISTRATIVO
- 3 AUDITÓRIO
- 4 CANTINA
- 5 BIBLIOTECA
- 6 ESPAÇO DE EXPOSIÇÕES
E PERMANÊNCIA
- 7 RESTAURANTE
- 8 EDUCACIONAL
- 9 ESTACIONAMENTO



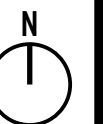
DISCENTE: BEATRIZ MARTINS COSTA

CURTUME CANTÚSIO: ISOLAMENTO E MEMÓRIA

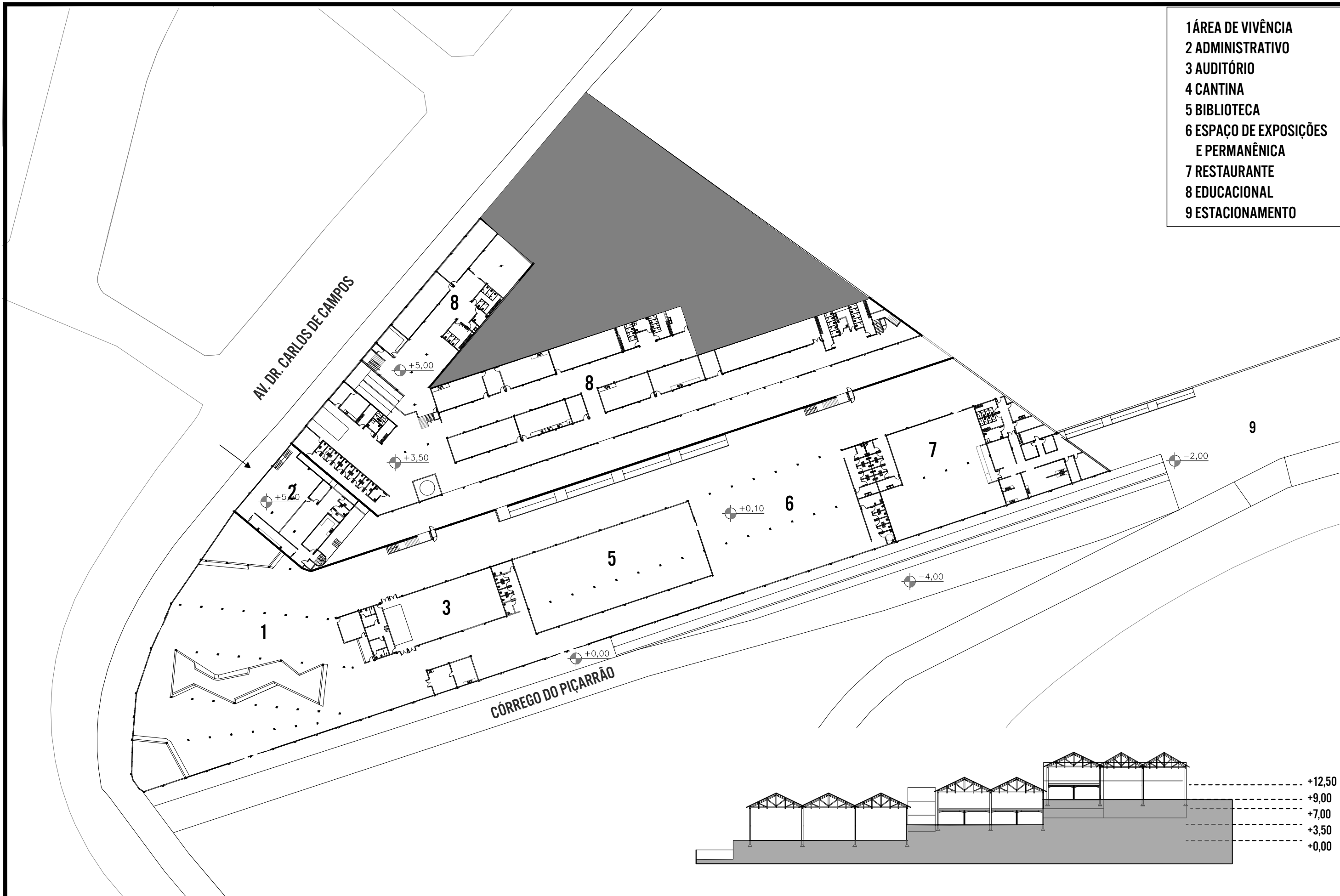
PLANTA NÍVEL +0,00

ESCALA 1:750

PRANCHA 2/14



- 1 ÁREA DE VIVÊNCIA
- 2 ADMINISTRATIVO
- 3 AUDITÓRIO
- 4 CANTINA
- 5 BIBLIOTECA
- 6 ESPAÇO DE EXPOSIÇÕES E PERMANÊNICA
- 7 RESTAURANTE
- 8 EDUCACIONAL
- 9 ESTACIONAMENTO



DISCENTE: BEATRIZ MARTINS COSTA

CURTUME CANTÚSIO: ISOLAMENTO E MEMÓRIA

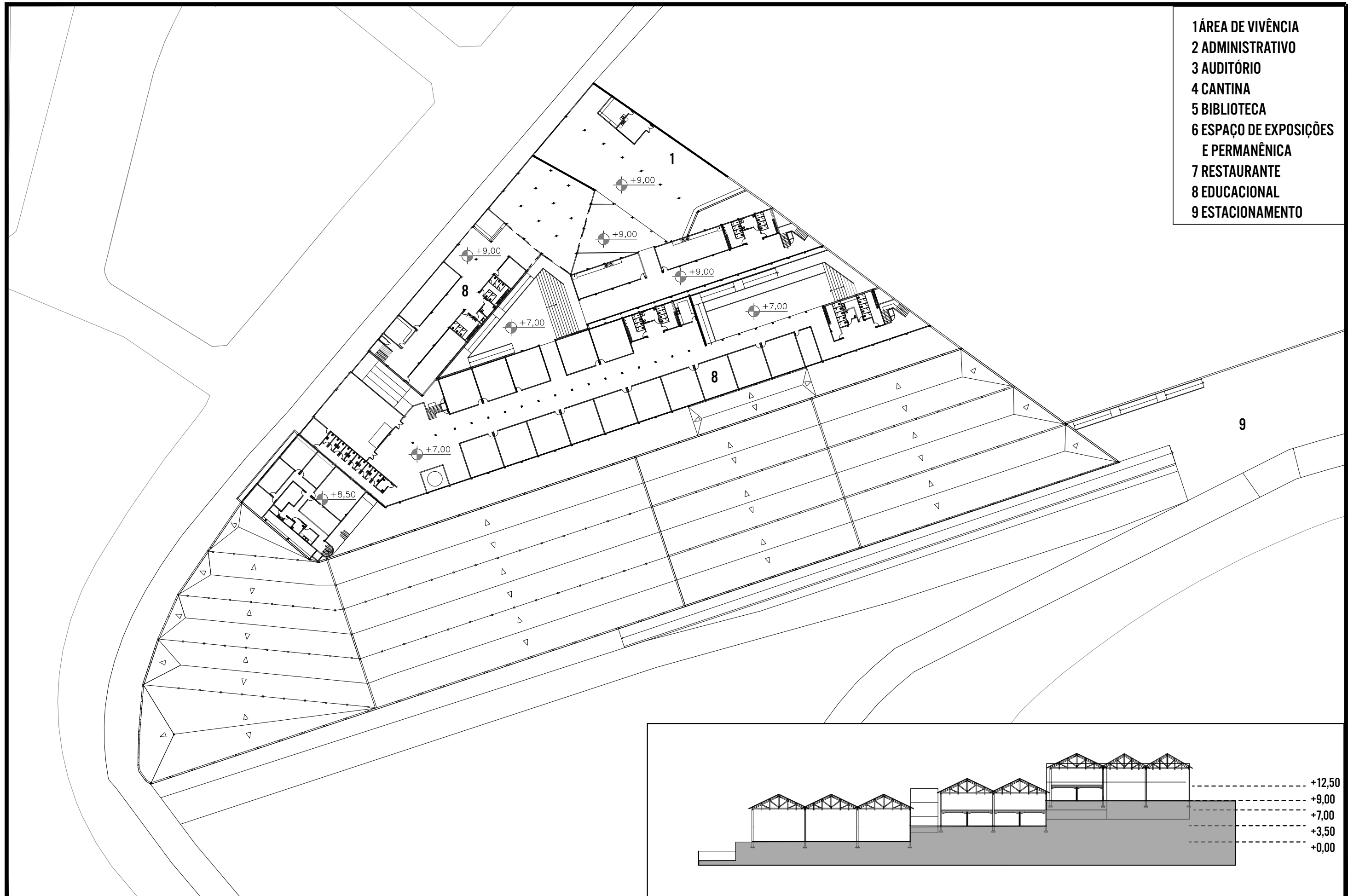
PLANTA NÍVEL +3,50

ESCALA 1:750

PRANCHA 3/14



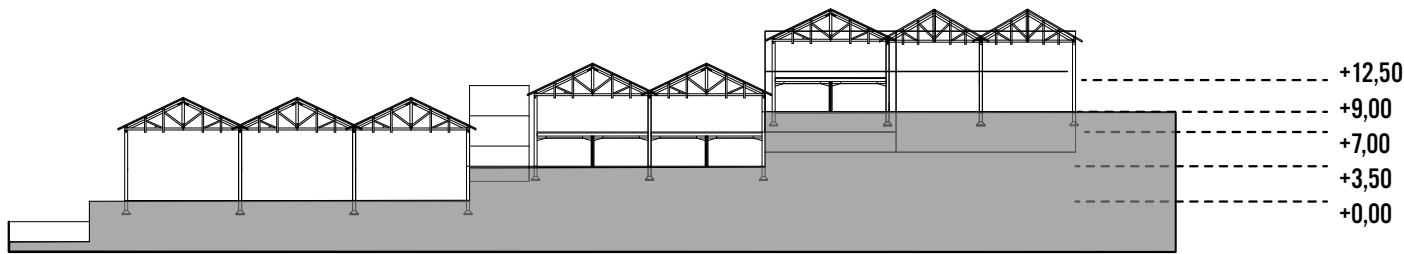
- 1 ÁREA DE VIVÊNCIA
- 2 ADMINISTRATIVO
- 3 AUDITÓRIO
- 4 CANTINA
- 5 BIBLIOTECA
- 6 ESPAÇO DE EXPOSIÇÕES
E PERMANÊNICA
- 7 RESTAURANTE
- 8 EDUCACIONAL
- 9 ESTACIONAMENTO



- 1 ÁREA DE VIVÊNCIA
- 2 ADMINISTRATIVO
- 3 AUDITÓRIO
- 4 CANTINA
- 5 BIBLIOTECA
- 6 ESPAÇO DE EXPOSIÇÕES E PERMANÊNICA
- 7 RESTAURANTE
- 8 EDUCACIONAL
- 9 ESTACIONAMENTO

AV. DR. CARLOS DE CAMPOS

CÓRREGO DO PIÇARRÃO



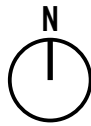
DISCENTE: BEATRIZ MARTINS COSTA

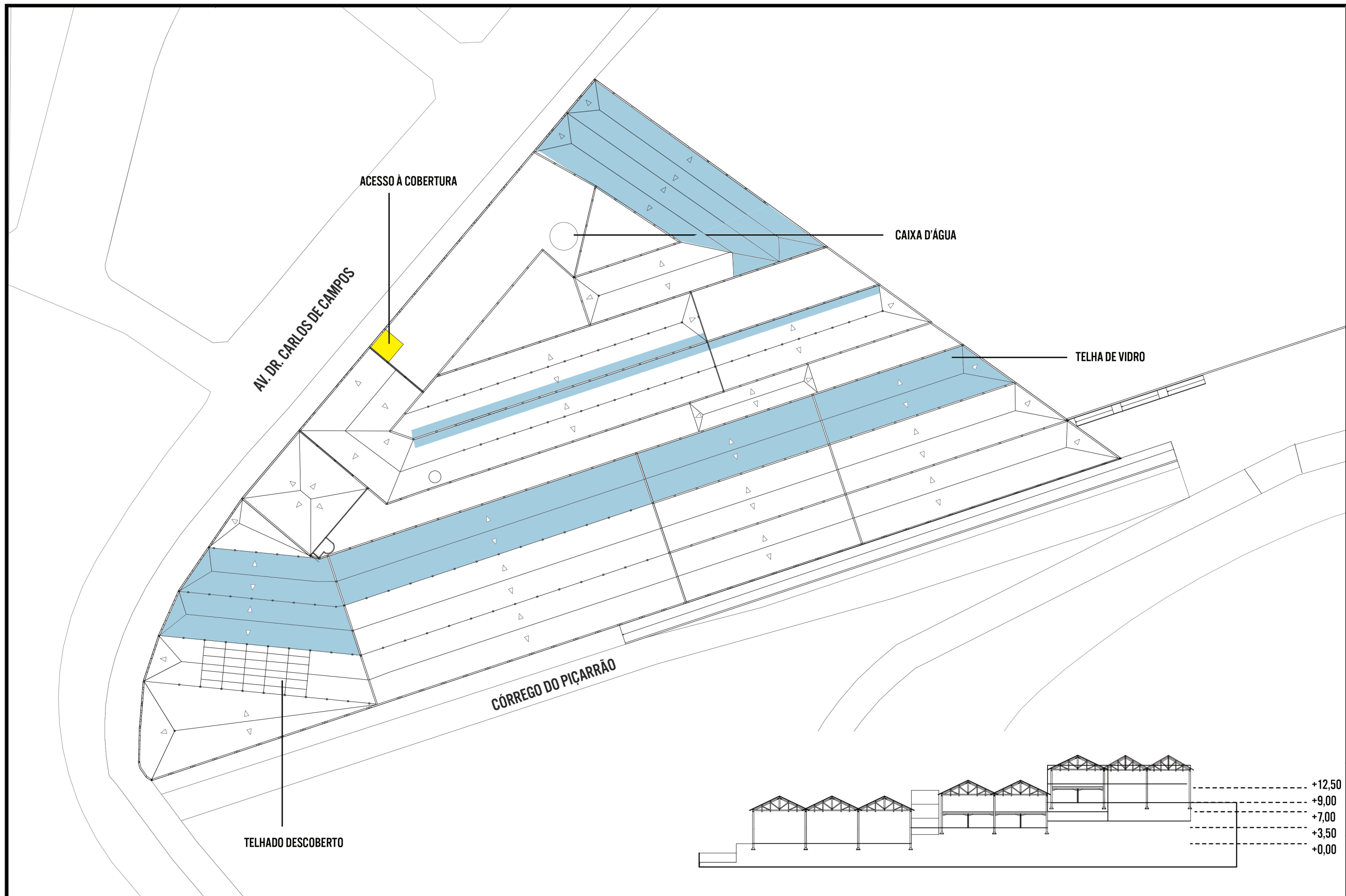
CURTUME CANTÚSIO: ISOLAMENTO E MEMÓRIA

PLANTA NÍVEL +12,50

ESCALA 1:750

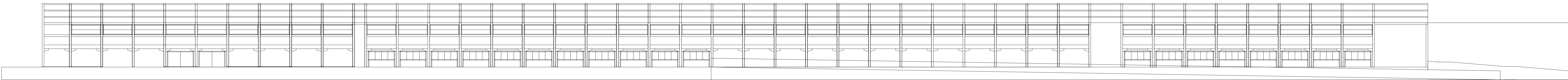
PRANCHA 5/14





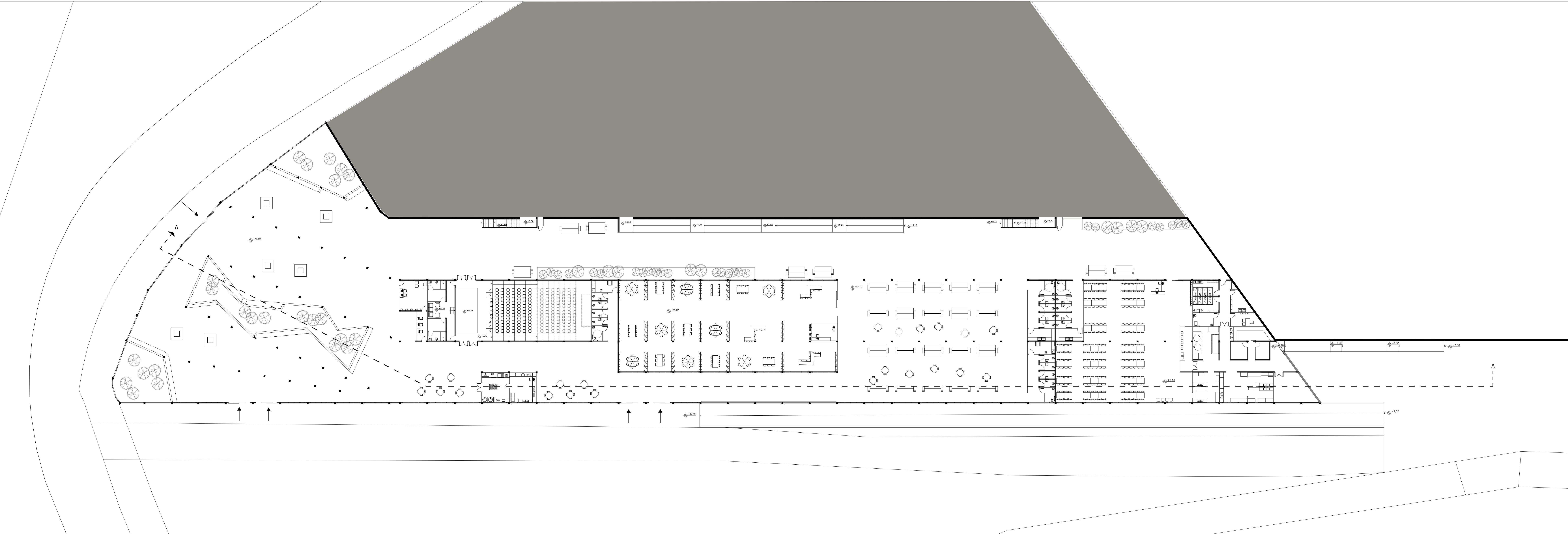


CORTE A-A

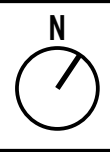


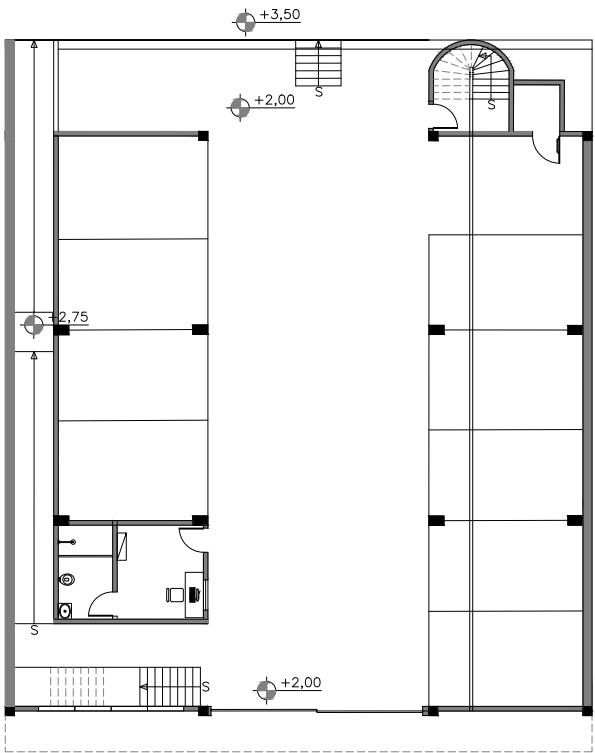
FACHADA SUL - Córrego

DISCENTE: BEATRIZ MARTINS COSTA	CURTUME CANTÚSIO: ISOLAMENTO E MEMÓRIA	
BLOCOS C, D, E e F - PLANTA NÍVEL +3,50	ESCALA 1:250	PRANCHA 8/14

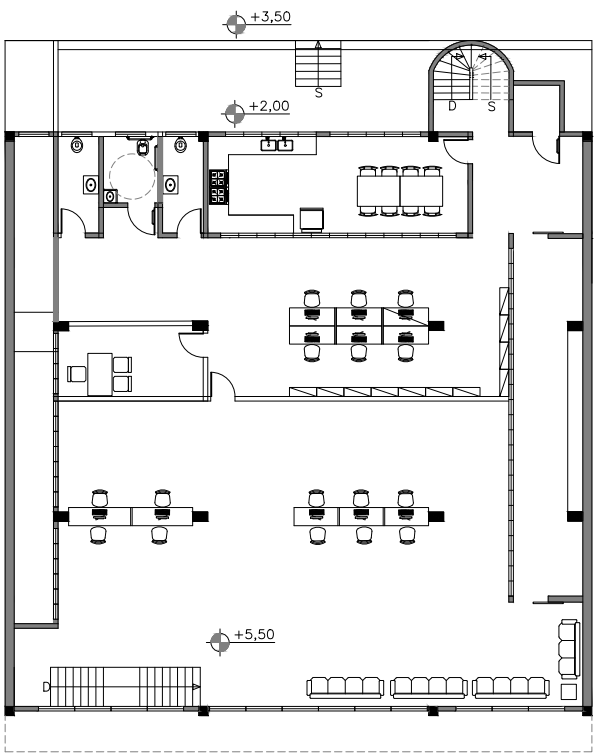


DISCENTE: BEATRIZ MARTINS COSTA	CURTUME CANTÚSIO: ISOLAMENTO E MEMÓRIA	
BLOCO A - PLANTA NÍVEL +0,10	ESCALA 1:250	PRANCHA 7/14

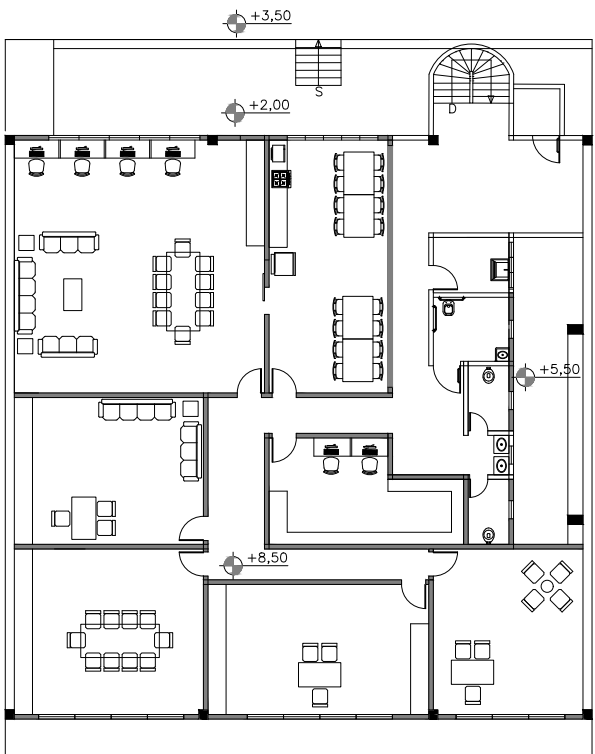




TÉRREO

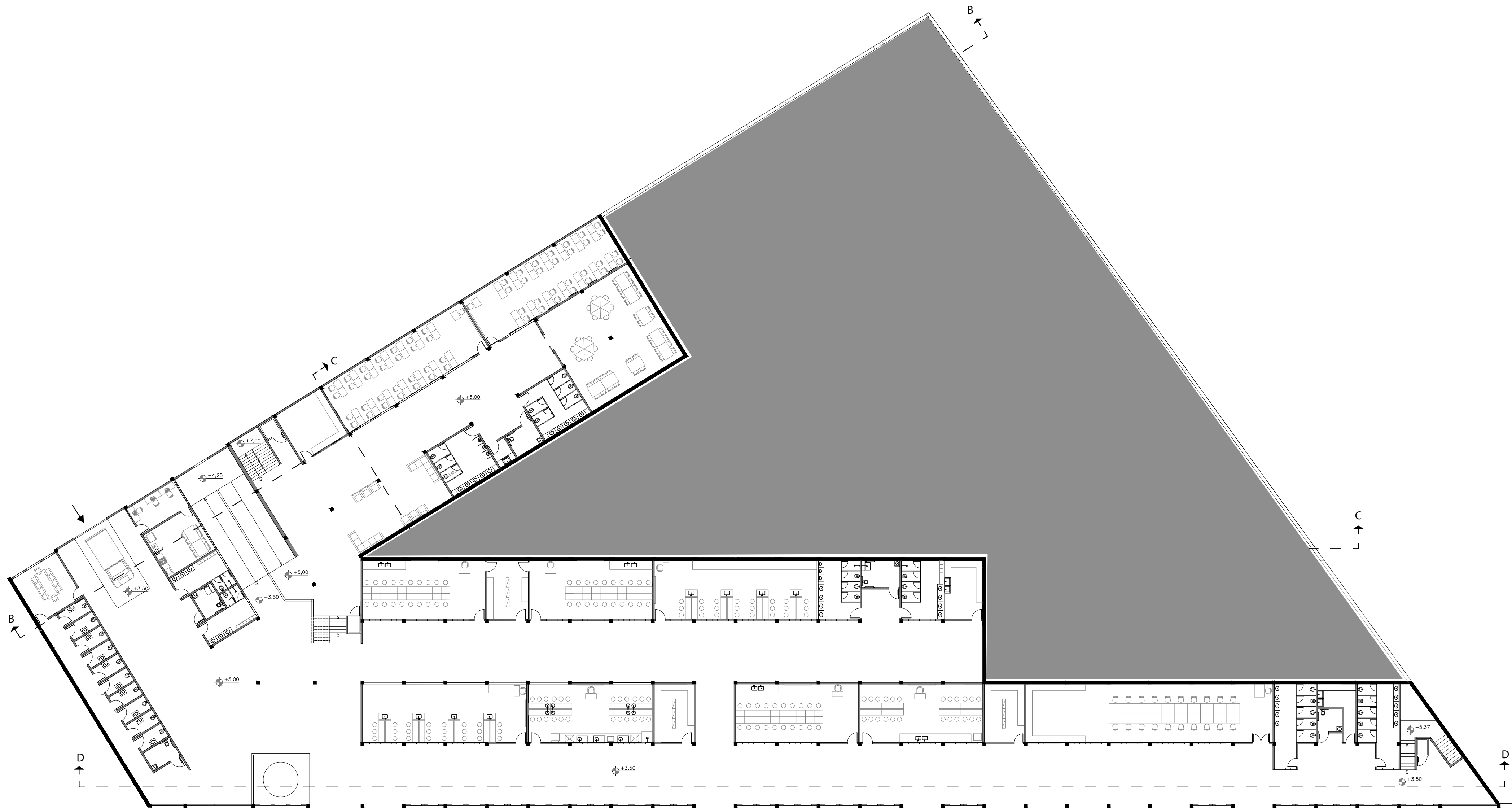


1º PAVIMENTO

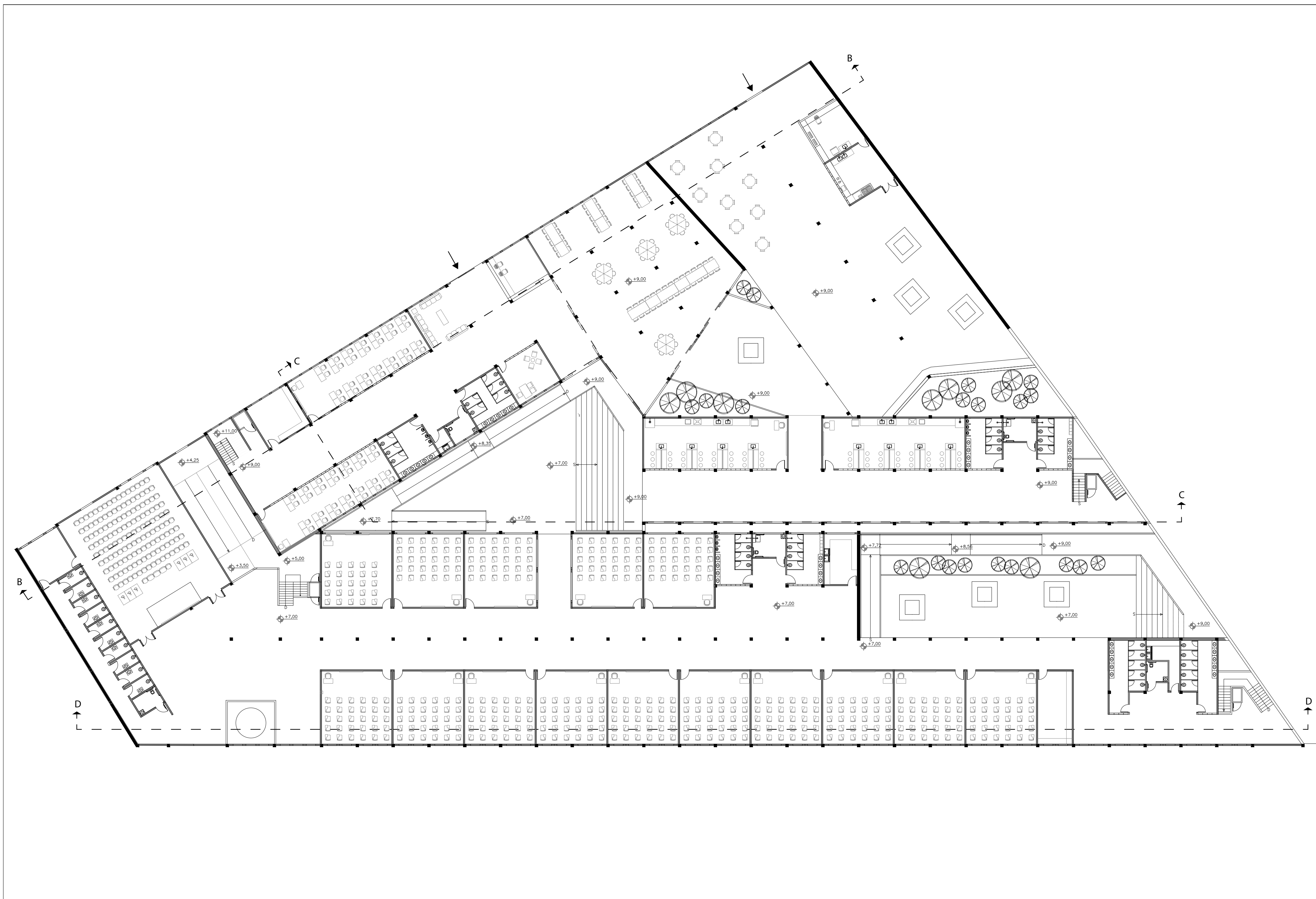


2º PAVIMENTO

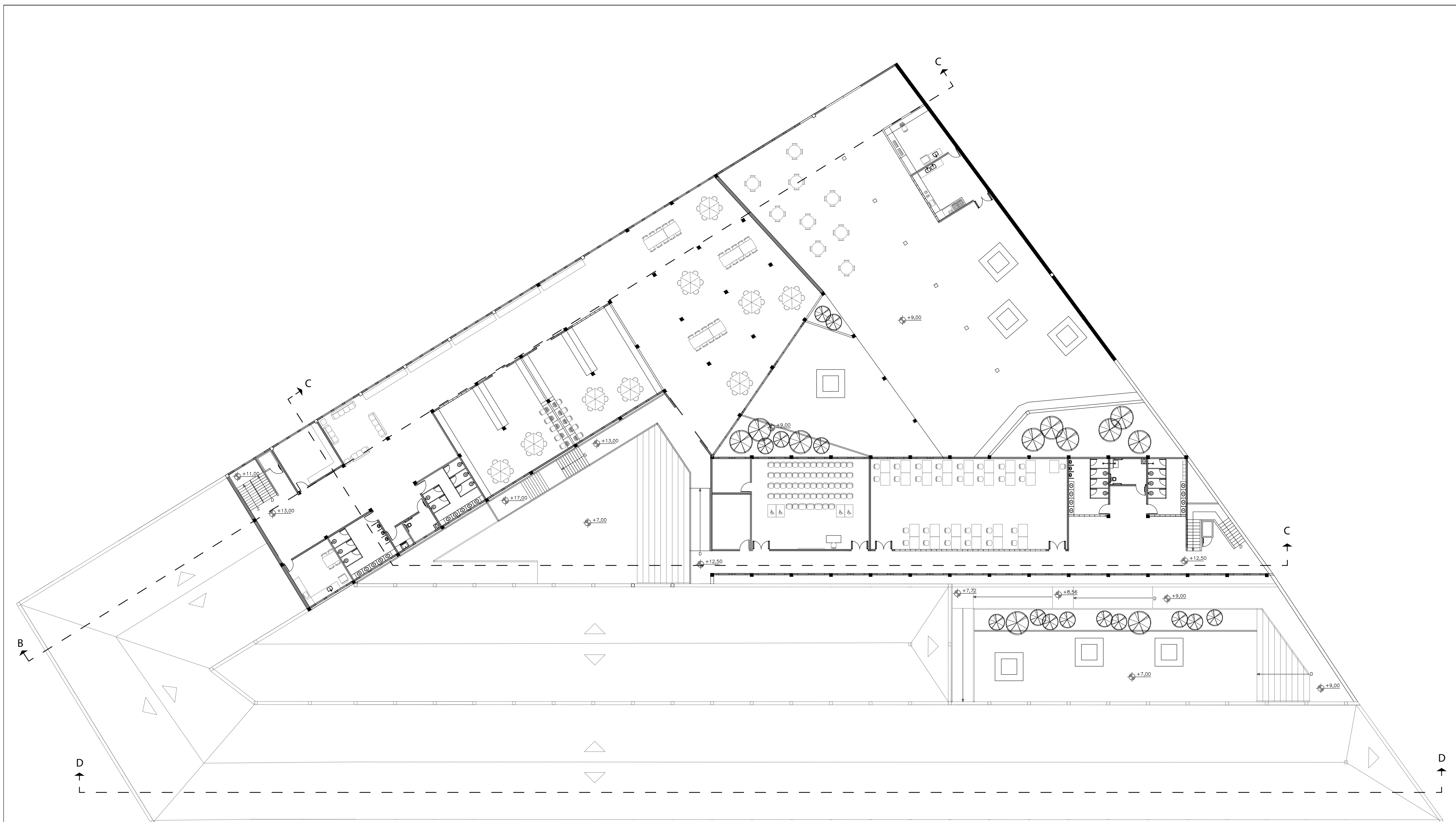
DISCENTE: BEATRIZ MARTINS COSTA	CURTUME CANTÚSIO: ISOLAMENTO E MEMÓRIA		N
BLOCO B	ESCALA 1:250	PRANCHA 9/14	

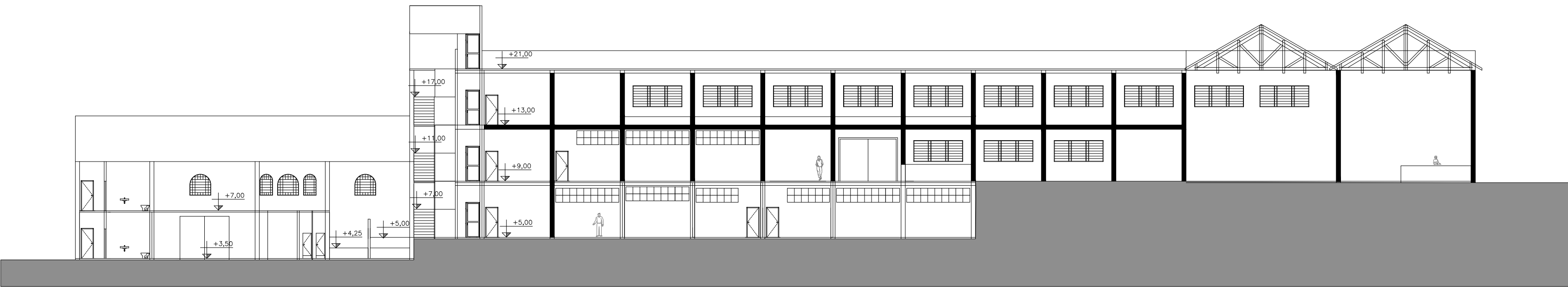


DISCENTE: BEATRIZ MARTINS COSTA		CURTUME CANTÚSIO: ISOLAMENTO E MEMÓRIA		
BLOCOS C, D, E e F - PLANTA NÍVEL +3,50		ESCALA 1:250	PRANCHA 10/14	

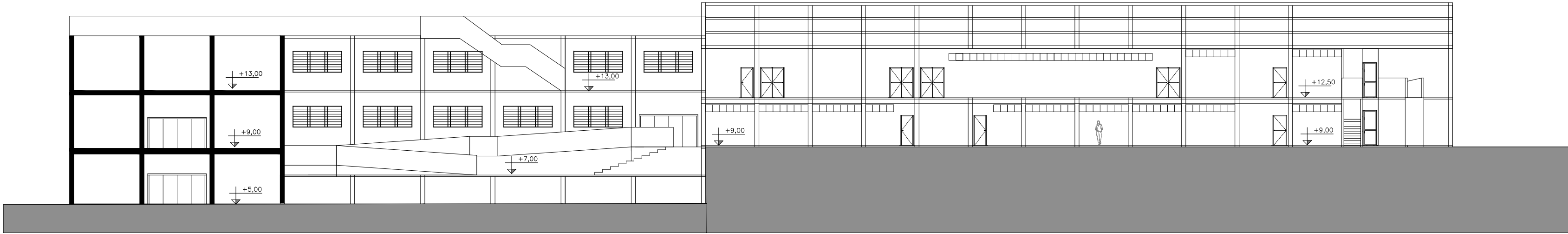


DISCENTE: BEATRIZ MARTINS COSTA		CURTUME CANTÚSIO: ISOLAMENTO E MEMÓRIA		
BLOCOS C, D, E e F - PLANTA NÍVEL +7,00		ESCALA 1:250	PRANCHA 11/14	

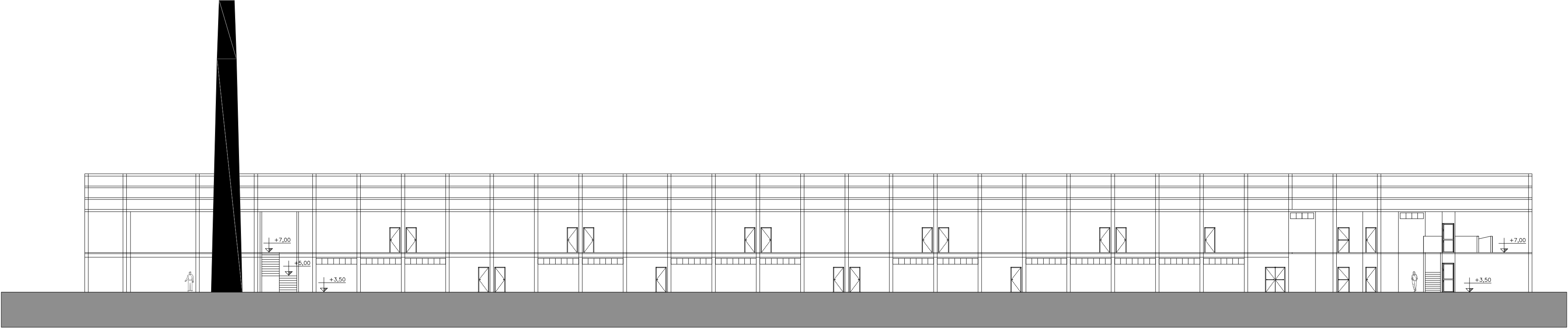




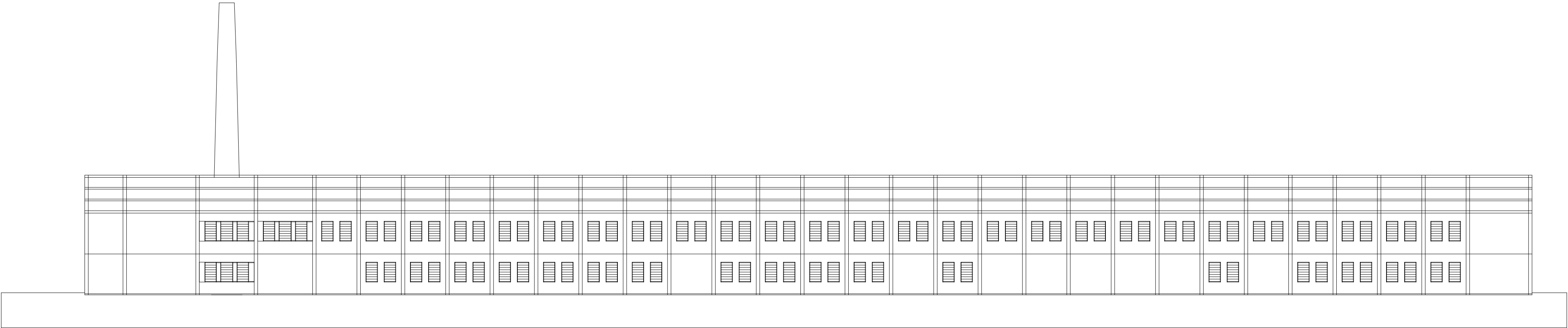
CORTE B-B



CORTE C-C



CORTE D-D



FACHADA INTERNA

DISCENTE: BEATRIZ MARTINS COSTA	CURTUME CANTÚSIO: ISOLAMENTO E MEMÓRIA	
BLOCOS C, D, E e F - CORTE E FACHADA	ESCALA 1:250	PRANCHA 14/14